

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

PARQUE DA GUARDA COMO LUGAR DE MEMÓRIA?
Reflexões sobre o patrimônio, história e turismo na origem de Santo Antônio da
Patrulha.

Maicon Diego Rodrigues

São Leopoldo

2014

MAICON DIEGO RODRIGUES

PARQUE DA GUARDA COMO LUGAR DE MEMÓRIA?

**Reflexões sobre o patrimônio, história e turismo na origem de Santo Antônio da
Patrulha.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

São Leopoldo

2014

R696p Rodrigues, Maicon Diego.
Parque da Guarda como lugar de memória? : reflexões sobre o patrimônio, história e turismo na origem de Santo Antônio da Patrulha. / Maicon Diego Rodrigues. – 2014.
166 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.
“Orientadora: Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos.”

1. Parque da Guarda. 2. Patrimônio. 3. Turismo.
4. Representação. I. Título.

CDU 94

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

Dedico este trabalho a minha esposa Ângela,
que é luz na minha vida desde o primeiro
instante; também a mãe (in memoriam) que
sempre foi meu alicerce, minha força!

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente, Deus, me possibilitou chegar ao final desta etapa e todos aqueles que participaram de forma direta ou indireta deste processo. Obrigado, Senhor, pela benção da vida e por pessoas especiais na minha vida.

Agradeço a Capes pela oportunidade de dar continuidade em meus estudos através da bolsa de mestrado em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Agradeço aos professores da Pós Graduação em História da Unisinos pela transmissão de conhecimento, pela compreensão e pelo incentivo. Muito obrigado, professores Jairo, Marluza, Marcos, Eliane e Ana.

Agradeço especialmente, a Professora Eloisa Capovilla da Luz Ramos, que além de orientadora, foi uma das maiores incentivadoras deste trabalho, sendo uma profunda conhecedora do contexto histórico de Santo Antônio da Patrulha. Vou lembrar sempre das aulas divertidas e cativantes que tivemos. Paraphraseando o professor Witt, muito obrigado, “Rainha-mor”, estará sempre na minha memória!

Agradeço também aos colegas de mestrado que aos poucos se tornaram amigos. Lembrarei sempre de vocês e espero poder conviver por longos anos, tendo a oportunidade de ter essa amizade. Valeu Rodrigo, Mauro, Elizete!

Agradeço também as nossas socorristas da secretária do PPGH. Primeiro, a Jana e em segundo a Saionara, por sempre buscarem nos auxiliar, nos mais diversos problemas surgidos. Obrigado, meninas, pela paciência!

Agradeço aos meus arguidores por me auxiliar a qualificar este trabalho com os apontamentos na Pré-Banca. Obrigado Daniel Gevehr, Jairo Rogge e Marcos Witt.

Agradeço aos colegas de trabalho por compreender as ausências durante o processo de pesquisa e escrita da dissertação. Obrigado pela paciência!

Agradeço aos meus familiares por me incentivarem nesta caminhada nas mais diferentes formas, muitas vezes entendendo as ausências.

Agradeço aos meus sogros, Ivo e Maria Helena, além das cunhadas Sabrina e Caren, pela paciência nos almoços do domingo, quando chegávamos tarde e saíamos cedo.

Agradeço (in memoriam) as minhas duas mães, a Zilda, por todo o seu amor e por dar a sua vida em troca da minha; e a Ilda que me criou como seu filho, me ensinando tudo o que

sei hoje para ser uma pessoa de bem. Sempre lembrarei, mãe, dos seus carinhos, do seu sorriso, e de seus abraços. Saiba que você é de extrema importância na minha vida. Obrigado!

Agradeço ao meu pai, que com sua forma pacata, se preocupou com os perigos da estrada e das longas horas sem descanso. Pai, tudo vale a pena!

Agradeço em especial ao meu esteio, Ângela, a pessoa que é a razão da minha existência. Vida... se busco cada vez mais é por você, por nós e para sempre!

Aprender a fazer história significa também a cruzar fontes, produzir embates entre elas e conflitos de interpretações sobre a evidência; para tanto, é preciso fazer perguntas novas às fontes velhas, em um incessante processo de escape de uma resposta previamente definida e dada como certa, uma vez que fugir das certezas significa, em suma, assumir o caráter detetivesco do historiador (MOTA in CARDOSO; VAINFAS, 2012, p. 29).

RESUMO

A presente pesquisa analisa o processo de criação de lugares de memória em Santo Antônio da Patrulha (RS), tendo foco principal os monumentos construídos no Parque da Guarda. Estudando esse local como problema, buscou-se compreender como ocorreram os fatos que culminaram na criação do Parque e de seus monumentos através da materialidade dada ao espaço, bem como da difusão de narrativas sobre a história ali representada, que foi incorporada como um possível mito fundante do município. Para comprovar tal assertiva foram incorporadas ao texto várias escritas da história de Santo Antônio da Patrulha que, ao longo do tempo, foram criando e fortalecendo representações sociais sobre a cidade. Metodologicamente a pesquisa trabalha com a análise qualitativa das fontes manuscritas e escritas, assim como outros suportes e materiais que permitiram contextualizar os objetos investigados de acordo com as intencionalidades e subjetividades envolvidas nos processos de construção histórica. Observa-se que, a história, a memória e a cultura estiveram intimamente ligadas, na medida em que os espaços da cidade e do Parque se apresentaram como lugares de memória e, portanto, como contadores de parte da história da comunidade patruhense.

Palavras-chave: Parque da Guarda, patrimônio, turismo, representação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Visão atual do local onde o Registro havia sido construído. Informações repassadas pelo historiador Fernando da Rocha Lauck.....	22
Figura 2: Os velhos caminhos do Rio Grande do Sul no início do século XVIII. Mapa: A Villa da Laguna e Barra do Taramandi na costa do Brazil e América Portuguesa. Destacado em azul a localização da Guarda (em Santo Antônio da Patrulha) no caminho criado por Cristóvão Pereira de Abreu	23
Figura 3: Mapa dos 4 primeiros municípios.....	27
Figura 4: Foto do Bilhete de Margarida à Inácio.....	84
Figura 5: Mapa: Exemplo Geographico do Terreno que ocorre desde a V.a do R.o Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão. Em destaque a localização do Registro e da Capela.....	88
Figura 6: Reportagem do Jornal Folha Patrulhense de 20/11/2013 comentando a inauguração do Parque de Guarda	
Figura 7: Mapa estilizado do complexo do Parque da Guarda.....	96
Figura 8: Pórtico de Entrada do Parque da Guarda	99
Figura 9: Pórtico de recepção de visitantes	100
Figura 10: Casas açorianas do Parque da Guarda.....	166
Figura 11: Museu da Cachaça de Alambique.....	104
Figura 12: Tampador manual-Museu da Cachaça de Alambique	105
Figura 13: Memorial da AGASA	106
Figura 14: Lavrador	109
Figura 15: Trabalhadores nas lavouras de cana-de-açúcar.....	110
Figura 16: Manuel de Barros comandando o trabalho na lavoura com Margarida próxima lendo um livro	111
Figura 17: O Registro	113
Figura 18: Encontro entre Margarida e Inácio.....	114
Figura 19: Escrava no trabalho diário.....	115
Figura 20: Pároco da Vila de Viamão	116
Figura 21: Santo Antônio ou Fernando de Bulhões: santo casamenteiro.....	118
Figura 22: O casamento de Margarida e Inácio e a capela.....	119
Figura 23: Moenda	121

Figura 24: Bosque da Margarida	122
Figura 25: Encenação teatral	129
Figura 26: Logotipo do Parque da Guarda	130
Figura 27: Folder de divulgação	131
Figura 28: Vista externa do folder turístico municipal.....	132
Figura 29: Vista interna do folder turístico municipal	133
Figura 30: Site do Parque da Guarda com seus dados gerais	134
Figura 31: Reportagem do Jornal Paranhana em alusão ao aniversário de 203 anos de Santo Antônio da Patrulha.....	147
Figura 32: Gráfico comparativo de circulação de turistas entre os anos de 2010 e 2012	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados gerais de Santo Antônio da Patrulha.	33
Quadro 2: Receitas municipais em 2013	35
Quadro 3: Demonstrativo de momentos históricos ligados à origem de Santo Antônio da Patrulha.....	75
Quadro 4: Dados de visitação do Museu da Cachaça de Alambique entre os anos de 2009 e 2014.....	144

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAP. 2 SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA – MUITAS ORIGENS, VÁRIOS		
	PERSONAGENS.....	37
2.1	Muito mais que “sonho, cachaça e rapadura”: Estudos acadêmicos sobre a origem histórica de Santo Antônio da Patrulha	39
2.2	Muito mais que “sonho, cachaça e rapadura”: Memorialistas falam da origem de Santo Antônio da Patrulha	68
2.3	Muito mais que “sonho, cachaça e rapadura”: a análise de ideias conflitantes.....	75
3	UMA OBRA EM CIMENTO E FERRO: RELEITURA DA FUNDAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA ATRAVÉS DO PARQUE DA GUARDA – A HISTÓRIA, O PARQUE E O TURISMO	82
3.1	A história e o parque	82
3.2	A obra em cimento e ferro: uma análise dos aspectos históricos-culturais do Parque da Guarda.....	92
3.3	A imagem e o discurso no fortalecimento de um imaginário.....	121
3.4	A imagem e a propaganda: formas de comercializar uma história, um imaginário e um discurso.....	129
3.5	O Parque da Guarda: uma ilha em um mar de má vontade – tentativas de inclusão do turismo na economia patruhense.....	135
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
	REFERÊNCIAS	158

1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho analisa, a partir da perspectiva histórica, as distintas visões construídas sobre a origem de Santo Antônio da Patrulha (RS), no século XVIII. A pesquisa insere-se no campo de análise da História Cultural e está centrada nos conceitos de memória e representação. O foco são as narrativas do início da ocupação do território feito por pessoas ligadas à localidade como também narrativas construídas por pessoas que, mesmo sem o contato direto com o lugar (Santo Antônio da Patrulha), escreveram sobre ele a partir de pesquisa documental, resultando em trabalhos acadêmicos. Além do material escrito, inclui-se na análise ainda, o espaço tridimensional construído mais recentemente para contar esta mesma história: o Parque da Guarda. Por último, preocupou-se com a análise de outros espaços que remetem ao seu possível mito fundante ou a aspectos a ele relacionados. Tais espaços poderiam ser também, designados como lugares de memória da história e da cultura do município na atualidade.

Seguindo a abordagem da História Cultural tem-se como papel central na pesquisa a questão que envolve a construção da identidade local associada a sua história e aos lugares de memória nos espaços do município. Articula-se com essa questão, a noção de que a cultura patruhense está diretamente associada aos espaços de preservação da cultura material e imaterial da comunidade, que, por consequente, traduz sentimentos e memórias do município, permitindo ligar história, cultura e turismo, tomados como produto de desenvolvimento social, para com os patruhenses de hoje.

A partir dos pontos destacados a narrativa, a identidade e a memória, busca-se salientar como problemas de pesquisa, os seguintes questionamentos: Quem são os escritores sobre o tema de origem do município de Santo Antônio da Patrulha e qual o conteúdo e versões desses escritos? Quais são as diferenças desses escritos em suas variadas versões? De que forma a construção do Parque da Guarda representa uma versão mais atualizada do mito de origem? Como a população patruhense tem se apropriado da representação identitária construída no complexo do Parque da Guarda?

Na tentativa de responder as questões norteadoras da pesquisa, observa-se o que José Newton Coelho Meneses comenta sobre o estudo do passado no qual “existem silêncios sobre o passado que [o historiador] [...] problematiza e tenta preencher com dados informativos que todo tipo de vestígio deixado pelos homens daquele tempo podem informar (MENESES,

2006, p. 46)”. Por isso, acredita-se que o enfoque de estudos em locais onde existam monumentos, sejam eles históricos ou deliberadamente construídos, possibilita ao historiador a reflexão sobre o papel da ciência histórica na construção da sociedade na qual se vive. Por isso, para fazer parte de uma comunidade, é necessário colocar-se em relação ao seu passado, seja para aceitá-lo ou para rejeitá-lo. Hobsbawm afirma que “o passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana (HOBSBAWM, 1998, p. 22)”. Pesavento reitera a necessidade de analisar-se “[...] as transformações de caráter econômico, político, social e cultural, para que se torne possível à realização de uma leitura das representações sociais construídas num determinado contexto (PESAVENTO, 2002, p. 162)”.

Para alcançar os objetivos propostos no processo de construção desta pesquisa, buscou-se como fontes, escritos de pessoas originárias da comunidade patruhense que retrataram ou tem retratado a origem do município. Junto a esses escritos históricos buscou-se outros de cunho acadêmico baseados em documentos paroquiais e administrativos. E também utilizou-se o conjunto de esculturas, localizadas no Parque da Guarda, construídas em 2003. Para examinar metodologicamente essa gama de fontes, nos valem de Certeau, quando diz que o método histórico, sem ter a pretensão de ser totalmente empírico, busca testar e submeter à crítica os conceitos e as teorias desenvolvidas por outras ciências, através da demonstração das heterogeneidades das descobertas em processos sociais temporalmente e espacialmente localizados¹. Complementando Certeau, Ferreira (in PINSKY, LUCA (orgs.), 2011) alega que ao trabalhar com fontes literárias deve-se ter o cuidado de cruzá-las com outras fontes, a fim de entender o contexto histórico, no qual a fonte e o que ela revela estão inseridos.²

Toda fonte pode ser legítima na medida em que contribua para o entendimento do objeto específico de estudo e se tenha em conta sua natureza: política, econômica, científica, religiosa, artística, técnica ou outra. É preciso, contudo, estar atento aos ambientes socioculturais do período analisado para evitar o tratamento anacrônico da fonte (FERREIRA in PINSKY, LUCA (orgs.), 2011, p. 81).

¹ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

² FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. IN PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

Os documentos paroquiais observados nessa pesquisa foram vistos sob a ótica do texto de Bacellar³, que norteia pesquisadores sobre os cuidados que são necessários no manuseio com documentos antigos e de extrema fragilidade. Também auxiliou a pesquisa o texto de Bassanezi⁴, no qual a autora reflete sobre o papel nominativo das fontes e a possibilidade de cruzamento das mesmas para verificar a trajetória de um indivíduo qualquer através de seu nome.

Para complementar a presente discussão, definiu-se como conceito de etnicidade, o caráter ou qualidade de determinado grupo étnico vivida no tocante da sua alteridade perante outros grupos e como, identidade sociocultural, na defesa de valores e interesses do grupo através de mobilização política e/ou social.

Assim, o grupo étnico não está baseado nem na ocupação de territórios exclusivos, nem no isolamento, mas na reafirmação contínua de sua diferença na relação e em relação aos outros. Mesmo quando há o contato permanente entre grupos e uma tendência à redução das diferenças culturais entre eles, a reafirmação permanente das fronteiras étnicas se manifesta por meio de uma estrutura de interação, ou seja, um conjunto sistemático de regras, códigos de conduta para interação, que regulam os encontros sociais interétnicos. As regras de interação selecionam e isolam certos segmentos da cultura de possíveis confrontações e mudanças, permitindo a redefinição e perpetuação da diferença e, assim, dos próprios grupos enquanto entidades categoriais (ARRUTI in SANSONE; FURTADO (orgs.), 2014. p. 206).

Quanto à análise das imagens e dos espaços, observa-se o que Peter Burke diz referente aos cuidados que se deve ter na análise de imagens e de qual testemunho essas pretendem passar para os estudiosos, pois “[...] devemos olhar para estátuas reais ou ‘retratos de estado’ não como imagens ilusionistas de indivíduos como pareciam na época, mas como teatro, como representações públicas de um eu idealizado (BURKE, 2014, p. 185)”. O autor ressalta também que,

O uso de imagens, em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou oferecer prazer, permite-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas (BURKE, 2004, p. 17).

³ BACELLAR, Carlos. Uso e mal uso dos arquivos. In Bassanezi Pinski, Carla (org.). **Fontes históricas**. 2 ed., 2 reimp. – São Paulo: Contexto, 2010. p. 23-80.

⁴ BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. in BASSANEZI PINSKI, Carla; DE LUCCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1ed., 1 reimp. – São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-172.

Também Paiva⁵ frisa as possibilidades da interpretação equivocada sobre as imagens, fazendo com que o historiador perceba todos os meandros distorcidos que a imagem pode oferecer.

A iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutidas as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada, forjada ou inventada. Nesse aspecto, ela é uma fonte como qualquer outra e, assim como as demais, tem que ser explorada com muito cuidado. Não são raros os casos em que elas passam a ser tomadas como verdade, porque estariam retratando fielmente uma época, um evento, um determinado costume ou certa paisagem (PAIVA, 2006, p. 17).

Tanto as imagens quanto a história oral⁶ podem oferecer riscos ao historiador, caso ele não realize um cotejamento deste tipo de fonte com outras categorias. Alberti vê com bons olhos essa fonte, pois diz que a história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado.⁷ A autora avisa também que um dos maiores equívocos dos pesquisadores “[...] está em considerar que a entrevista publicada já é “História”, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessitam de interpretação e análise (ALBERTI in PINSKI (org.), 2010, p. 158)”. Alberti ainda afirma que “[...] em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou grupo de entrevistas deem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado (ALBERTI in PINSKI (org.), 2010, p. 158)” Ao entender que uma entrevista propicia ao historiador uma memória sobre determinada conjuntura, percebe-se que ela possibilita “[...] entender como pessoas e grupos experimentaram o passado [que o] torna possível questionar interpretações generalizantes de determinado acontecimentos (ALBERTI in PINSKI (org.), 2010, p. 165)”. Por isso, é do ofício do historiador identificar a gama de significados que um depoente revela em sua fala, quais as memórias que quis lembrar e qual quis omitir ou esquecer.

Ao olhar os espaços e monumentos⁸ de Santo Antônio da Patrulha sob a ótica metodológica da iconografia, vê-se que tais obras encaixam-se no que Jacques Le Goff⁹

⁵ PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. 2 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção História & Reflexões).

⁶ Ver também: FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In IN PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

⁷ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010. p. 158.

⁸ No caso do presente trabalho acredita-se que “o monumento em seu momento fundador, tem a função de memorizar o passado ou de informar sobre o presente (MENESES, 2006, p. 32-33)”. “Entendemos por

interpreta como monumentos que são também documentos, pois se inserem na ação de perpetuação do passado, seja ela de forma voluntária ou involuntária. O autor procura incorporar a noção de que o monumento possui como característica tamanha carga de significados que o torna documental. Assim, os espaços e os monumentos unem-se a documentos e a obras que retratam os aspectos históricos do município de Santo Antônio da Patrulha e tornam-se elementos memorativos da comunidade. “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003, p. 419)”. Assim, ao estudar a memória¹⁰ social, o historiador esbarra em duas pontas de interpretação da sua função, uma que está relacionada com a questão do ato de “re-memorar”, ou seja, lembrar de algo que ocorreu no passado, como também na relação que a memória possui com a identidade, o que Le Goff¹¹ trata como “elemento essencial”, tendo ambas agindo contra um dos maiores medos da sociedade, o esquecimento. Candau acredita que,

As falhas de memória, os esquecimentos e as lembranças carregadas de emoção são sempre vinculados a uma consciência que age no presente. Porque a memória organiza “os traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas do futuro”, devemos ver nela menos “uma função de conservação automática investida por uma consciência sobreposta” do que um modo essencial da consciência mesma, o que caracteriza a interioridade das condutas. A lembrança não “contém” a consciência, mas evidencia e manifesta, é “a consciência mesma que experimenta no presente a dimensão de seu passado (CANDAU, 2011, p. 63)”.

monumento tudo o que for edificada por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças (CHOAY, 2001, p. 18)”.

⁹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

¹⁰ Ver: FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. / GEVEHR, Daniel Luciano. **Pelos caminhos de Jacobina**: memórias e sentimentos (re)significados. Tese de Doutorado. - São Leopoldo: UNISINOS, 2007. / MENEZES, Adélia Bezerra de. **Memória e ficção**. Revista Resgate. Centro de Memória Unicamp. Papyrus, n. 3, 1991. P.9-15. / NEVES, Licília de Almeida. **Memória e História**: Substratos da identidade. In Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999: Florianópolis) História: fronteiras / Associação Nacional de História. SP: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, 1999. p. 1062-1070. / RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al.]. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007. / LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. / RODRIGUES, José Honório. **A tradição, a memória e a história**: Brasil Tempo e Cultura 3. João Pessoa: Secretária da Educação e Cultura Estado da Paraíba, 1980. p. 209-244. / NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, SP, n.10, dez. 1993. / ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2 ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. / HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. - São Paulo: Centauro, 2003. / OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico**. - São Cristóvão: Editora UFS, 2010. / CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. - São Paulo: Contexto, 2011.

¹¹ Idem 9.

Exemplificando, pode-se dizer que um dos elementos que aproxima os indivíduos de uma mesma comunidade é a sua origem. Contudo,

O ponto de origem não é o suficiente para que a memória possa organizar as representações identitárias. É preciso ainda um eixo temporal, uma trajetória marcada por essas referências, que são os acontecimentos, cuja maior ou menor densidade permite distinguir os “períodos” e as “épocas”, é um tempo vazio de lembranças (CANDAUI, 2011, p. 98).

Em muitos casos, esse momento de origem não é documentado, o que dificulta a definição da história dessa origem. Entretanto, alguns grupos podem modificar, ou melhor, eleger, criar outro momento como sendo o que estabelece a origem deste grupo.

Quando a determinação desse momento de origem puder prescindir de uma historicização dos acontecimentos fundadores, os mesmos serão enraizados em uma antiguidade indeterminada, com o objetivo de naturalizar a “comunidade”, que então não terá “necessidade de outra definição que a autoproclamação de si (CANDAUI, 2011, p. 95)”.

Muitas vezes, na origem dessas identidades é visualizada a presença de mitos fundantes. Estes são normalmente caracterizados em tempo não calculáveis, considerados “tempos primordiais”, sem uma datação precisa. Todavia,

“[...] o mito é uma *narrativa* possuidora de um caráter especial, plena de significação. É uma narrativa percebida como diferente das outras, trazendo em si um segredo, um enigma a ser decifrado (e/ou de outra forma, decifrando o que é secreto), organizando a sociedade e lhe dando sentido (MACIEL in FÉLIX; ELMIR (orgs.), 1998, p. 76)”.

Eles passam a pertencer ao campo do simbólico, o que os leva a estar sempre na fronteira entre a ficção e a história. E é nesta linha tênue que a maioria dos heróis se move. Ressalta-se que, mesmo vulgarmente, o mito seja considerado uma inverdade, tendo por característica suavizar a descrição da origem de um grupo, através de uma linguagem de fácil compreensão. O historiador Ulpiano Bezerra de Meneses nos revela que,

“[...] o mito não diz respeito a uma *verdade*, mas a uma *forma de comunicação*. [...] que a matriz e a matéria constitutiva do mito é a linguagem, sobretudo a narrativa. Além disso, pode-se concluir também que o mito deve corresponder a uma necessidade seminal de expressar-se – e expressar-se para além do imediatamente

exprimível. Por fim, o potencial mobilizador do mito é facilmente apreensível (MENESES in FÉLIX; ELMIR (orgs.), 1998, p. 45-46)”.

Ao estudar a existência do mito deve-se remeter também ao que Swain define por imaginário, dizendo que é ele que “[...] ocupa uma parte considerável dessas ‘pressões sociais’, revitalizando, ressemantizando conteúdos, imagens, galvanizando pulsões e emoções coletivas, no processo enunciativo das formações discursivas (SWAIN, 1994, p. 46)”. A autora continua afirmando que o imaginário aborda um “[...] horizonte psíquico habitado por representações e imagens canalizadoras de afetos, desejos, emoções, esperanças, emulações; o próprio tecido social é urdido pelo imaginário – suas cores, matizes, desenhos reproduzem a trama do fio que os engendrou (SWAIN, 1994, p. 48)”. Portanto, uma das funções do imaginário seria controlar e organizar o tempo no campo coletivo em seu aspecto simbólico, sendo através dessa ação que as projeções futuras estão estabelecidas. A forma na qual os imaginários influenciam as mentalidades perpassa pela forma de difusão, instrumentos de persuasão, pressão ou inculcação de valores e crenças do mesmo grupo ou até mesmo de grupos externos.

No presente trabalho, verifica-se que a cultura sul rio-grandense alicerçou-se na herança deixada pelos primeiros povoadores do Estado. Sua história está marcada por várias lutas e guerras, nas quais as fronteiras e os interesses locais foram sempre defendidos com veemência. Criou-se no Rio Grande do Sul um “imaginário” em relação ao gaúcho, visto como herói, valente e batalhador. Sobre essa perspectiva, Menezes comenta que a eleição de heróis a serviço do Estado vem de um

“[...] tempo em que apenas heróis e figuras do Estado foram seres históricos dignos de percepção pelos intérpretes da construção histórica. A memória construída por esses historiadores a serviço ou não de estados e governos ou de suas próprias ideologias políticas, religiosas ou morais, elegeu pontos do passado a iluminar e outros tantos a deixar no escuro (MENESES, 2006, p. 14)”.

Na história de Santo Antônio da Patrulha emerge também uma visão romanceada sobre o início do povoamento da sede. Como na maioria dos municípios do Estado, Santo Antônio da Patrulha construiu seus laços de identificação através do sentimento de ligação às etnias que povoaram a região, ressaltando a cultura que estes povoadores trouxeram consigo. A população de Santo Antônio da Patrulha, em sua maioria, manteve e fortaleceu gradativamente seus laços com a identidade açoriana, a primeira que ali se estabeleceu. Nesse

sentido, a culinária, o artesanato e o folclore característicos das Ilhas dos Açores ainda são encontrados no município de Santo Antônio da Patrulha hoje.

Retomando os espaços, objetos e monumentos como documentos de pesquisa, ressalta-se que cada uma destas fontes carrega consigo uma representação, ou seja, uma reestruturação da realidade para permitir uma nova forma de entendê-las. “Uma representação é constituída de informações, de crenças, de opiniões e de atitudes a propósito de um dado objeto social (ABRIC in MOREIRA; OLIVEIRA, 1998, p. 30)”. Entrelaçar tais conceitos com documentos permite perceber a importância deste objeto de pesquisa, pensando-o como patrimônio cultural daquela comunidade.

Conforme Choay¹², o patrimônio seria um bem destinado à comunidade, mas que se ampliou para uma dimensão planetária. Contudo, observa-se que esse patrimônio somente é assim considerado devido ao grau de identificação que proporciona a comunidade. Para De Varine¹³, o patrimônio é o capital que a comunidade dispõe, seja ele memorialístico ou econômico.

O patrimônio é este capital, presente, ao menos implicitamente, em toda iniciativa e em todo programa de desenvolvimento digno deste nome. Um espaço rural ou urbano, uma paisagem agrícola ou industrial, uma flora ou fauna específica, tradições e saberes, monumentos e arquivos, lembranças carregadas de significados, modos de vida, tudo isto pertence ao capital da comunidade em desenvolvimento (DE VARINE, 2012, p. 36).

Nesse momento, o patrimônio de uma comunidade passa a ter também uma conotação de produto a ser apreendido e, ou, a ser vendido, logo considerado um elemento da indústria do turismo. Hoje, o turismo passa por um momento onde ocorre a ampliação das possibilidades de crescimento, especialmente apresentando uma proposta de inclusão social, que contribui para a valorização da vida e da distribuição mais igualitária de renda, tendo por principal foco de atuação a sustentabilidade do espaço. Se considerar que o turista, ao viajar, quer fugir do cotidiano, e “opta por conhecer uma determinada cultura e entender uma certa identidade cultural, [ele] está [...] sensível a atribuir sentidos, entender simbologias, apreender significados, desde que sinta aderência ao produto da interpretação do planejamento turístico e da história [...] [daquela localidade] (MENESES, 2006, p. 13-14)”. Meneses continua sua reflexão afirmando que o turismo moderno emerge de um ambiente romântico onde

¹²CHOAY, Françoise. **As questões do patrimônio**. Tradução Luís Felipe Sarmiento. – Rio de Janeiro: Edições 70, 2011.

¹³ DE VARINE, Hugues. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta. – Porto Alegre: Medianiz, 2012.

descobertas possuem seu valor, principalmente quando estão vinculados à construção de valores que buscam memorizar o passado através da ação da lembrança, da compreensão e da co-memorização¹⁴.

Refletindo sobre as questões que envolvem o turismo e a história, Souza¹⁵ afirma que o turismo deve ser analisado como uma atividade que perpassa todas as esferas da sociedade, envolvendo a economia, a educação, os transportes, e as comunicações. É um fenômeno com consequências sociais, culturais e políticas, que se tornou um direito e um desejo de todo os cidadãos e, como tal, objeto de consumo do mundo globalizado. Na economia global o turismo tem crescido em torno de 5,4% ao ano, e no início do terceiro milênio foi responsável pelo emprego de 10% da população economicamente ativa, sendo que o produto bruto em 2005 estimou-se em 7,9 trilhões de dólares. Dados recentes divulgados pela OMT indicaram que 10% do PIB mundial provêm das atividades turísticas. Atualmente, no Brasil, as atividades vinculadas ao turismo empregam 7,4% da população economicamente ativa.¹⁶ Entretanto, o desenvolvimento do turismo no Brasil, segundo Anderson Portugal¹⁷, remonta aos anos 60, intensificando-se nos anos 80 e 90, sendo o turismo cultural a maior fonte de captação de viajantes no país. O autor também ressalta que os lugares turísticos apresentam características naturais e sociais compondo seus aspectos visuais, perceptíveis aos sentidos e abstração humana:

Os lugares turísticos apresentam certo número de características naturais e sociais que compõem seus aspectos visuais, perceptíveis tanto pelos sentidos físicos, quanto pela abstração humana. São as formas espaciais, construídas ao longo de períodos históricos. As relações sociais, por sua vez, imprimem funções para cada forma de paisagem (PORTUGUEZ in PORTUGUEZ, 2004, p. 14).

Assim, a atividade turística exige que empresas e órgãos administrativos, sejam eles municipais, estaduais ou federais, conheçam seus patrimônios e suas potencialidades para assim planejar a estrutura para receber estes indivíduos ávidos por conhecimento sobre coisas novas para, a partir disso, promover um desenvolvimento equilibrado de uma região.

¹⁴ MENESES, 2006, p. 14.

¹⁵ SOUZA, Magda Vianna de. **Reinvenção das tradições e promoção de turismo: estratégias diferenciadas de mercantilização da identidade cultural: os casos de Nova Petrópolis e São Francisco de Paula no Rio Grande do Sul.** [manuscrito] / Magda Vianna de Souza. – Porto Alegre, 2005.

¹⁶ PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org.). **Turismo, memória e patrimônio cultural.** – São Paulo: Roca, 2004.

¹⁷ Idem 16.

Entretanto, para isso deve-se levar em conta que a gestão deva privilegiar a proteção e a preservação adequadas dos patrimônios considerados culturais ou naturais.

Buscando identificar os espaços e os costumes que poderiam ser considerados patrimônio da comunidade patrulhense (foco deste estudo) recorre-se a uma (re)leitura da história de Santo Antônio da Patrulha. Esta análise parte do momento em que se iniciava a construção de um caminho que ligasse o Rio Grande de São Pedro a São Paulo o qual incidia com o período de tropeirismo. O caminho para o sul começava com a expedição via litoral do grupo de João de Magalhães representando Francisco de Brito Peixoto. Entre os anos de 1725 e 1729, seguiu uma tropa de 31 soldados até o norte do canal de Rio Grande para ali construírem ranchos e possibilitarem a travessia do canal para as tropas de gado *vacum*. “Este saiu de Laguna com destino à Campanha do Rio Grande para estabelecer estâncias e impedir que espanhóis ou seus aliados, [tapes ou minuanos], ali fundassem povoações (ESPÍRITO SANTO in BOEIRA; GOLIN (orgs.), 2006, V.1, p. 42)”. Economicamente o território mostrava-se viável, pois já desenvolvia um comércio com o centro do Brasil, o comércio de mulas. O ciclo do tropeirismo sulino desenvolveu-se, sobretudo, a partir do transporte e comercialização de mulas, sempre em grandes quantidades de animais.

“Uns mil e quinhentos quilômetros separavam a Guarda de Viamão da feira de Sorocaba. A subida da serra era difícil, já que se necessitava vencer arroios, barrancos, elevações, pântanos. Nesse trecho, era comum os animais se afogarem ou desbarrancarem das alturas. Em geral, após vencer a etapa perigosa, o caminho era constituído por uma sucessão de terrenos planos – *campos* -, com fartas pastagens e abundante água (MAESTRI, 2000, p. 77)”.

Ainda nesse período, entre 1727 e 1730, o sargento-mor Francisco de Souza Faria construiu a estrada do Morro dos Conventos caminho para chegar aos campos de Lages, Curitiba e Sorocaba. Alterado o trajeto entre o Rio Grande e Sorocaba pelo litoral, Laguna passa a não pertencer à rota dos tropeiros¹⁸, afetando a mobilidade das mercadorias e das pessoas, o que fez com que os lagunenses procurassem restabelecer suas vidas no Continente de São Pedro, através de pedidos de sesmarias a Coroa portuguesa. Em 1732, Manoel

¹⁸Segundo Flores, “no século XVIII era chamado de tropeiro o dono da tropa, os demais eram o capataz, o arrieiro, o camarada e o peão. O que conduzia a mula ou égua madrinha era o madrinheiro. Um peão servia de cozinheiro e conduzia as mulas do trem, isto é, da bagagem e das caixas de alimentos. No início do século XIX o termo tropeiro designava também o capataz da tropa. Mais tarde o termo se generalizou, referindo-se a todos que trabalhavam com a tropa de vacuns, cavaleiros ou muaras. A tropa podia ser de mulas xucras ou de mulas cargueiras (FLORES, 2006, p. 38)”.

Gonçalves Ribeiro recebe a primeira sesmaria no território que depois será parte do município de Santo Antônio da Patrulha, a qual, hoje, compreende a cidade de Tramandaí.

Os primeiros povoadores perceberam a importância das reservas de gado vacum e muar para a economia local e colonial, assim como a necessidade de desenvolver novos caminhos para a locomoção das tropas, “definindo a ocupação e a economia dos espaços sociais abrangidos por sua atuação (BARROSO SANTO in BOEIRA; GOLIN (orgs.), 2006, V.1, p. 172)” e alterando paisagens e relações sociais.

Na visão da Coroa portuguesa, o processo de concessão de sesmarias¹⁹ visava criar condições de assegurar o domínio das terras do Rio Grande de São Pedro, através do panorama do *uti possidetis*. Essas sesmarias transformaram-se “[...] em fazendas de criação de gado vacum, cavalari e muar. O gado era retirado da Vacaria do Mar e das estâncias missioneiras. Os burros reprodutores (echores) vinham do território espanhol. A criação de mula fazia-se com um burro e um piquete com 20 éguas. Além da criação extensiva, a fazenda possuía uma pequena lavoura de milho, mandioca, abóbora e feijão para a alimentação da família e dos peões”.²⁰ Em 1731, Cristóvão Pereira de Abreu corrigiu a Estrada dos Conventos, mas somente em 1737²¹ é que ele abriu a “Estrada Real de Viamão”, que seguia desde o Capão da Porteira, passava por Santo Antônio da Patrulha, seguindo pelo vale do Rio Rolante, subindo as escarpas do planalto (também conhecida como Serra Geral), passando pelos Campos de Cima da Serra e atravessando o Passo de Santa Vitória, no rio Pelotas, alcançando os campos de Lages, conseqüentemente, encurtando a viagem²².

Guilhermino Cesar²³ argumenta que o alvo inicial destas expedições de caça ao gado reúne a região dos Campos de Viamão, que tinha como suas divisas naturais o rio Mampituba ao norte, o oceano Atlântico ao leste, e a baliza fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos a oeste e ao sul. Os visitantes que seguiam para o Rio Grande pelo caminho do litoral

¹⁹ Terrenos incultos ou abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XIII, a pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro de prazos previamente estabelecidos. (AZEVEDO, 1999, p. 415). “As terras eram concedidas por meio das sesmarias (em média 3 X 1 léguas) e datadas (1/4 de légua quadrada) (KUHN, 2011, p. 51).

²⁰ FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 8 ed. rev. e ampl. - Porto Alegre: Ediplat, 2006. p. 38.

²¹ Espírito Santo revela que a abertura da Estrada Geral de Viamão possui uma incoerência nas datas sendo que a diferença entre os anos de sua abertura pode chegar a 5 anos: “[...] caminho que Cristóvão Pereira de Abreu iniciou a percorrer em 1732, levando para Minas Gerais uma tropa de mais de três mil muares, onde chegou em 1735 (ESPÍRITO SANTO in BOEIRA; GOLIN, 2006, p. 34)”.

²² Segundo Flores, a “Estrada Real de Viamão” ou Caminho de Cristóvão Pereira esteve em funcionamento entre os anos de 1750-1897, período em que o tropeirismo existia.

²³ CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Período Colonial. – Porto Alegre: Globo, 1970.

diziam que os Campos de Viamão eram todas as planícies despovoadas à margem direita do Rio de São Pedro.

Com o desenvolvimento da economia sul-rio-grandense visando o fornecimento de produtos derivados de animais para outras regiões de grande importância para a Colônia (região mineradora e a região açucareira), dá-se início a um processo de cobrança de taxas para o trânsito na Estrada dos Tropeiros. Essa cobrança era realizada em um posto (pedágio) chamado de “Guarda”, o qual posteriormente [por volta de 1752] seria chamado de “Registro dos Campos de Viamão,” ficando mais tarde conhecido como “Registro da Guarda Velha de Viamão²⁴”. Ele se localizava as margens da estrada, sendo administrado por um funcionário da Fazenda Real, o Provedor do Registro (nomeado pelo Provedor da Fazenda Real por um período de seis meses ou um ano, recebendo carne e farinha como ração e um soldo de 200\$000 réis por mês), por um oficial do exército e por soldados dragões. No intuito de que nenhuma tropa burlasse o sistema de cobrança de impostos, um destacamento de soldados realizava patrulhas nos arredores. O posto foi instaurado a cerca de 6 km da sede atual do município de Santo Antônio da Patrulha, no sentido noroeste, às margens do rio dos Sinos, sobre uma colina, em uma localidade chamada ‘Guarda Velha’.

²⁴ Segundo informações de Jacobus (2000), o Registro pode ter sido instalado no segundo semestre de 1737 ou no primeiro semestre de 1738, sendo extinto em 1808. Kuhn confirma o apontamento inicial de Jacobus para a criação do Registro de Viamão “[...] originário de uma guarda militar criada em 1737, a “Guarda Velha” de Viamão, situada próximo à atual cidade de Santo Antônio da Patrulha. O Registro de Viamão foi constituído a partir da abertura do Caminho do Sertão, ligando os *Campos de Viamão* ao centro do Brasil, e, a partir de 1739, a Coroa passou a cobrar direitos sobre os animais que se dirigiam à feira de Sorocaba. No entanto, o registro ainda não havia sido instalado, sendo o imposto cobrado diretamente pelo comandante da Guarda da Viamão, que na época era o tenente Francisco Pinto Bandeira (KUHN, 2011, p. 47)”.



Figura 1: Visão atual do local onde o Registro havia sido construído. Informações repassadas pelo historiador Fernando da Rocha Lauck.

No Registro também havia três currais e três ranchos. Um dos currais servia para os cavalos do regimento, o outro para o descanso dos animais que estavam em rota para o centro da Colônia, e o terceiro para a colocação de animais apreendidos. Os três ranchos eram divididos, um para o pessoal administrativo, outro para os soldados, e o último servia para depósito de couros.



Figura 2: Os velhos caminhos do Rio Grande do Sul no início do século XVIII. Mapa: A Villa da Laguna e Barra do Taramandi na costa do Brazil e América Portuguesa.²⁵ Destacado em azul a localização da Guarda (em Santo Antônio da Patrulha) no caminho criado por Cristóvão Pereira de Abreu.

Para complementar o projeto de povoamento destas terras, iniciou-se o processo de imigração açoriana²⁶, a fim de radicar elementos portugueses nestas paragens.²⁷ Era o momento em que os portugueses implementaram a política de ocupação dessa fronteira através dos açorianos. Entre as áreas ocupadas após 1751 está o território do atual município

²⁵ O mapa mostra a “penetração portuguesa no Rio Grande. Área mapeada pelo Pe. Diogo Soares, em 1738, demonstra o conhecimento de diversas regiões já conquistadas e os dois principais caminhos com o sudeste brasileiro: O do litoral, conhecido por Caminho de Cima da Serra, bifurcando-se da estrada do litoral em Santo Antônio da Patrulha em direção a Vacaria. Este é um mapa fundante da identidade sulina. O registro não perde seu valor em consequência das deformações existentes no mapa, sem precisão cartográfica, porém ilustrativo da penetração portuguesa no Sul. *A Villa da Laguna e Barra do Taramandi na costa do Brazil, e América Portuguesa*. Pe. Diogo Soares. 1738. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino. Cartografia Manuscrita do Brasil, 1215” (GOLIN, 2002, p. 386 apud BOEIRA; GOLIN, 2006, p. 94).

²⁶ O historiador Fábio Kühn diz que o “*Edital de 02.11.1746*” autorizava a vinda dos açorianos, estabelecendo as condições da migração e as concessões do Estado: limite máximo de 40 anos para os homens e de 30 anos para as mulheres; ajuda de custo; instrumentos agrícolas; animais; farinha no primeiro ano; isenção de serviço militar nas tropas pagas; um quarto de légua quadrada de terra (KÜHN, 2011, p. 53).

²⁷ O Tratado de Madri estipulava a troca de territórios entre as Coroas Ibéricas, ou seja, Portugal trocou a Colônia do Sacramento e as Molucas (Filipinas) pelos Sete Povos, e territórios a oeste de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Amazonas. Este tratado estipulava que os índios deveriam abandonar as Missões para garantir que não haveria revolta dos índios contra Portugal.

de Santo Antônio da Patrulha. No entanto, devido às dificuldades ocasionadas com o Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica²⁸, os açorianos passaram por momentos de instabilidade e incerteza quanto à demarcação de terras e a disponibilização de instrumentos e sementes para o início do período de residência em terras sul-rio-grandenses. Nos primeiros vinte anos, os casais açorianos ficaram à mercê da própria sorte²⁹, desassistidos pelo governo colonial. Entretanto, o intento da Coroa foi estabelecido, pois no ano de 1753, na freguesia de Viamão, cerca de 26 filhos de casais açorianos foram batizados. Cleusa Graebin afirma que,

Os anos iniciais da presença açoriana no Rio Grande de São Pedro foram marcados por intensas dificuldades. As autoridades coloniais, envolvidas em demandas geradas pela demarcação do Tratado de Madri, pela Guerra Guaranítica (1754-1756), bem como pela invasão espanhola de Rio Grande (1763-1776), não tiveram condições de acomodar, de maneira satisfatória, os contingentes açorianos que chegavam pelo porto da vila do Rio Grande de 1751 a 1765. Igualmente, tiveram dificuldade em fazer cumprir as determinações régias de demarcação e distribuição de terras, instrumentos, ferramentas e sementes para o ilhéus. Assim, a forma pela qual se configurou o viver dos açorianos no Rio Grande de São Pedro foi plena de instabilidade. Ao sabor das circunstâncias e da mobilidade no espaço, os açorianos precisaram improvisar novas formas de viver, a fim de suportar as dificuldades (GRAEBIN in BOEIRA; GOLIN, 2006, V.1, p. 203).

Na região do litoral norte do Rio Grande do Sul, que depois se tornou o município de Santo Antônio da Patrulha³⁰, houve muitas doações de sesmarias e datas de terra. Um dos

²⁸ “Como a Colônia se transformou no entreposto de contrabando com Buenos Aires, a Coroa espanhola propôs sua troca pelos Sete Povos das Missões, nas margens do rio Uruguai, que seria realizada pelo Tratado de Madri, em 1750. Uma das cláusulas tratava da transmigração dos guaranis missioneiros para a outra margem do rio Uruguai. Os missioneiros não aceitaram a transmigração, iniciando a resistência denominada Guerra Guaranítica (FLORES, 2006, p. 35)”.

²⁹ O Tratado de Madri de 1750 não foi bem visto pelos guarani-missioneiros, pois sabiam que tinham que abandonar o local na qual haviam formado suas estâncias e ervais junto as Reduções. Sabia-se que após assinatura deste acordo diplomático, todo o povo guarani teria de transmigrar para o outro lado da fronteira em direção de terras espanholas. Todavia, os missioneiros acabam por desesperar-se e através da liderança do capitão Sepé Tiaraju alocaram-se em guerra contra as tropas lusos-espanholas que guarneciam a execução do Tratado. Com o clima tenso desde 1750, os açorianos que chegaram em 1752 não foram enviados aos “Sete Povos” como era o plano inicial, sendo então, instalados nos campos de Viamão e em outras localidades do Continente, como a fortificação de Rio Pardo, local onde os açorianos iriam auxiliar as tropas no fornecimento de víveres, utensílios e soldados. “No entanto, não houve a demarcação e regularização de posse das datas de terras, nem subsídios, instrumentos para a lavoura, animais, ou sementes. Esses casais viveram por sua conta e risco, improvisando a sobrevivência, desde a sua chegada ao porto do Ornellas, em 1752, até a demarcação de terras, iniciada somente a partir de 1764 (GRAEBIN in BOEIRA, GOLIN, 2006, p. 206)”. Entretanto, o recrutamento de açorianos era permitido pela Coroa, isto fez com que mulheres e crianças ficassem totalmente desassistidas, vivendo de esmolas.

³⁰ Segundo Neis (1975, p.30) “a denominação Santo Antônio da Patrulha surgiu em documentos oficiais a partir de 1760, tendo como motivo a construção da primeira capela em honra de Santo Antônio, sendo que a denominação Patrulha ressalta o lugar onde o Registro que fiscalizava as estradas e cobrava os impostos estava localizado.”

primeiros moradores da região foi Manuel de Barros Pereira³¹ com terras próximas a lagoa que hoje leva seu nome. Conforme Laytano³², Manoel de Barros Pereira foi um tropeiro que recebeu sesmaria em 1744³³ “em Conceição do Arroio”. Com indícios encontrados na documentação, Neis supõe que,

[...] logo após a abertura da “estrada dos Conventos” Manuel de Barros, como tropeiro, tenha vindo para o sul. Em 3 de julho de 1734 ele assinou em São Paulo, juntamente com o Padre Manuel da Silva Albuquerque e Antônio Lopes Cardoso, este último proprietário de terras perto de Itapoã, uma representação contra as pretensões de Brito Peixoto, que pediu ao Rei de Portugal para si e suas famílias toda a extensão das terras desde Tramandaí até São José do Norte. Pela representação se depreende que Manuel de Barros já conhecia perfeitamente o Rio Grande, e que tinha aqui seus interesses (NEIS, 1975, p. 79).

Ao que se sabe, Manuel de Barros Pereira construiu fortuna no Rio Grande de São Pedro, possuindo várias fazendas em diferentes locais do continente, assim como tendo adquirido notoriedade entre as pessoas influentes da sociedade sul-rio-grandense da época. Sua história pessoal e familiar marcou significativamente a história de Santo Antônio da Patrulha, por que aos vinte e nove anos de idade na fazenda da Lagoa próxima de Santo Antônio da Patrulha torna-se pai de um dos bebes de suas escravas, Tereza Pereira de Jesus. Manuel de Barros Pereira chama-a de Margarida da Exaltação da Cruz, sendo também reconhecida como Margarida de Barros Pereira. Neis afirma que,

Barros teve grande amor à sua filha Margarida da Exaltação, e procurou dar-lhe educação esmerada. Enquanto outras crianças da época pouco ou nada aprendiam, por falta de escola, e pelas distâncias em que moravam, a filha de Manuel de Barros

³¹ Manoel de Barros Pereira nasceu em 1713 na ilha de Santa Maria no Arquipélago dos Açores, sendo filho de Manoel Pereira e Margarida de Barros.

³² LAYTANO, Dante. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro/EST, 1983.

³³ Na Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul publicada em janeiro de (1921: 147) pelas oficinas gráficas do jornal “A Federação” consta que Manuel de Barros Pereira recebeu sesmaria somente no ano de 1777. Nos documentos do Arquivo Público Mineiro encontramos a Carta de Sesmaria dada ao ente acima descrito em 20 de outubro de 1755. Essa carta foi transcrita na Revista do Arquivo Público Mineiro entre os anos de 1921 e 1933: Manoel de Barros, vol.24, pp.215- 216; bem como a Carta de Sesmaria de Inácio de Mendonça, vol. 24, p. 152-153. Segundo informações de Guilhermino Cesar baseado em obra de Aurélio Porto: “Quando Francisco de Brito Peixoto requereu (1732) sesmaria, *do Tramandaí até a barra do Rio Grande*, a informação que obteve foi que esses campos já se achavam povoados por grande número de criadores, que neles tinham os seus gados, sendo-lhe, por isso, indeferida a petição (CESAR, 1970, p. 92)”. Conforme Neis (1975, p.79) Manoel de Barros Pereira chegou ao Rio Grande de São Pedro, por volta de, 1733-1734 com aproximadamente 21 anos de idade, o que confirma que ele foi um dos primeiros moradores da região nordeste desta província. Com isso, apresenta-se um impasse nas interpretações desta datação da doação de sesmarias aos personagens centrais de análise, contudo, acredita-se que eles teriam fixado residência em um momento anterior a 1755, sendo somente nesse ano que alcançaram a regulamentação da posse destes terrenos. O comum nesta época é que primeiro o sesmeiro demonstrasse habilidade em produzir na terra para depois solicitá-la ao rei.

deve ter recebido boa instrução em casa, pois aos 13 anos, quando casou com Inácio José de Mendonça, tinha uma letra invejável, e escrevia com bastante perfeição (NEIS, 1975, p. 82).

É a partir da história do casamento de Margarida, filha de Manuel de Barros Pereira, e Inácio que se origina a primeira capela em honra a Santo Antônio e, mais tarde, a vila de Santo Antônio da Patrulha. A história, sucintamente narrada nos parágrafos acima esclarece as razões pelas quais decidiu-se analisar e pesquisar a construção do Parque da Guarda³⁴ e sua ligação com a história do município. Com a construção da capela, passou ao pároco a responsabilidade de emissão de documentos como registros de pessoas e de propriedades, já que tais atividades eram exercidas pela Igreja.

Com o desdobramento da conquista territorial e dos acordos com a Espanha, no início do século XIX, o território sul-rio-grandense vai ser dividido administrativamente pelos portugueses. O fato ocorreu, segundo Provisão de 7 de outubro de 1809 que criou quatro vilas na Capitania de Rio Grande de São Pedro: Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.³⁵

³⁴ O Parque da Guarda é um complexo de lazer e cultura situada na Lomba da Pascoa em Santo Antônio da Patrulha em uma área de 42 hectares.

³⁵ Sobre esse assunto ver LAYTANO, Dante de. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1983. / RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **Santo Antônio da Patrulha: das origens até a independência**. Monografia de conclusão de curso. São Leopoldo: Unisinos, 1972. / BORGES FORTES, Amyr; WAGNER, João Baptista Santiago. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1963.

A decadência da agricultura nas encostas e no litoral só não é total porque o cultivo da mandioca e da cana-de-açúcar se mantém: a mandioca, porque alimenta a pecuária do litoral e do planalto; a cana de açúcar, porque é matéria-prima que sustenta os primeiros engenhos, que abastecem os mercados da capital e campos de Cima da Serra (SOUZA; [et all] in BEMFICA; [et all], 2000, p. 798).

Após examinar a diversidade geográfica da área que compreendia o município de Santo Antônio da Patrulha, verifica-se que no planalto a população especializou-se na pecuária, enquanto na encosta o foco foi na agricultura e no litoral em ambas. Nesse contexto é preciso reconhecer as dificuldades de vários locais se relacionarem com o centro administrativo pela falta de estradas. “Esta configuração econômica, aliada a problemas geográficos, administrativos e de isolamento político por falta de lideranças, é que vão estimular o processo de desintegração [sic] do município, na segunda metade do século XIX (SOUZA; [et all.] in BEMFICA; [et all], 2000, p. 797)”.

Souza ressalta também que havia pressões sobre a Câmara Municipal visando à busca de melhorias para os problemas que os colonizadores estavam enfrentando. Entretanto, a Câmara procurava se eximir, já que o município possuía dificuldades financeiras para a realização de melhorias.

A mudança da atividade econômica da pecuária pela agricultura constitui-se em uma esperança para os colonizadores, que logo se transforma em frustração diante dos altos impostos pagos à Província, da ineficiência político-administrativa do município, da escassez de mão-de-obra e do descaso do Governo Provincial para com obras estratégicas ao desenvolvimento municipal – estradas, prédios públicos, pontes e até materiais de expediente para a Câmara de Vereadores que levam a um descontentamento generalizado dos produtores (SOUZA; [et all] in BEMFICA; [et all], 2000, p. 798).

Tais dificuldades vão marcar a vida econômica de Santo Antônio da Patrulha ao longo do século XIX. A partir da metade do século XIX o município passa por desmembramentos em seu território em função da criação de outros municípios, trazendo por consequência o completo sentimento de abandono, pois áreas importantes como o planalto-pastoril e parte do litoral-agropastoril foram perdidas nesse processo. As dificuldades de escoamento da produção continuaram mesmo depois da construção da estrada que ligava Santo Antônio da Patrulha e Osório em 1970, e da melhora da agricultura ligada a cana-de-açúcar e a exportação de aguardente, melado e rapadura.

Conforme alguns historiadores é pertinente dizer que o município atravessou os tempos, procurando sanar seus problemas econômicos, creditando as questões geográficas e a

falta de braços imigrantes e estradas, a inferioridade diante dos outros centros urbanos da província no período colonial e depois durante o império. Abordando uma visão diferenciada, Witt, salienta em sua pesquisa que,

Fica demonstrado [...] a importância do LNRS³⁷ como elo entre o Sul e o restante do Brasil desde o século XVI. Paradoxalmente, esta breve consideração sobre o espaço litorâneo retoma a tese do isolamento, fragilizada quando se analisa a proximidade do LNRS com o sul de Santa Catarina sob os seguintes aspectos: o trânsito humano entre as duas províncias, o comércio instituído entre rio-grandenses e catarinenses e a relevância dos tropeiros para o desenvolvimento dessas duas regiões (WITT, 2008, p. 221).

Além de considerar a ligação entre o Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina em aspectos logísticos e comerciais, também precisa-se observar que as queixas da administração municipal eram no sentido de ligação com a capital, Porto Alegre, através de vias terrestres e na relação destas com a administração provincial.

Mais tarde, já na República e, portanto, numa outra conjuntura político-administrativa, a potencialidade da economia de Santo Antônio da Patrulha foi dada pelo recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Neste documento, Santo Antônio da Patrulha figurava com 2170 propriedades de terras. É neste período que se inicia o processo produtivo do arroz nas áreas de várzea do município, já sob o viés capitalista. Foram utilizadas várias espécies de arroz, no intuito de selecionar o tipo de grão que melhor se adaptava a região, propiciando um melhor rendimento. A economia de Santo Antônio começa a se diversificar nesse período, pois a agricultura aporta-se em dois tipos de cultivo: cana-de-açúcar (nas encostas) e arroz (na planície). Surgem também nesse período as primeiras manufaturas.

Entre 1940 e 1955, o processo de industrialização do município se fortalece, destacando-se indústrias como moinhos, padarias, serrarias, fábricas de rapadura, fábricas ligadas à madeira (vassouras, esquadrrias, tamancos), além da criação de duas indústrias importantes na história do município, a Destilaria Santo Antônio e a MASAL – produtora de máquinas e implementos agrícolas. Este período caracterizou-se pela união de capitais locais para a criação de alguns dos empreendimentos acima descritos, contudo, o arroz continuou a exercer sua influência como um das principais atividades econômicas. Gomes comenta isso quando diz que,

³⁷ Sigla utilizada por Witt para referir-se a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, região na qual Santo Antônio da Patrulha está inserido.

A cultura do arroz revolucionou as feições da “vila”. Um novo bairro, Pitangueiras passou a oferecer um comércio forte, pelo aumento do poder aquisitivo da população, e as famílias experimentarem novos hábitos: boas casas, carros novos, temporada de veraneio, festas de 15 anos para as filhas, Bailes de debutantes, Baile do arroz, viagens a Porto Alegre de “auto de praça”, depois de “táxi”, com o motorista à disposição, aquisição de cofres para guardar, além do dinheiro, joias e documentos (GOMES in LAUCK; BARROSO, 2012, p. 420).

O movimento de veranistas da década de 1960 pela RS-030 dá novo impulso à economia patruhense através do comércio de produtos derivados da indústria canavieira e dos cafés com sonho, aportando-se assim, do incipiente turismo que começava no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo período e respondendo aos interesses do Estado do Rio Grande do Sul nasceu a “[...] Açúcar Gaúcho S/A – AGASA – (1962), com 95,04% das ações pertencentes ao Governo do Estado, constituindo-se, assim, uma empresa de economia mista com capital majoritário do Estado do Rio Grande do Sul (SOUZA; [et all.] in BEMFICA; [et. all.], 2000, p. 803)”.

Souza comenta que na década de 1970 inicia um tipo de “surto” industrial, através do crescimento das agroindústrias do arroz e cana-de-açúcar, juntamente com a inserção do município da rota produtiva do calçado com indústrias calçadistas oriundas de Parobé, Sapiranga e também de outros municípios vizinhos (SOUZA; [et all.] in BEMFICA; [et. all.], 2000, p. 805).

Nas décadas seguintes, inúmeras indústrias foram criadas ou se instalaram em Santo Antônio da Patrulha, principalmente no setor metal/mecânico (APASUL e RODASUL, além de serralherias, são exemplos destes empreendimentos ali instalados). Com isso outros ramos adjacentes também puderam desenvolver-se dentro do município. Entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, grandes grupos instalam representações em Santo Antônio da Patrulha, como exemplo, o DOSUL, Supermercado Nacional, Banco Bradesco, Lojas Colombo e Lojas Pompéia. Contudo, Souza define Santo Antônio da Patrulha como uma economia diversificada, baseada na produção agropastoril, industrial e comercial no início dos anos de 1990, pois,

É importante salientar que Santo Antônio da Patrulha caracteriza-se, apesar de possuir 211 pequenas indústrias e 7 indústrias de porte médio, bem como 509 casas comerciais, pequenas e médias, como um município agropecuário, mesmo empregando 12.315 trabalhadores na zona urbana. Outro aspecto que marca o início desta década é o fechamento da Empresa Estatal Açúcar Gaúcho S/A. – AGASA – deixando a cana de ter um destino significativo para a indústria local, o que acarretou na redução de área plantada deste produto (SOUZA; [et all.] in BEMFICA; [et all.], 2000, p. 803-804).

Na década de 2000, o município de Santo Antônio da Patrulha conta com 1.283 empresas registradas com CNPJ municipal sendo que 193 indústrias são de transformação com 2.988 empregados, enquanto no comércio atacadista ou varejista há 595 registros com um total de 908 empregados (segundo dados obtidos do *site* oficial do município)³⁸. O setor agropecuário registra 2.939 estabelecimentos ocupando 8.507 pessoas numa área de 79.726 hectares. Na agricultura, o arroz é cultivado nas várzeas em escala extensiva, sendo responsável por uma significativa parcela na geração de tributos ao município. Na região das encostas, distribuída em minifúndios, desenvolvem-se outras culturas tais como o feijão, milho, fumo, cana-de-açúcar e mandioca.

Na pecuária, a criação bovina continuava se destacando como uma atividade econômica importante. A indústria metal/mecânica alicerçou-se no município através da IMAP e da MASAL, que possibilitaram a criação de uma série de outras pequenas indústrias, desempenhando papel importante na produção e geração de empregos no município.

As informações a respeito do total populacional de Santo Antônio da Patrulha, apresentado no censo do IBGE³⁹ no ano 2000 e de 37.035 habitantes, divergindo quanto ao número exposto no *site* oficial da Prefeitura Municipal, que consta o montante de 36.993 habitantes. Conforme dados do IBGE, este total populacional do município está dividido em 18.633 homens e de 18.402 mulheres, com uma população urbana de 23.483 pessoas e a rural de 13.552 pessoas. Na mesma pesquisa foi divulgado o total de habitantes acima dos dez anos de idade, um número que equivale a 30.900 pessoas, sendo que 27. 259 indivíduos são alfabetizados, o que corresponde a 88.2 % da população nesta faixa etária.

Do ponto de vista do processo de urbanização a área alta de Santo Antônio da Patrulha, que se constituiu como núcleo de povoamento, recebeu projetos de preservação do patrimônio urbanístico e arquitetônico desenvolvidos através da parceria com a Prefeitura Municipal. Os projetos visaram à identificação do “sítio histórico” existente no local, bem como o fomento a efetiva salvaguarda deste patrimônio e a valorização do espaço como elemento cultural da comunidade patrulhense. Esta foi uma das políticas ligadas ao turismo, que a Administração Municipal iniciou neste período através da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo. Por sua vez, a secretaria também criou roteiros turísticos pelo interior do município, como a “Rota da Cachaça” e eventos ligados à história e a cultura popular da

³⁸ <http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/> Acessado em 12/02/2014, às 9:22.

³⁹ <http://www.ibge.gov.br/> Acessado em 23/02/2014, às 21:41.

localidade como “Festa da Cachaça, do Sonho e da Rapadura”, o “Rodeio Crioulo” e a “Moenda da Canção”, a última em âmbito estadual. Assim, o município diversificou suas bases econômicas para além da agropecuária, indústria e comércio, através do turismo.

Segundo os autores Jesus e Fraga⁴⁰ as principais mudanças que ocorreriam em Santo Antônio da Patrulha no decorrer da primeira década do século XXI foram em função da incorporação do município à região metropolitana. Os autores em sua análise acerca da cidade retratam suas potencialidades, destacando a imensa malha viária que liga os diversos distritos com a sede e também algo a ser estudado para ser aproveitado no futuro de forma sustentável: a malha hídrica. Seguindo suas observações, Jesus e Fraga comentam que a imagem do município está consolidada no Rio Grande do Sul, pois dizem que todos conhecem o “slogan” de seus principais produtos: “Terra da Cachaça, da Rapadura e do Sonho”.⁴¹ Em seus comentários, Jesus e Fraga veem que o,

[...] *marketing* construído ao longo de sua história, essa característica facilita, em muito, a proximidade e as estratégias de negócios. Além desses, a cultura e a arquitetura açoriana, as tradicionais festas religiosas e as belas paisagens características das áreas rurais do Município, dão a ele especial condição de negócios na área do turismo (FRAGA; JESUS in LAUCK; BARROSO (orgs.), 2012, p. 67).

A meta da cidade de Santo Antônio da Patrulha é tornar-se um “polo regional”, para isso, buscou investir em emprego para seus moradores, alcançando na última década o menor índice de desemprego da região. Isso se deve a tentativa de incorporação do meio rural nas atividades econômicas do município na atualidade. Mas, o conceito de “polo regional” está alicerçado primeiramente na educação, pois foi através da vinda de extensões de várias universidades e institutos, principalmente os federais, que proporcionaram aos patrulhenses a oportunidade de cursarem uma faculdade sem ter a necessidade de sair do próprio município.⁴²

⁴⁰ JESUS, Armindo Ferreira de; FRAGA, Josélia Lourence. Santo Antônio da Patrulha: potencialidades, desafios e perspectivas. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Vera Lucia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história.** – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 65-70.

⁴¹ Idem 40.

⁴² O Polo Universitário de Santo Antônio da Patrulha tem parceria com universidades como a UFRGS, a FURG, a UFPel, a UFCSPA. Além de institutos federais como: IFRS, CAVG/IFSul, IFFA e CTISM. A oferta de cursos de graduação compreendem cursos de bacharelado e também licenciatura, além de cursos tecnológicos. Há também vários cursos de especialização desde áreas como educação, tecnologia e informática, alcançando áreas como gestão pública e saúde.

Dados do Município de Santo Antônio da Patrulha	
Área (em km ²) (2011)*	1.048,9 km ²
Densidade demográfica (2011)*	38,0 hab./ km ²
Taxa de analfabetismo (2011)*	9,05%
Expectativa de Vida ao Nascer (2000)*	72,49 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010)*	15,63 por mil nascidos vivos
Exportações Totais (2012)*	US\$ FOB 8.681.279
População (2012)*	40.059 habitantes
População (2010)**	39.685 habitantes
População (2007)**	37.910 habitantes
População (2000)**	37.035 habitantes
População (1996)**	40.426 habitantes
População (1991)**	40.607 habitantes
Casamentos (2013)**	115
Separações (2013)**	5
Divórcios (2013)**	55
Gastos do Município em Educação (2013)***	R\$ 16.861.456,74
Despesas com pessoal (2012)***	R\$ 28.108.732,92 - 48,38 %
Gastos do Município em Saúde (2013)***	R\$ 10.906.612,68
Produto Interno Bruto - Indústria (2013)**	R\$ 160.000,00
Produto Interno Bruto - Serviços (2013)**	R\$ 310.000,00
Produto Interno Bruto - Agropecuária (2013)**	R\$ 60.000,00
Empreendimentos no setor do Comércio****	466
Empreendimentos no setor da Agropecuária****	62
Empreendimentos no setor Industrial****	51
Empreendimentos no setor de Serviços****	169
Empreendimentos não identificados ****	128
Associações****	26
* Fonte: Fundação de Economia e Estatística	
**Fonte: IBGE-Cidades (infográficos)	
***Fonte: Tribunal de Contas Estadual-RS - Controle Social	
**** Dados analisados pelo pesquisador - Folha Patrulhense.	

Quadro 1: Dados Gerais de Santo Antônio da Patrulha

Dados da Fundação de Economia e Estatística apontam que os patrulhenses possuem uma expectativa de vida de 72,49 anos.⁴³ Outro índice ligado diretamente à população de Santo Antônio da Patrulha revela que o coeficiente de mortalidade infantil estava no patamar de 15,63 crianças por mil nascidos vivos no ano de 2010. A taxa de analfabetismo no ano de 2011 estava em torno de 9,05%. A densidade demográfica em 2011 era de 38,0 habitantes por quilômetro quadrado.

Observando a tabela acima percebe-se que em duas décadas o total da população local teve um decréscimo (entre os anos de 1991 ao ano 2000), retomando o crescimento populacional na década seguinte. Observa-se que o total populacional de Santo Antônio da Patrulha no ano de 2012 ainda é inferior ao total populacional no ano de 1991. Esse dado suscita vários questionamentos quanto aos motivos desta redução populacional, mas o que fica visível é a possibilidade de êxodo dos patrulhenses devido a crises que assolaram o Rio Grande do Sul, principalmente na área calçadista.

Os moradores locais atualmente veem no turismo uma possibilidade de crescimento econômico e social da cidade. Em algumas administrações o tema está sendo estudado e projetado, pois acredita-se que devido a história e a cultura que se apresenta naquele solo, muitos proventos poderiam ser gerados na indústria que mais cresce no mundo, mas esses projetos são alvo de estudo em outro capítulo deste projeto.

Avaliando alguns índices econômicos e sociais de Santo Antônio da Patrulha, nota-se que no ano de 2013 o governo municipal investiu R\$ 16.861.456,74 reais em educação e R\$ 10.906.612,68 reais em saúde, em contrapartida gastou no ano anterior (2012) R\$ 28.108.732,92 reais - cerca de 48,38 % - do total orçamentário daquele ano. Em um cálculo simples percebe-se que em 2013 o governo patrulhense investiu cerca de R\$ 27.768.069,42 reais na área educacional e de saúde, portanto, cerca de R\$ 340.663,50 reais a menos que o gasto em pessoal acima referido. Novamente, os dados podem relegar várias indagações quanto à necessidade de um gasto dessa monta em pessoal; ou a dúvida sobre o valor real investido pela administração municipal nas referidas áreas, pois sabe-se que muito do orçamento direcionado para tais atividades são oriundos de verbas encaminhadas pelo governo federal, ou quem sabe indagar sobre a quantidade de pessoas que estão trabalhando na máquina pública e se esse número pode ser demasiado para o tamanho do município, e, ir além, questionar se o valor direcionado para a educação e saúde foi suficiente para atender a

⁴³ Dados colhidos no ano 2000, conforme tabela acima.

demanda da população. Em uma última análise ao quadro acima, percebe-se que o setor de serviços e comércio foi responsável pelo maior Produto Interno Bruto (PIB) com cerca de R\$ 310.000,00 reais, sendo seguindo pela indústria com PIB de R\$ 160.000,00 reais e pela agricultura com R\$ 60.000,00 reais (em 2013). Na avaliação do número de empreendimentos vislumbra-se que o comércio e serviços possuem o maior número de empresas, corroborando com os dados acima referentes ao PIB municipal, já que juntos, esses setores possuem um número aproximado de 635 estabelecimentos, contra 62 estabelecimentos na agropecuária e 51 na indústria.

Abaixo, demonstra-se outro quadro, este, baseado em dados do Tribunal de Contas do Estado referente às receitas que o município de Santo Antônio da Patrulha obteve no ano de 2013. Já em uma primeira observação identifica-se que a arrecadação foi, na maioria dos casos, inferior a receita prevista. O total de receitas previsto era de R\$ 115.635.629,60 reais, contudo a arrecadação obtida foi de R\$ 61.032.734,27 reais, o que gera um déficit orçamentário de R\$ 29.246.563,33 reais, caso o montante dos gastos públicos do município estivesse estipulado no total previsto de arrecadação.

Quadro de Receitas do Município de Santo Antônio da Patrulha – 2013		
<i>Especificação da Receita</i>	<i>Receita Prevista</i>	<i>Receita Arrecadada</i>
Receitas Correntes	R\$ 86.591.079,60	R\$ 61.032.734,27
Receita Tributária	R\$ 11.282.550,00	R\$ 9.130.164,03
Impostos	R\$ 10.113.000,00	R\$ 8.534.663,56
Impostos sobre o patrimônio e a renda	R\$ 3.713.000,00	R\$ 3.770.876,49
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU	R\$ 2.100.000,00	R\$ 2.073.667,57
Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	R\$ 613.000,00	R\$ 615.653,45
Impostos de renda retidos nas fontes sobre os rendimentos do trabalho	R\$ 613.000,00	R\$ 615.653,45
IRRF Sobre rendimentos do trabalho - ativo-inativos do poder executivo/indiretas	R\$ 555.000,00	R\$ 521.165,17
IRRF Sobre rendimentos do trabalho - ativo-inativos do poder legislativo	R\$ 45.000,00	R\$ 74.845,98
IRRF Sobre rendimentos - prestação de serviços de terceiros - poder executivo/indiretas	R\$ 10.000,00	R\$ 19.642,30
IRRF Sobre rendimentos - prestação de serviços de terceiros - poder legislativo/indiretas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fonte: www1.tce.rs.gov.br		

Quadro 2: Receitas municipais em 2013.

Ressaltando aspectos da história, e sua inserção dentro de um contexto regional e nacional de mudanças políticas e desenvolvimento econômico de Santo Antônio da Patrulha,

objetiva-se desenvolver uma trajetória histórica para localizar espacialmente aquilo que tem influenciado o município através dos anos.

A fim de responder as questões levantadas neste projeto, como: “Quem são os escritores sobre o tema de origem do município de Santo Antônio da Patrulha e qual o conteúdo e versões desses escritos? Quais são as diferenças desses escritos em suas variadas versões? De que forma a construção do Parque da Guarda representa uma versão mais atualizada do mito de origem? Como a população patrulhense tem se apropriado da representação identitária construída no complexo do Parque da Guarda?”, dividimos o trabalho em três capítulos:

Como definição institucional, as “Considerações Iniciais” são consideradas o primeiro capítulo desta dissertação de mestrado.

O capítulo 2, intitulado “Santo Antônio da Patrulha – muitas origens, vários personagens” tem como fonte e meio de análise a História do município com textos de conhecedores que escrevem sobre a História do Rio Grande do Sul e da região, sendo que far-se-á uma divisão no capítulo categorizando essas fontes e autores em *vinculados à academia e pessoas que tiveram a vontade de estudar e escrever sobre a história de Santo Antônio da Patrulha (memorialistas)*.

Com o título “Uma obra em cimento e ferro: releitura da história da fundação de Santo Antônio da Patrulha através do Parque da Guarda – A história, o Parque e o turismo”, no capítulo 3, busca-se analisar e demonstrar a história da origem de Santo Antônio da Patrulha através dos espaços e monumentos do Parque da Guarda, observando como ocorreu a construção do mesmo: através de figuras, coleta de informações, uso do imaginário, e criação de representações (como por exemplo uma peça teatral escrita sobre o tema). Nesse capítulo será analisado como a comunidade patrulhense recebeu a construção do Parque e, se a comunidade se reconhece como fazendo parte da história contada pelo mesmo. Procura-se olhar os espaços do município como lugares de memória para a comunidade, sendo o meio através pelo qual o município poderá fazer também com que a sua história vincule-se ao turismo como elemento de desenvolvimento da cidade.

CAP. 2: SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA – UMA ORIGEM, VÁRIOS PERSONAGENS

Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, [segundo a feliz expressão de François Simiand] um conhecimento através de vestígios.

Marc Bloch

O presente capítulo busca identificar e investigar diferentes versões para a origem do município de Santo Antônio da Patrulha categorizando essas fontes como autores *vinculados à academia e memorialistas*. Logo, o capítulo será dividido em três partes; a primeira terá como foco a análise de textos e obras de acadêmicos, e a segunda versará sobre os escritos de pessoas fora dos espaços acadêmicos chamados de “memorialistas.” A terceira parte consistirá na reflexão que será realizada acerca das partes anteriores para observar semelhanças e/ou discrepâncias/diferenças entre as versões apresentadas. Assim, pretende-se verificar como a origem de Santo Antônio da Patrulha foi e é vista em termos de conhecimento histórico. Para isso, não será realizado apenas uma enumeração de autores e obras, mas uma reflexão sobre cada texto, a fim de entender como estes autores viam a cidade e sua história.

Cada um desses textos tem o “[...] desejo de representar através da linguagem fatos que possuem o sentido do verossímil, uma forma de similitude com a realidade (MUNARI, 2009, p. 39)”. Uma obra ou texto que vise fornecer informações sobre o passado de um determinado lugar ou grupo vai ter como característica principal a intenção de contar uma versão sobre esse passado. Contudo, nem todas as obras alcançam esse objetivo, pois “[...] dependem antes de tudo dos recursos da linguagem e da imaginação de uma história, [...] [diferente do] historiador [que] obedece à sua intenção de escrever algo conforme a verdade do passado (MUNARI, 2009, p. 38)”. Determinadas obras conseguem imprimir representações do passado que nem mesmo a atividade historiográfica consegue modificar na coletividade. Sendo assim, é imprescindível criar estratégias para estabelecer o diálogo entre textos e o mundo circundante.

A regra que busca-se seguir passa pela necessidade de compreender o texto em si mesmo, e com isso verificar o que dele pode-se utilizar quando se trata de história. Todavia a

determinação do sentido de um texto específico será elucidada se o historiador levar em conta a linguagem da época e suas especificidades.

“[...] ainda que também possam elegê-las como o centro da atenção deve compreendê-las em seus contextos históricos e sociais, o que requer a consulta a outras fontes da época. Toda fonte pode ser legítima na medida em que contribua para o atendimento do objeto específico de estudo e se tenha em conta sua natureza: política, econômica, científica, religiosa, artística, técnica ou outra. É preciso, contudo, estar atento aos ambientes socioculturais do período analisado para se evitar o tratamento anacrônico da fonte (FERREIRA in PINSKI; LUCA (orgs.), 2011, p. 81)”.

Ferreira continua sua reflexão sobre o método histórico afirmando que ele “[...] longe de ser puramente empírico, consiste exatamente numa maneira de testar e submeter à crítica as teorias e os conceitos criados por outras disciplinas, pela explicitação da diferença e do heterogêneo, aspectos descobertos nos processos sociais temporalmente localizados (FERREIRA in PINSKI; LUCA (orgs.), 2011, p. 80)”. Jorge Grespan chama a atenção para aspectos relevantes, em todas essas tarefas do método revela-se uma ideia de verdade que não está garantida de antemão, na qual a verdade mesma é resultado de operações e atitudes específicas do historiador.⁴⁴ Ferreira observa que “cabe àqueles que trabalham com a fonte literária, em vez de enquadrá-la em algum gênero pressuposto, interrogar a que público ela se destina e que papel cumpre nas condições sociais e culturais da época (FERREIRA in PINSKI; LUCA (orgs.), 2011, p. 80)”.

O historiador durante uma pesquisa deve ter consciência de que mesmo utilizando um criterioso método de análise de suas fontes, com uma postura racional; muitas vezes deverá seguir sua intuição e imaginação para entender o que a fonte diz principalmente as fontes literárias com sua gama de simbologias e significados. “Dizer que a história é uma narrativa verdadeira, de fatos acontecidos, com homens reais, não é, entretanto, afirmar que, como narrativa, ela seja mimese daquilo que um dia teria ocorrido (PESAVENTO in NODARI; PEDRO; OIKOI (orgs.), 1999, p. 818)”.

Ferreira afirma que “[...] toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem (FERREIRA in PINSKI; LUCA (orgs.), 2011, p. 67)”. E assim, o historiador contemporâneo

⁴⁴ GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed., 2 reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010. p. 291-300.

tenta mesclar fontes buscando diluir fronteiras em prol de uma interdisciplinaridade. O texto histórico pode se utilizar da ficção, desde que sejam tomadas as precauções que anteriormente foram citadas, a fim de articular uma imaginação criadora responsável por representar o passado sobre o qual analisa esta pesquisa. Pesavento afirma que “há, e sempre houve um processo de invenção do passado e construção de um conteúdo, o que, contudo, não implica dizer que este processo de criação seja de uma liberdade absoluta (PESAVENTO in NODARI; PEDRO; OIKOI (orgs.), 1999, p. 820)”. A autora continua sua reflexão afirmando que “[...] a História aspira a ter, em sua relação de “representância” com o real, um nível de verdade possível. Se não mais aquela verdade inquestionável, única e duradoura, um regime de verdade que se apoie num desejável e íntimo nível de aproximação com o real (PESAVENTO in NODARI; PEDRO; OIKOI (orgs.), 1999, p. 820)”. E assim, com o apoio do aporte teórico sobre o papel do historiador na construção/reconstrução do passado, passa-se a analisar as narrativas construídas sobre a origem de Santo Antônio da Patrulha.

2.1 Muito mais que “sonhos, cachaça e rapadura”: Estudos acadêmicos sobre a origem histórica de Santo Antônio da Patrulha.

O presente subcapítulo apresenta e analisa textos de indivíduos que tiveram uma carreira acadêmica, e conseqüentemente, uma experiência com metodologias de pesquisas. Contudo, ressalta-se que os autores aqui estudados não foram classificados por áreas acadêmicas, mas considerados como pesquisadores e profissionais nos mais diversos âmbitos de atuação.

O texto de Ana Clara Rossoni Bergamin⁴⁵, intitulado “Evolução Urbana de Santo Antônio da Patrulha,” retrata em sua parte inicial um pequeno prospecto com o histórico do município, onde ressalta como marco temporal inicial que no “Século XVIII (1733-1734): povoadores liderados por Cristóvão Pereira de Abreu abriram a *Estrada dos Tropeiros* ou *Estrada Real* para passagem das tropas de animais que seguiam em direção a São Paulo (BERGAMIN in LAUCK; BARROSO (orgs.), 2012, p. 55)”. O segundo ponto apresentado pela autora afirma que “por volta de 1735, a Coroa Portuguesa instalou um Registro para a cobrança de impostos, num local chamado Guarda Velha (BERGAMIN in LAUCK;

⁴⁵ A autora é arquiteta e reside em Santo Antônio da Patrulha. Texto apresentado no livro: LAUCK, Fernando Rocha; Barroso, Véra Lucia Maciel (orgs.). **Raizinha 2009 Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história.** – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012.

BARROSO (orgs.), 2012, p. 55)”. E o terceiro e último ponto retrata que “em 1760, o casal Inácio José de Mendonça e Margarida da Exaltação da Cruz construiu a primeira capela em homenagem a Santo Antônio, onde hoje se construiu a Pira da Pátria, na parte alta da cidade, dando início ao núcleo inicial de povoamento (BERGAMIN in LAUCK; BARROSO (orgs.), 2012, p. 55)”.

O texto de Cláudio Baptista Carle⁴⁶ sob o título de “*Afrodescendentes em Santo Antônio da Patrulha: a formação do quilombo decorrente as criação da patrulha de Santo Antônio: a Comunidade do Monjolo*”⁴⁷ retrata o início do povoamento da região que compreende o município, há cerca de 15.000 anos (final do Pleistoceno) por etnias que tiveram uma origem remota na Ásia. Posteriormente, Carle utiliza-se de estudos de André Jacobus⁴⁸ e Adriana Dias⁴⁹ para contextualizar arqueologicamente o espaço e o tempo da vinda dos primeiros exploradores ao Continente de São Pedro. Nesse ponto de seu texto, Carle⁵⁰ explicita a abertura dos primeiros caminhos, desde o aberto por Francisco de Souza e Faria, até a correção realizada via localidade da Guarda Velha, Rio Rolante, Campos de Cima da Serra, Campos de Lages até Sorocaba por Cristóvão Pereira de Abreu. Seguindo sua guisa contextual, o autor retrata novamente os estudos acima para falar sobre o Registro de Viamão, e sublinha as incoerências de datas da criação de tal Registro, ou de sua localização. Carle relata que “a guarda foi instalada com representações de africanos, europeus e índios de origem missioneira e talvez da região vizinha (CARLE in LAUCK; BARROSO (orgs.), 2012, p. 281)”.

A historiógrafa e arquivista Vanessa Gomes de Campos⁵¹ participou do evento Raizinha 2009, onde apresentou o texto “*O bilhete de Margarida da Exaltação sob o prisma*

⁴⁶ O autor é doutor em Arqueologia e professor do curso de Antropologia da UFPEL, reside em Pelotas-RS.

⁴⁷ CARLE, Cláudio Baptista. A formação do quilombo decorrente da criação da Patrulha de Santo Antônio: a comunidade do Monjolo. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raizinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história.** – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 279-299.

⁴⁸ JACOBUS, André. **Resgate arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande do Sul).** Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUC, 1996.

⁴⁹ DIAS, Adriana S. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul.** Tese de Doutorado. – São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2003.

⁵⁰ Idem 47.

⁵¹ A autora é historiógrafa e arquivista e trabalha no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, reside na mesma cidade.

da análise paleográfica”.⁵² Nele realiza uma análise apurada do bilhete enviado por Margarida à Inácio José de Mendonça o qual serviu de comprovação de suas intenções perante ao pároco de Viamão. Publicado pelas editoras EST/Sulina, o texto da autora inicia fazendo uma apologia a obra de Ruben Neis (*Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha*) no ano 1975 afirma que,

A todos os que conhecem a obra, não é necessário dizer o seu significado, enquanto marco divisor nos debates históricos a respeito da formação sociocultural de parte do território sul-rio-grandense. Aos que não a conhecem, saibam que a legitimidade das afirmações é inestimável, devido à extensa utilização e citação de fonte documental (CAMPOS in LAUCK; BARROSO (orgs.), 2012, p. 797).

Campos também explica quem são os personagens, descreve Margarida e o contexto que a envolve, Inácio, por quem Margarida se apaixona e casa, bem como o desafeto desse relacionamento, o pai da moça, Manoel de Barros Pereira.

Observa-se que, no texto, a autora situa novamente o contexto em que um “contrato de casamento” foi realizado, já que a personagem era filha de um açoriano (rico) com uma escrava da fazenda. Além disso, é notado que o noivo era filho de um padre com uma escrava, ou seja, ambos eram pardos-forros. O referido bilhete foi escrito quatro meses antes da segunda esposa de Inácio vir a falecer.⁵³

Quanto à análise paleográfica, Campos esclarece que o bilhete foi escrito em letra cursiva, com uma execução lenta, sendo encontrado ainda trações adicionais (que adicionados a letra, dão caráter de particularismo a essa escrita) e automatismos. “Margarida da Exaltação parece *desenhar* suas letras, deixando-as quase em uniformidade de tamanho (CAMPOS in LAUCK; BARROSO (orgs.), 2012, p. 799)”. Outra característica da época é a utilização de abreviações das palavras: vontade, Vossa Mercê, livremente, Senhor e amante. Além disso, foram destacados os seguintes aspectos: escrita com teor de peso, escrita de tamanho médio, total inexistência da pontuação e acentuação, correta relação entre letras maiúsculas e minúsculas, não há uniões indevidas de palavras e vocábulos, e ortografia usual para os

⁵² CAMPOS, Vanessa Gomes de. O *bilhete* de Margarida da Exaltação sob o prisma da análise paleográfica. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história.** – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 797-801.

⁵³ Conforme os autores: CAMPOS, Vanessa Gomes de. O *bilhete* de Margarida da Exaltação sob o prisma da análise paleográfica. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história.** – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 798. / NEIS, Rubens. **Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha.** - POA: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Sulina, 1975. p. 116.

meados do século XVIII. O documento é de papel de trapos, escrito com tinta ferrogálica através de pena de ave.

Como estudiosa da história de Santo Antônio da Patrulha, a historiadora Véra Lucia Maciel Barroso⁵⁴, pesquisou sobre o tema da origem do município, e, por conseguinte, escreveu também em grande escala. No texto “*O tropeirismo na formação do Sul*,”⁵⁵ a historiadora afirma que foi o “quarto ciclo do tropeirismo paulista” que desencadeou grandes resultados quanto ao projeto de conquista e anexação do território sulino ao domínio luso.

É dessa fase a abertura do Caminho dos Conventos por Souza Faria, em 1727, e de seu melhoramento, em 1732, vindo a constituir-se no Caminho de Viamão, ou também conhecido como de Cristóvão Pereira de Abreu, visto atribuírem a ele as obras de sua abertura, via Guarda Velha de Viamão, em direção à serra (BARROSO in BOEIRA; GOLIN (orgs.), 2006, p. 176).

Barroso aponta para o fato de que em 1732, a Coroa portuguesa havia concedido à primeira sesmaria nos Campos de Tramandaí. Essa sesmaria foi denominada de Sesmaria das Conchas e foi dada a Manoel Gonçalves Ribeiro.⁵⁶ A partir dessa doação outras sucessivamente foram sendo repassadas para elementos lusos em terras espanholas, pois como lembra Barroso, nesse momento o Tratado de Tordesilhas ainda estava em vigor. Assim, das imediações, dos Campos de Tramandaí aos Campos de Viamão, as terras passam a ser ocupadas principalmente no entorno dos caminhos dos tropeiros de muares, inaugurando a propriedade privada com aporte real no território do Continente de São Pedro. É nessa área inicialmente ocupada que foi instalado um registro por volta do ano de 1734.⁵⁷ No mesmo texto é afirmado que não foi um episódio político o marco da fundação do Rio Grande do Sul, mas sim um povoamento originário do comércio de mulas, concessão de sesmarias e a instalação do registro.⁵⁸ No caminho do Sertão ou caminho de Cristóvão Pereira de Abreu em

⁵⁴ A autora é doutora em História pela PUC-RS, historiadora patrulhense, membro do IHGRGS, professora da FAPA e historiadora do CHC Santa Casa de Porto Alegre. Atualmente reside em Porto Alegre.

⁵⁵ BARROSO, Véra Lucia Maciel. *O tropeirismo na formação do Sul*. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Colônia**. Coordenação geral Nelson Boeira, Tau Golin; diretores dos volumes Fernando Camargo, Ieda Gutfried, Heloisa Reichel. – Passo Fundo: Méritos, 2006. Volume 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

⁵⁶ Segundo Fábio Kuhn, Manuel Gonçalves Ribeiro era o juiz ordinário de Laguna, entretanto, realizava sociedade com Manuel Manso de Avelar em contrabandos com franceses. Sendo adversário de Brito Peixoto nos interesses em Laguna e no Continente de São Pedro (Kuhn, 2006, p. 44).

⁵⁷ A autora quando retrata a criação do registro, aponta como fonte a pesquisa elaborada pelo Monsenhor Ruben Neis.

⁵⁸ Barroso afirma que o primeiro registro instalado no Continente de São Pedro foi a Guarda de Tramandaí, no caminho do litoral.

direção aos Campos de Cima da Serra (desde o Registro da Guarda Velha) muitos tropeiros foram de arranchando às margens da estrada.

Por esse caminho do Sertão, também chamado de “Cristóvão Pereira de Abreu”, interiorizou-se a penetração portuguesa de ocupação. A obrigatoriedade da contagem dos animais e o respectivo pagamento dos direitos da Coroa no Registro da Guarda Velha, em Santo Antônio da Patrulha, fizeram povoar os Campos de Viamão e os de Cima da Serra (BARROSO in BOEIRA; GOLIN (orgs.), 2006, p. 177).

No texto “*Santo Antônio da Patrulha: célula-mater dos municípios do nordeste do Rio Grande do Sul*”⁵⁹ Barroso procura situar o trajeto no qual o Caminho do Sertão foi construído, afirmando que “[...] os tropeiros vindos pelo mar, chegando à altura do atual município de Palmares, enveredavam na direção do Rio Rolante, afluente dos Sinos, rumo à serra (BARROSO (org.), 1992, p.17)”. Na sequência do texto, Barroso aborda a organização do núcleo inicial de povoamento. “No Morro do Púlpito, a cerca de 6 km do Registro, após o primeiro sesmeiro Inácio José de Mendonça, outros foram se achegando, organizando um povoado que, com o trabalho de livres e escravos, dinamizaria o núcleo, ganhando já em 1763 a condição de freguesia⁶⁰ [...] (BARROSO in BARROSO, 1992, p. 17)”.

Em outro texto denominado “*O Município de Santo Antônio da Patrulha*”⁶¹, a historiadora Véra Barroso, afirma que o primeiro aniversário da cidade é ligado a criação do caminho das tropas e do registro, refletindo então um viés econômico, através do processo de tropeadas, e logo de abastecimento da região mineradora. Nesse mesmo contexto, a autora retoma a criação do Registro da Guarda Velha de Viamão com o intuito de afirmar que tal fato é à “[...] semente povoadora da futura Freguesia de Santo Antônio (BARROSO; LAUCK (orgs.), 2012, p. 65)”. Já o segundo aniversário, segundo a pesquisadora, refere-se à criação da capela, em outras palavras de cunho religioso. “A capela com um cura (padre fixo), atendendo os povoadores da área do entorno que devotava a Santo Antônio, foi oficializada pelo Bispo, em 31 de agosto de 1760 (BARROSO in BARROSO; LAUCK (orgs.), 2012, p. 65)”. E “[...] três anos depois, a delimitação geográfica do território para atendimento religioso foi definida

⁵⁹ BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí.** – Porto Alegre: EST, 1992. p. 17-22.

⁶⁰ Segundo Barroso, a freguesia era uma “área eclesiástica delimitada que o padre deveria atender” (BARROSO in BARROSO, 1992, p. 17).

⁶¹ Texto publicado na obra: BARROSO, Véra Lucia Maciel; LAUCK, Fernando Rocha (orgs.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha: mulheres patrulhenses fazendo história II.** – Poa: EST, 2012. p. 64-70.

com a criação da freguesia, datada de 3 de outubro de 1763 (BARROSO in BARROSO; LAUCK (orgs.), 2012, p. 65)”.

Utilizando-se de outro trabalho de Barroso no qual faz referências a obras que tratam da origem de Santo Antônio da Patrulha é relatado que, durante o período⁶² de 1979 o pouco de pesquisas existentes sobre a origem de Santo Antônio da Patrulha eram publicadas em jornais como o *Correio do Povo*, “O Comercial” e o “O Patrulhense” por José Maciel Jr., pai da historiadora.

“[...] apenas uma obra bibliográfica singulariza o estudo do município: Guarda Velha de Viamão, de autoria do Pe. Ruben Neis, que não chega, contudo, a ventilar a temática do século XIX, ocupando-se apenas em desvendar as origens do povoamento e a ação dos primeiros povoadores, durante o século XVIII (BARROSO, agosto de 2009, n° 2, p. 16).

Ao examinar o texto “*O povoamento do território do Rio Grande do Sul/Brasil ‘o oeste como direção’*”⁶³, Barroso confirma os dados anteriormente citados quanto ao caminho dos tropeiros e a instalação do Registro da Guarda Velha, entretanto, ao comentar sobre o imposto a ser pago no posto, expressa-se, entre parênteses, que a Guarda Velha era “núcleo originário do povoado de Santo Antônio da Patrulha (BARROSO, agosto de 2009, n° 2, p. 7)”. Nesse texto ainda, a autora segue comentando sobre os primórdios da ocupação sul-riograndense, - principalmente ao oeste -, baseada em quatro fatores que julga preponderantes: a pecuária, a concessão de sesmarias, a militarização da fronteiras (criação de fortes, presídios, guardas ou acampamentos militares) e a colonização açoriana. Com estes elementos, a fronteira do Continente de São Pedro foi sendo dilatada e em áreas, nas quais a Espanha não ocupava, assim surgindo pequenos povoado.

Nelas se formou a primeira rede de povoados, alguns já delimitados como freguesia ao nascer o século XIX: Rio Grande (era vila desde 1747), Viamão (1747), Triunfo (1754), Santo Antônio da Patrulha (1763), Taquari (1765), Vacaria (1768), Rio Pardo (1769), Porto Alegre (1772), Osório (1773) e Cachoeira (1777). No restante, existiam povoados menores caracterizados ainda como capelas e, como tal, não tinham limites configurados, estando sob jurisdição eclesiástica e, conseqüentemente, civil de uma freguesia (BARROSO, agosto de 2009, n° 2, p. 9-10).

⁶² A defesa da dissertação da historiadora Véra Barroso ocorreu em 1979, portanto, o momento na qual ela faz referência na passagem acima é sobre esse tempo.

⁶³ Texto publicado na revista: BARROSO, Véra Lúcia Maciel. **O povoamento do território do Rio Grande do Sul/Brasil o oeste como direção**. Revista Estudos Historicos (CDHRP). n° 2. Agosto de 2009.

Continuando as referências dos estudos sobre Santo Antônio da Patrulha pesquisados pela historiadora Véra Barroso, foi analisado sua tese, mais especificamente, nos subcapítulos “*A inserção tardia do Rio Grande do Sul no Brasil canavieiro*” e “*Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul: da construção da identidade regional ao tempo da euforia canavieira (séc. XVIII-XX)*”⁶⁴ que retratam o período de surgimento da cidade, que é o foco desta pesquisa. No primeiro, a autora situa a história da produção canavieira no Brasil até chegar ao Rio Grande do Sul e mais especificamente, ao município patruhense. Entretanto, sobre a origem do município encontrou-se uma nota de rodapé que explicava o *slogan* “Santo Antônio: cidade romance e capital da cana” na qual a autora afirma que a questão “romance” a qual “[...] refere-se ao romance do casal povoador da Vila de Santo Antônio da Patrulha: Margarida Exaltação da Cruz (13 anos) e Inácio José de Mendonça (duas vezes viúvo, e com mais de quarenta anos) (BARROSO, 2006, p. 89).” E com o intuito de fornecer mais informações sobre o casal, Barroso indica a obra de Neis publicada em 1975 e intitulada, “Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha”.

A obra acima descrita foi citada pela autora em outro texto denominado “*Açorianos no povoamento do litoral norte do Rio Grande do Sul.*”⁶⁵ No texto, a pesquisadora perpassa a questão do tropeirismo e chega aos primeiros povoadores da região, procurando elencar personagens açorianos que ali se estabeleceram.

É o caso de Manoel de Barros Pereira, açoriano, natural da Ilha de Santa Maria que chegou ao sul em 1734 (portanto bem antes dos casais açorianos de nº chegados a partir de 1752) e que se assentou ao sul da Lagoa que recebeu seu nome – Lagoa “do Barros”, mais precisamente na localidade de Passinhos, município de Osório, na ocasião pertencente à Freguesia de Santo Antônio da Patrulha. Sua fazenda chamada “Santo Antônio” originou a escolha do padroeiro, para o atual município de Santo Antônio da Patrulha (vide Guarda Velha de Viamão). Conhecido pelo apelido de “Menino Diabo”, Manoel de Barros Pereira teve uma única filha com a escrava dando-lhe o nome de Margarida da Exaltação da Cruz, que casou com um também pardo forro, filho de um padre e uma escrava, chamado Inácio José de Mendonça. O casal atendendo ao apelo do bispo do Rio de Janeiro construiu na sua fazenda situada no Púlpito, bem ao alto, uma capela. Inaugurada em 1760 passou a ser chamada de Capela de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão. Localizada na antiga Rua Direita, hoje Av. Borges de Medeiros, onde está a Pira da Pátria

⁶⁴ Tese de doutorado apresentada pela pesquisadora em 2006 na PUC: BARROSO, Véra Lucia Maciel. **Moendas caladas:** Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990). Tese de Doutorado. – Porto Alegre: PUCRS, 2006.

⁶⁵ BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). Açorianos no povoamento do litoral norte do Rio Grande do Sul. In BARROSO, Véra Lucia Maciel. **A presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul.** – Porto Alegre: EST, 1993.

alicerçou nas suas imediações, o nascente povoamento de Santo Antônio da Patrulha (BARROSO in BARROSO, 1993, p.34).

A historiadora Paula Cardoso de Lucena aborda a história da Igreja Matriz de Santo Antônio da Patrulha na obra “Raízinha 2009” com o texto “*Igreja Matriz Santo Antônio: faces de uma memória.*”⁶⁶ Nesse texto, realiza-se uma contextualização histórica da paróquia, concomitantemente com a contextualização da história do qual a capela está inserida. No tocante ao foco desta análise, a autora articula a construção da capela-mater da região sendo dentro da sesmaria de Inácio José de Mendonça⁶⁷, que tinha como limites o córrego da Guarda Velha e o local chamado Púlpito (local atualmente da avenida Borges de Medeiros). Posteriormente, a pesquisadora relata fatos da biografia de Inácio José de Mendonça, como, por exemplo, sua filiação, casamentos (os dois primeiros), a doação da sesmaria e o casamento posterior com Margarida, filha de Manoel de Barros Pereira.⁶⁸

A autora também relata o processo eclesiástico do casamento de Margarida e Inácio (o bilhete enamorado, a retirada da casa do pai, o casamento), a ida ao Púlpito, e a informação da Portaria do Bispo do Rio de Janeiro solicitando a construção de uma capela nos campos de Tramandaí. Lucena comenta também sobre o fator que levou a escolha do padroeiro da capela, além da mudança da denominação da região nos documentos a partir de então, e também a elevação da capela através de edital a Paróquia e a freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha, posteriormente chamada de Santo Antônio da Patrulha. Por fim, Lucena aborda o falecimento de ambos os fundadores da capela.⁶⁹

A historiadora Sherol dos Santos em seu trabalho intitulado “*Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha*”⁷⁰ teve por objetivo analisar a trajetória de personagens que tiveram a escravidão como parte integrante de suas vidas. Inicialmente, seus escritos abordam a ocupação lusa em terras sulinas, observando trajetórias familiares

⁶⁶ LUCENA, Paula Cardoso. Igreja Matriz Santo Antônio: faces de uma memória. In LAUCK, Fernando da Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história.** – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 559-597.

⁶⁷ Ressaltamos que o nome completo do responsável pela construção da Primeira Capela de Santo Antônio da Patrulha é Inácio José de Mendonça e Silva, mas em muitas obras, o sobrenome “e Silva” não são mencionados. Decidimos seguir essa forma de tratamento, visando não confundir os leitores, que poderiam pensar se tratar de outra pessoa.

⁶⁸ A autora baseia-se também na obra de Neis, “Guarda Velha de Viamão ...” publicada em 1975.

⁶⁹ LUCENA, Paula Cardoso. Igreja Matriz Santo Antônio: faces de uma memória. In LAUCK, Fernando da Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história.** – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 559-597.

⁷⁰ SANTOS, Sherol dos. **Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824).** Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

paulistanas⁷¹ interessadas em aumentar suas riquezas através do comércio e transporte de animais e produtos. Para a pesquisadora, havia um grupo de negociantes que estimularam a criação e consolidação de Sacramento como ponto de comércio com o porto do Rio de Janeiro.

O interesse destes homens de negócios pelas praças comerciais do extremo-sul engendrou a formação de um grupo mercantil específico ligado à produção de couros e arrebanhamento de animais, composto por negociantes de menor cabedal, *necessariamente mais aventureiros*, como Cristóvão Pereira e os tropeiros que o acompanhavam. Foi este pequeno grupo que acabou por fixar-se definitivamente na fronteira sul, acompanhando e assegurando sua expansão (SANTOS, 2009, p.73).

A criação e consolidação dos caminhos utilizados para em um primeiro momento, alcançaram Sacramento, posteriormente, tiveram como meta chegar nas “vacarias” e aos campos de Viamão onde a ocupação (nos campos de Tramandaí) estava ocorrendo. “Foi [...] nestas paisagens continentistas, que vários indivíduos pardos foram tentar fortuna. Suas trajetórias se confundem com a primordial ocupação dos Campos de Viamão, espaço fronteiriço que, como vimos, primava pela pluralidade étnica (SANTOS, 2009, p.70)”.

As observações de Santos apontam que a Estrada de Cristóvão Pereira tenha sido o elemento propulsor da ocupação dos Campos de Cima da Serra de Viamão e o estabelecimento de estâncias de criação de gado.

No Rio Grande as sesmarias foram concedidas principalmente como retribuição a serviços militares prestados, e muitas vezes uma ocupação anterior da terra precedia a legalidade da posse; com isso, no ano de 1755 receberam mercê,⁷² além de Cristóvão Pereira, João de Magalhães, Jerônimo de Ornelas, Cláudio Guterres, Manuel de Barros Pereira, Inácio José de Mendonça, entre outros (SANTOS, 2009, p.72).

Parte-se para a análise dos casos de Manuel de Barros Pereira e Inácio José de Mendonça (dois dos personagens na presente pesquisa) realizada por Santos com o intuito de entender como a pesquisadora insere ambos como personagens históricos envolvidos na “origem de Santo Antônio da Patrulha”.

⁷¹ A pesquisadora revela que: “Em comum, Dias Velho e Brito Peixoto tinham a pertença às famílias *nobres* de São Vicente e o interesse pelas terras ao sul da Capitania. No entanto, os Brito Peixoto tiveram mais sucesso na conquista do sul (SANTOS, 2009, p. 44)”.

⁷² “Entre as primeiras tropas chegadas com o fundador constavam 41 Dragões de Minas Gerais, a saber: um capitão, um alferes, um tambor e 38 soldados, contingente que se transformou em Regimento, na Comandância de André Ribeiro Coutinho (CESAR, 1970, p. 112)”. A informação repassada por Cesar esclarece a razão na qual os documentos das primeiras sesmarias estão sob tutela do Arquivo Público Mineiro.

A autora explica que Manuel de Barros Pereira nasceu na ilha de Santa Maria nos Açores em 1713, e que entre a idade de 10 e 13 anos passou a residir no Brasil, mais precisamente em São Paulo, com seus pais Manuel Pereira e Margarida de Barros. Desde a idade acima descrita, Manuel de Barros Pereira trabalhava com o Sargento-Mor, Sebastião Fernandes do Rego, auxiliando e seguindo os tropeiros.

Por volta de 1733, o personagem chega aos Campos de Viamão, contando com a idade de 20 anos. Em 03 de julho de 1734, ele, juntamente com o Pe. Manuel da Silva Albuquerque e Antônio Lopes Cardoso assinam uma representação contra as pretensões de Brito Peixoto referente a criar uma sesmaria que compreendesse todos os Campos de Tramandaí. Com essa informação, entende-se que a posse legal das terras ocupadas por Manuel de Barros Pereira ocorreu em 1755⁷³, entretanto, a ocupação ocorria desde 1733, durante o período de suas tropeadas.

O avanço de tropeiros, estabelecidos como sesmeiros, nesta região estimulou a Coroa a instituir um Registro (espécie de pedágio), na margem da Estrada dos Tropeiros. Localizado no Campestre próximo ao rio Rolante há aproximadamente 5 ou 6 km da atual sede do município de Santo Antônio da Patrulha, e denominado na época de *Guarda* ou *Patrulha*, este registro tinha a finalidade de fiscalizar o movimento da estrada e cobrar os impostos sobre os animais e mercadorias que por ali circulavam. O *Registro da Serra*, ou *Registro de Viamão*, foi estabelecido no ano de 1735, fato que corrobora com nossa hipótese de que o requerimento de sesmarias feito pelos estancieiros do lugar fora precedido pela efetiva posse, e também demonstra a importância deste caminho para a economia do Continente naquela época, área onde, alguns anos mais tarde (1773), foram instalados a freguesia da Guarda Velha de Viamão (Santo Antônio da Patrulha) (SANTOS, 2009, p. 76).

A partir da citação acima, Santos direcionou sua análise para outra sesmaria⁷⁴ que se localizava no morro do Púlpito, sendo de propriedade de Inácio José de Mendonça e Silva. Este personagem, segundo a autora, era pardo, filho do padre Luís de Mendonça e Silva⁷⁵ e da escrava (de propriedade do padre) Joana de Souza, nascido em Santos-SP no ano de 1705 e

⁷³ Registro de uma Carta de Sesmaria passada a Manoel de Barros Pereira. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XXIV n° 1, 1933, p. 215-216.

⁷⁴ Registro de uma Carta de Sesmaria passada a Inácio José de Mendonça. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XXIV n° 1, 1933, p. 152-153.

⁷⁵ “O pai de Inácio referido como Padre, muito provavelmente, ainda não havia assumido a vida eclesiástica quando Inácio nasceu. Em 1707, dois anos após o nascimento de Inácio, Luís de Mendonça inicia um processo de habilitação *de genere*, necessário para aqueles que pretendiam ingressar na vida religiosa ou nas ordens militares, onde eram vasculhadas as origens da família do candidato a fim de que se verificasse a ausência de *sangue impuro* (judeu, mouro, negro, cigano ou indígena). Nesse processo Luís de Mendonça declarou que “*ele se criou em casa da defunta Lucrecia de Mendonça aonde foi exposto, sem nunca haver notícia do pai e mãe que o geraram*”, e que havia sido batizado em Santos em 29 de agosto de 1683, sendo seus padrinhos Sebastião Ribeiro e Helena da Silva (SANTOS, 2009, p. 95)”.

desde 1742⁷⁶, já circulava pelas paragens continentistas. Contudo, acredita-se que a passagem destes personagens acima para o continente de São Pedro tenha ocorrido já na década de 1730.

A autora continua sua explicação afirmando que “em comum, Manuel de Barros e Inácio de Mendonça possuíam o *pioneirismo* na fronteira sul e a posse de terras importantes (SANTOS, 2009, p.77)”. Apesar disso, no ano de 1755, Inácio casa-se com Margarida da Exaltação, a filha única e parda-forra de Manuel de Barros com uma de suas escravas.

Segundo os “autos matrimoniais” consultados por Santos, Margarida expressa ser de “livre e espontânea” vontade o desejo de casar-se com Inácio, mesmo sabendo que este passava dos 40 anos. Enquanto ela possuía a idade de 13 anos. Inicialmente, Margarida escreve um bilhete de próprio punho, afirmando que prometia em nome de “Deus” e da “Virgem Maria” casar com Inácio, e que não havia constrangimento por parte de ninguém. Em posse deste documento, Inácio requereu ao Juízo Eclesiástico que solicitasse a presença de Margarida, no intuito de confirmar as intenções matrimoniais de ambos.

O pedido foi atendido pelo Juiz e a Margarida foi acompanhada a Viamão e através de um “ato contínuo foi depositada na casa de Cláudio Guterres para esperar enquanto corriam os autos de justificação e os proclames. Casaram-se em 19 de setembro de 1755 na Igreja Matriz de Viamão (SANTOS, 2009, p. 78)”. Como pesquisadores, questiona-se sobre a necessidade de se ter um documento escrito para que o casamento ocorresse.

Segundo Santos, o que os estava impedindo era o pai de Margarida que foi reconhecida por Manuel de Barros como filha, mesmo sendo bastarda, por ser fruto de um relacionamento do sesmeiro com uma de suas escravas chamada Tereza Pereira de Jesus. Manuel de Barros reconheceu a filha, deu o nome de sua mãe e, além disso, proporcionou-lhe educação, o que na época não era frequente ou comum.⁷⁷

Em seu trabalho, a autora questiona sobre a intenção de Manuel de Barros em dar educação esmerada a filha, pois não vê os membros da elite continentista preocupados com os hábitos da leitura e da escrita, já que o saber assinar o próprio nome detinha importância para o modelo de sociedade da época. A questão da bastardia foi avaliada, contudo, a autora

⁷⁶ Esta data encontra-se em um pedido de licença solicitado por Inácio José de Mendonça para casar-se em Laguna com Antônia Gonçalves. Ver: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Anais, volume I, Registro de um requerimento que fez o soldado dragão da Companhia de José Inácio de Almeida, José Inácio [sic] de Mendonça, página 173. (Nos anais, o nome de Inácio aparece invertido, estando o José como sendo o primeiro nome e não o contrário, como é o correto).

⁷⁷ Idem 70.

percebeu que a miscigenação não era algo problemático para a ocasião, pois no seio de outras famílias da elite, essas relações eram consensuais.

Por isso, o entendimento da historiadora é de que Manuel de Barros tenha feito um investimento na educação de Margarida como uma estratégia para inserí-la em alguma das famílias exponenciais do território sulino, e sua educação era o principal dote.

Manoel⁷⁸ de Barros já tinha a seu favor suas boas relações com comerciantes de São Paulo por conta de sua atividade como tropeiro e o fato de ser um dos pioneiros na ocupação dos Campos de Viamão. Ao criar ou reafirmar alianças através do casamento de sua filha ele cumpriria com os atributos essenciais para pertencer à elite social: riqueza, *status* e poder. As alianças que o casamento de Margarida poderia formar ou fortalecer, conseqüentemente garantiriam a Manoel de Barros o acesso ao poder local; mesmo que neste período, no nascente Continente de São Pedro, houvesse apenas uma vila (a de Rio Grande) e uma Câmara, as possibilidades estavam abertas. Já agraciado com a mercê de uma sesmaria, Manoel via desenvolver-se próximo a suas posses a freguesia da Patrulha, que brevemente precisaria de *homens bons* para a sua administração (SANTOS, 2009, p. 80).

Para Santos observa-se claramente que a educação e, possivelmente, o domínio de códigos de comportamento da fidalguia faziam parte da estratégia de Barros para alcançar poder e status através de um futuro enlace de sua filha.

Segundo os registros batismais da Freguesia de Viamão pesquisados pela historiadora, o apadrinhamento também foi um estratagema usado por Barros no intuito de adquirir notoriedade perante a comunidade local e lideranças regionais. “[...] o compadrio é uma forma de vincular as pessoas entre si e só pode ser entendido *de dentro pra fora* [...], torna-se um importante meio de análise das formas de construção das relações sociais (SANTOS, 2009, p. 82)”. A autora segue afirmando que,

O apadrinhamento entrelaçava não somente padrinho e afilhado; envolvia em parentesco também os pais da criança e por isso, nos parece tão fundamental a análise das pessoas envolvidas nesse ritual, pois essas pessoas são escolhidas porque compartilham do mesmo círculo de convivência, ou ocupam o lugar no qual os progenitores gostariam de ver seus filhos inseridos (SANTOS, 2009, p. 82).

Ela continua sua reflexão afirmando que Manuel de Barros havia buscado a construção de redes através do apadrinhamento, e por isso, acredita que ele teria planos para o casamento de Margarida. Manuel de Barros sabia que a ação de compadrio age em duas esferas, a primeira, buscando acesso a camada superior da sociedade, e, por conseguinte, a

⁷⁸ Santos utiliza a vogal “o” no nome de Barros, chamando-o de *Manoel*, contudo, verificamos que na maioria das obras sobre este personagem utilizam a vogal “u” em sua grafia.

benesses e a mercês, e a segunda; na camada inferior, auxiliando na cooptação de aliados na formação de uma base social e politicamente coesa.

Quanto a Inácio José de Mendonça, Santos afirma que este também soube utilizar a estratégia do apadrinhamento para poder se estabelecer socialmente em terras paulistas. Neste ponto, a pesquisadora vê que sua segunda esposa, Antônia Gonçalves de Fontes (parda forra) foi o elo principal na formação das relações sociais almejadas, pois se tornou madrinha quatro vezes no período entre 1748 e 1755, quando veio a falecer no mês de abril.

Ainda, Santos afirma que após a morte da segunda esposa Antônia Gonçalves, Inácio busca sua filha Ana Francisca, filha bastarda do relacionamento dele com Bárbara Soares.

Para a pesquisadora os dados de relação de compadrio, apontam para a necessidade de transitar entre as províncias buscando melhores condições de sobrevivência. Ela segue afirmando que em uma sociedade hierarquizada e baseada no trabalho escravo, o homem branco, mesmo que em minoria, tinha melhores condições de ascender socialmente e financeiramente. “A pobreza não era algo inerente aos ex-escravos e seus descendentes, porém os acompanhava como uma sombra. Reunir algum pecúlio e migrar era as formas de se afastar desta sombra trazida pela origem étnica (SANTOS, 2009, p. 93).”

Inácio inseria-se dentro deste contexto, pois carregava em grande parte de sua vida o estigma de ser *pardo-forro*. Além disso, Inácio era um filho ilegítimo e escravo, sendo alforriado durante o batismo, ou em um curto prazo de tempo após a benção, mas para Santos, o que foi determinante para a sua trajetória de mobilidade foi sua origem *imoral*.

Santos, continua explorando a história de Inácio e seu pai visando esclarecer os motivos que o levaram a circular por estas paragens. Em dado momento deste relato, a autora traz a informação de que o pai de Inácio também era filho de um padre, pois cita uma passagem da obra de Neis que afirma: “*Certifico eu frei João, noviço da Ordem de São Francisco, em como Luís de Mendonça e Silva é filho do Pe. José Vieira Calaça e de Maria da Silva, os quais conheço serem limpos de sangue judeu, mouro e gentio (NEIS, 1975, p. 109)*”.

A autora acredita que Luís de Mendonça pode ter sofrido com o escândalo sobre sua origem, pois também era filho de um padre. Entretanto, esse fato reproduz o mesmo enredo, pois Luís de Mendonça acaba envolvendo-se com uma escrava, conseqüentemente, tornando-se, padre. Santos acredita que através desta conjuntura, tornou-se inviável a permanência de Inácio na vila de Santos (SP), sendo que, em uma de suas hipóteses, é Inácio que acompanha

o pai em uma visita a Santa Catarina por volta de seus 19 anos, e é naquele momento que Inácio inicia seus contatos para vir residir no Continente de São Pedro.

Nossa hipótese é a de que Inácio tenha migrado não só por razões de ordem econômica, em busca do sustento de sua família (não sabemos se ele teve acesso a alguma herança de seu pai), mas também como parte do *exercício de liberdade* que a distância do vínculo com o cativo poderia lhe proporcionar (SANTOS, 2009, p. 97).

Inácio José de Mendonça com a idade aproximada de 40 anos. Teve dois filhos e era viúvo. Após percorrer Santa Catarina e o Rio Grande de São Pedro (nome dado ao antigo estado do Rio Grande do Sul). Conhece a jovem Margarida da Exaltação, filha de Manuel de Barros, opositor do relacionamento de ambos. Mas sob o ponto de vista da autora, ambos possuíam uma origem comum de forma ilegítima e mestiça.

Para a autora, Inácio como derradeiro investimento inicia a construção de uma capela logo nos primeiros anos após seu casamento com Margarida. Em setembro de 1756, o Bispo de Rio de Janeiro pede em portaria enviada ao Pároco de Laguna que fossem construídas capelas na região dos Campos de Tramandaí e Registro da Serra⁷⁹, pois a área de abrangência da paróquia de Viamão era considerada vasta e já não atendia eficazmente o número de indivíduos que ali haviam se estabelecido.

Inácio, por sua vez, empenhou-se em construir em sua fazenda a capela em honra a Santo Antônio, sendo que a mesma foi reconhecida pelo Frei Dom Antonio do Desterro, bispo de Rio de Janeiro em agosto de 1760, “[...] este documento criava o curato de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão que compreendia todos os moradores desde o Registro da Serra de Viamão até as Lombas e daí pelo arroio Grande [...] até Capivari e Palmares, e também os moradores dos Campos de Tramandaí (SANTOS, 2009, p. 102-103)”. Para Santos “a dedicação e o zelo de Inácio na construção da capela mais uma vez nos dá pistas sobre o seu investimento em seu status social. Uma obra pia grandiosa, como a fundação de uma capela, colocaria de vez o seu nome entre os *principais* da terra (SANTOS, 2009, p. 103)”.

Na obra de Arlindo Rubert⁸⁰ intitulada “*História da Igreja no Rio Grande do Sul*” possui um capítulo que trata diretamente da criação da Paróquia de Santo Antônio da Guarda

⁷⁹ Segundo Santos, o Registro da Serra estaria localizado em Santo Antônio da Patrulha, e, portanto, seria o Registro da Guarda, na localidade conhecida como Guarda Velha.

⁸⁰ Arlindo Rubert é teólogo, especialista em História Eclesiástica e Patologia, sendo perito em Liturgia, Direito Canônico e Psicologia. Publicou 21 títulos em 25 volumes. Atualmente está aposentado residindo no Oásis Betânia em Fortaleza dos Valos-RS.

Velha (Patrulha). Neste material, Monsenhor Rubert afirma que “o fundador de Santo Antônio da Patrulha foi José Inácio de Mendonça⁸¹, oriundo de Santos, o qual se estabeleceu na região, empenhou-se pela fundação de uma capela dedicada a Santo Antônio [...] (RUBERT, 1994, p. 85)”. Segundo o autor, a licença para a construção foi aprovada em 4 de setembro de 1756, com o intuito de satisfazer os moradores da Guarda Velha de Viamão, sendo que a mesma foi benzida no ano de 1760.

Ainda conforme as informações trazidas na referida obra, o local onde foi construída a capela faziam parte da paróquia de Laguna, portanto, a distância para o atendimento era demasiada.

Tendo agora igreja e por achar-se distante de qualquer paróquia, D. Fr. Antônio do Desterro, Bispo do Rio de Janeiro, por uma portaria de 31 de agosto de 1760 cria o curato de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão, que compreendia todos os moradores desde o Registro da Serra de Viamão até as Lombas e daí pelo Arroio Grande e de João Rodrigues e fazenda de João Pinto até o Capivari e Palmares e os que moram nos Campos de Tramandaí, dando-lhe capelão curado na pessoa do Pe. Francisco Coelho de Fraga (RUBERT, 1994, p. 85).

Rubert enfatiza que, no edital de 3 de outubro de 1763, Dom Frei Antônio do Desterro criou a paróquia de Santo Antônio da Guarda Velha, tendo os mesmos contornos da capela anteriormente criada. O primeiro cura da capela antiga foi designado como o primeiro pároco, estando a frente da mesma até janeiro de 1779.⁸²

O advogado Affonso Penna Kury⁸³ é convidado pelo secretário de turismo de Santo Antônio da Patrulha na época da realização da “1ª Moenda da Canção Nativa”, e escreve em 5 semanas, um aparato de informações sobre a história do município, sendo este material utilizado na promoção do evento em seu primeiro ano de existência. A obra decorrente deste estudo-encomenda⁸⁴ recebeu o título de “*Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada*”⁸⁵ e nela o autor retrata alguns fatos isolados sobre a história do município desde sua origem até

⁸¹ A referência ao nome deste personagem foi feita de forma equivocada por Arlindo Rubert, pois o mesmo cita o colega Monsenhor Ruben Neis como fonte, e este por sua vez, em sua obra apresenta o nome do personagem aparece de forma correta, ou seja, Inácio José de Mendonça [e Silva].

⁸² RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial**. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

⁸³ O autor é bacharel em Direito e reside em Tramandaí-Rs.

⁸⁴ Refiro-me a obra como “estudo-encomenda” devido à questão de que Affonso Kury era advogado, sem formação na ciência histórica, ao que consta na época, o município dispunha de duas historiadoras estudos avançados nesta temática, Eloísa Ramos e Véra Barroso, sem contar com o memorialista Juca Maciel, (como dito pelo próprio autor na “nota preliminar”). Isto me faz acreditar que alguma intencionalidade havia nesse convite ao bacharel em direito.

⁸⁵ KURY, Affonso Penna. **Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada**. – Porto Alegre: Ed. Pallotti, 1987.

o período em que foi escrito. Objetiva-se também neste capítulo analisar as informações expostas por Kury sobre a origem do município, sendo que os demais fatos por ele citados não serão aqui referenciados.

Quanto à origem de Santo Antônio da Patrulha, Affonso Kury busca na disputa entre Portugal e Espanha, após Tordesilhas, elementos para explicar o surgimento da cidade. Após reiterar esta disputa, o autor passa a comentar sobre o início da ocupação das terras sulinas e a construção de caminhos que tinham por objetivo principal alcançar Sacramento e Rio Grande, e conseqüentemente os Campos de Viamão, as reservas de gado *vacum* e *muar* das “vacarias”. Construídos os primeiros caminhos em direção a São Paulo, começa-se com transporte do gado em pé rumo ao centro do Brasil, e caminhos vão sendo aperfeiçoados com personagens que começam a se destacar.

Como salienta o próprio Kury, “urgia-se” cobrar impostos sobre esse transporte, e o local conveniente para estabelecer essa cobrança era o início do trajeto, ou seja, em Santo Antônio da Patrulha.⁸⁶ “Para tanto, foi montada uma ‘guarda’, entregando-se a sua segurança ao Regimento de Dragões. Junto à força militar, havia um ‘curral’ para ‘contagem do gado’ e, naturalmente, funcionários para ‘registro’ das tropas” (KURY, 1987, p. 15).

Para o autor, a partir desse fato, o local passa a ser referenciado em documentos como registros de nascimento, casamento e óbito. Sendo algumas dessas denominações chamadas de “Guarda de Viamão”, “Guarda Velha de Viamão”, “Registro de Viamão”, “Registro da Serra de Viamão”, “Curral da Contagem” ou “Patrulha”.

Procurando referendar uma hipótese, Kury baseia-se na obra “Guarda Velha de Viamão” do Monsenhor Ruben Neis⁸⁷, para comentar sobre o batismo de três índios guaranis na localidade chamada de “Aldeia Velha”, uma experiência de aldeamento aos moldes da Aldeia dos Anjos em Gravataí, construída após a dispersão dos “guaranis” em face a Guerra Guaranítica.

No seguimento do mesmo texto, o autor questiona como o santo casamenteiro emprestou seu nome ao município patrulhense? A resposta para tal questionamento segue na íntegra,

O nome, certamente, foi inspirado na grande estância de Manoel de Barros Pereira, o “Menino-Diabo”, com sede em Passinhos, e que se chamava “Estância Santo Antônio”, a qual tinha um oratório de seu orago. Como se sabe, o sesmeiro Manoel

⁸⁶ Idem 85.

⁸⁷ “Refere o Monsenhor Ruben Neis, em seu excelente livro “Guarda Velha de Viamão”, [...] (KURY, 1987, p. 16)”.

de Barros Pereira, um dos primeiros e mais ricos estancieiros do Continente, deu seu nome à Lagoa dos Barros, o que faz presumir, pelo plural, que Manoel tivesse irmãos ou parentes que com ele dividiam as lidas da estância. Essa presunção é meramente especulativa. [...] A verdade, porém, é que a única filha de Manoel, Margarida de Barros Pereira, que também se chamava Margarida da Exaltação da Cruz, casou-se com Inácio José de Mendonça, um paulista, que obteve a sesmaria onde hoje se acha a sede do município. Inácio José de Mendonça e Margarida de Barros Pereira construíram, em 1760, a primeira Capela de Santo Antônio, a qual se localizava na Av. Borges de Medeiros, em frente a Prefeitura Municipal, onde até pouco tempo, estava erguida a Pira da Pátria. Essa Capela, em todos os registros paroquiais da época, passou a ser chamada de “Capela de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão” e o incipiente vilarejo, a partir de então, era designado, em documentos paroquiais ou oficiais, ora como “Santo Antônio da Guarda Velha”, ora como “Santo Antônio da Patrulha”. Afirmam alguns, com forte probabilidade de acerto, que os dragões do regimento da “guarda” faziam “patrulhamento” no vilarejo da Capela de Santo Antônio. Daí a predominância do adendo “Patrulha” na designação de “Santo Antônio”. Se non es vero[...] (KURY, 1987, p. 16).

Em sua obra denominada “*Os fundadores de Santo Antônio*” Kury ressalta que os quatro primeiros municípios estavam localizados próximos a vias navegáveis. É abordado também a construção do Registro na Guarda Velha e os caminhos que os tropeiros percorriam rumo a Sorocaba.

Seguindo a explanação, o autor diz que Santo Antônio adquiriu características de Vila ao final do século XVIII. “É que, vindo de São Paulo, chegou a Santo Antônio um pardo-forro, filho bastardo de um sacerdote, atraído pela notícia das riquezas geradas pelo gado alçado do Continente (KURY, 1987, p. 19)”. Era conhecido como Inácio José de Mendonça, casado em segunda núpcia, chega aqui com “esposa e vários filhos adultos (KURY, 1987, p. 19)”.

O personagem requisitou a Coroa portuguesa uma sesmaria, recebendo-a com o tamanho de ½ léguas em quadra (o equivalente a 21,78 km²), sendo limites dessa sesmaria a Guarda Velha e o Morro do Púlpito. Após a morte da segunda esposa, busca uma nova mulher, “e essa busca gerou um belo e trágico romance de amor (KURY, 1987, p. 19)”.

A escolhida foi à filha de Manuel de Barros Pereira, açoriano da ilha do Faial e que possuía sesmaria em Passinhos (atual território do município de Osório). “Manoel de Barros Pereira, homem voluntarioso, trabalhador e destemido, devido às suas façanhas, recebeu a alcunha de ‘Menino-Diabo’[...] (KURY, 1987, p. 19)”. Proprietário de muitos escravos gerou sua única filha com uma de suas escravas, deu-a nome de Margarida da Exaltação da Cruz. “Manoel de Barros afeiçãoou-se à menina e dela fez a razão de ser de sua vida. Pretendia transformá-la numa grande dama, casando-a com um estancieiro de seu porte (KURY, 1987, p. 20)”.

Manuel de Barros mandou vir de Laguna um professor para que sua filha fosse letrada, sendo uma das primeiras mulheres do continente a escrever corretamente. “Essa parda-forra (mulata), pelo que diz a memória histórica, quando chegou ao esplendor dos 15 anos, era uma bela mulher, requestada de todos os lados, não só pela sua cultura, como, especialmente, por sua riqueza (KURY, 1987, p. 20)”.

O autor acredita que Inácio e Margarida se conheceram em algum momento que Manuel de Barros tenha ido ao Registro a fim de liberar a passagem de tropas com seus animais a caminho de Minas Gerais. “Para Manoel de Barros Pereira, Ignácio José de Mendonça⁸⁸, um pardo-forro não era o príncipe encantado que ele almejava para a filha. Opôs-se, usando de toda a sua força política e econômica, a esse casamento (KURY, 1987, p. 20)”. Todavia, os esforços de Manuel de Barros contra o casamento foram em vão, pois Margarida já havia afirmado, através de um bilhete de amor queria unir-se em matrimônio com Inácio.

Esse bilhete possibilitou a Inácio procurar o vigário e fazer prevalecer o Direito Canônico, já que afirmava que Manuel mantinha Margarida em cárcere privado, na fazenda Santo Antônio, a fim de evitar o casamento.

O vigário mandou buscar Margarida na casa do pai para verificar a veracidade das afirmações de Inácio. Confirmadas as questões, Margarida e Inácio casam-se, retornando para a fazenda de Inácio. Com o nascimento da primeira filha, surge a oportunidade de construção da primeira capela em terras patrulhenses.

O casal Ignácio José de Mendonça e Margarida da Exaltação da Cruz é considerado o fundador da Vila de Santo Antônio da Patrulha, uma vez que construiu a primeira capela que se localiza em frente à atual Prefeitura, onde antes ardia a Pira da Pátria (KURY, 1987, p. 21).

Entretanto, o que mais chamou a atenção nesse momento do texto, é o seu posicionamento quanto à outra versão para a origem de Santo Antônio da Patrulha. Segue a íntegra esse posicionamento:

Há tentativas, ditadas pelo preconceito racial, no sentido de sustentar que a Vila de Santo Antônio da Patrulha foi fundada pelo português, Manoel Gonçalves Ribeiro, oriundo de Laguna. Existe, no caso, flagrante confusão histórica. Manoel Gonçalves Ribeiro foi o primeiro sesmeiro do Continente de São Pedro ao obter a Sesmaria das

⁸⁸ O autor preferiu adotar a grafia do nome de Inácio utilizando a letra “g” de forma muda, assim como a utilização gráfica da letra “o” no nome de Manuel.

Conchas, próxima a Capão da Canoa. Além dessa Sesmaria, titulóu mais duas – uma em Santo Antônio da Patrulha e outra em Viamão. Mas, no Continente, era adventício, pois aqui só vinha de quando em vez, mantendo sempre residência em Laguna. A única relação possível entre Manoel Gonçalves Ribeiro e a Vila de Santo Antônio da Patrulha é que um de seus filhos, também chamado de Manoel Gonçalves Ribeiro, casou-se com uma filha de Ignácio José de Mendonça e Margarida da Exaltação da Cruz. Fora disso, *não há registro histórico confiável, sendo o resto decorrente da confusão de nomes ou da deliberada intenção de arrancar das mãos de Ignácio José de Mendonça o galardão que lhe dá lugar de destaque na historiografia patrulhense* (KURY, 1987, p. 21). (Grifo nosso).

O texto da revista “Freeway” produzidas pelas redatoras Ângela Müller da Rosa e Gabriela Rodrigues intitulada, “*Santo Antônio da Patrulha: Terra de Sabores*”. Inicia informando que a cidade foi uma das quatro primeiras na história do Rio Grande do Sul, surgindo com o ciclo do tropeirismo e seus caminhos que passavam pelo local. Com o passar do tempo, a Coroa lusa ordenou a criação de uma espécie de pedágio, denominado de Guarda Velha de Viamão.

O comércio das cabeças de gado cresceu, e o pedágio era a alternativa viável para cobrança de impostos sobre os animais. Além disso, a produção de aguardente e rapadura nos engenhos da cana era costume entre os moradores, o que levou a ser outra atividade precursora em Santo Antônio da Patrulha (ROSA; RODRIGUES, março de 2011, ano V, n° 20, p. 21).

Para as redatoras os “slogans” de “Terra dos Canaviais” ou “Terra da Cachaça e da Rapadura”, incutidos na imagem de Santo Antônio da Patrulha, que provém da atividade agrícola que no passado utilizava mão de obra escrava, e que ainda hoje é exercida. “Com os açorianos, veio uma culinária característica: os sonhos, que também acabaram se tornando uma tradição da cidade (ROSA; RODRIGUES, março de 2011, ano V, n° 20, p. 21)”.

A reportagem segue contando que no imaginário da cidade há diversas lendas e histórias, mas a que mais se destaca é a história de amor de Inácio José de Mendonça e Margarida da Exaltação da Cruz, filha de Manuel de Barros Pereira proprietário das terras à margem da Lagoa dos Barros. Manuel era contra o relacionamento da filha com Inácio, pois ele tinha naquele momento mais de 40 anos.

Após *inúmeras confidências* por meio de *cartas amorosas*, os dois se casaram. Como eram devotos de Santo Antônio – padroeiro dos pobres e casamenteiros -, *solicitaram a construção de uma capela em agradecimento*, que foi inaugurada em 1760, e consagrada pelo bispo do Rio de Janeiro como a igreja matriz do povoado três anos depois. Hoje, existe nesse local (av. Borges de Medeiros) uma placa relembrando a história (ROSA; RODRIGUES, março de 2011, ano V, n° 20, p. 21).

A historiadora Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos⁸⁹ também pesquisou sobre a cidade de Santo Antônio da Patrulha⁹⁰, tendo como recorte temporal as origens do município até o período da independência do Brasil. Em seu estudo, a historiadora desenvolveu três capítulos, sendo que no primeiro capítulo, denominado “O Rio Grande de São Pedro”. Retrata os primeiros contatos dos portugueses com as terras que posteriormente fariam parte do Continente de São Pedro. Relata sobre a fundação da Colônia de Sacramento e da Vila de Laguna, além da importância da região patrulhense e a necessidade de abertura de caminhos ligando o sul a São Paulo e a Minas Gerais.

No segundo capítulo intitulado “Santo Antônio da Patrulha” (objeto de nossa análise), a autora relata como nasce a povoação local e também como a mesma cresce. O capítulo terceiro tem como foco o crescimento do Rio Grande, a administração do governador Paulo Gama e a criação dos primeiros municípios, sendo um deles um pouco da história de Santo Antônio da Patrulha entre os anos de 1811 e 1822.

Antes de focar no relato da historiadora sobre a origem de Santo Antônio da Patrulha, ressalta-se pontualmente a informação trazida por Ramos e, que até então, a presente pesquisa não conhecia: “[...] a bula papal Romani Pontificis, do Papa Inocêncio XI (de 1676). Confirmou as terras até o Rio da Prata como portuguesas quando estendeu até este limite o Bispado do Rio de Janeiro⁹¹ (RAMOS, 1972, p. 1)”. Além de afirmar que no ano de 1676 haviam sido doadas terras, desde Laguna até o Rio da Prata ao Visconde de Asseca e a João Correia de Sá, pelo rei português. Como estas terras não foram devidamente ocupadas acabaram retornando ao domínio da Coroa portuguesa.

No trabalho apresentado por Ramos, no início da década de 1970, são informadas diversas imprecisões quanto à suposta data de origem da povoação patrulhense. O exemplo disso são os relatos do senhor José Maciel Jr⁹² que apontavam para a data de 1719, como o surgimento do povoamento, o que Ramos refuta afirmando não ter encontrado nenhum documento que comprovasse tal informação. Outra informação (apresentada pelo senhor Maciel Jr.) revela a existência da capela dedicada a Santo Antônio, antes da criação do

⁸⁹ Doutora em História e professora dos cursos de graduação e pós-graduação em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

⁹⁰ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **Santo Antônio da Patrulha: das origens até a Independência**. Monografia de Conclusão de Curso. UNISINOS: 1972.

⁹¹ Informação confirmada pelo sítio: <http://arqrio.org/a-arquidiocese/nossa-historia>.

⁹² MACIEL JR in BEMFICA, 1972, s.p.

povoado e também do Registro da Guarda, mas que Ramos também não encontra respaldo para acatar os dizeres do memorialista local.⁹³

Ramos naquele momento segue dois vieses que acredita ser o fio condutor da descoberta do momento histórico do início do povoamento: o caminho aberto por Cristóvão Pereira em direção aos campos de Lages e São Paulo, subindo pela serra de Viamão, além da ocupação das terras sulistas por paulistas e lagunistas antes de 1732 – data da primeira doação de sesmaria, que fora feita nos Campos de Viamão.⁹⁴

Ora, sabendo-se que somente após 1725 se começa a ocupação Rio Grande; sabendo-se que o povoamento inicia-se pelo litoral, ao longo da estrada primeiramente aberta; sabendo-se que Santo Antônio não ocupava a faixa litorânea (no local aonde veio a se formar a cidade), pode-se concluir que a ocupação com fazendas de gado (sesmarias) deu-se após 1725 em Santo Antônio e que teve seu impulso com a abertura da estrada de Cristóvão Pereira, pois que determinou a criação de um Registro Fiscal, para arrecadar dízimos para a Coroa Real (RAMOS, 1972, p. 10-11).

Para respaldar sua afirmação citada acima, Ramos se vale de Borges Fortes quando este diz: “Penso que a abertura deste caminho determinasse a conveniência da criação de uma guarda no ponto de intercessão com a estrada da Laguna dando origem à *povoação de Santo Antônio*, ainda hoje da Patrulha (FORTES, 1938, p. 239 *apud* RAMOS, 1972, p. 11)”.

A historiadora comenta também que a presença de uma capela era algo adequado para o período. Contudo, naquele momento havia dúvidas quanto à instalação da mesma, se ocorreu antes do povoamento, e a isso ela alega a falta de documentação precisa (para o período na qual o trabalho de Ramos foi escrito).

A capela teria sido primeira, uma ermida, às margens do Rio dos Sinos. Mais tarde (1725) João de Magalhães em viagem pelo sul doou ao ermitão que ali se achava uma imagem de Santo Antônio, dando origem ao nome da povoação. Teria outra hipótese, nas proximidades do local em 1740, sido instalado o Registro da Guarda. Esta instalação pode ter também originado o nome da povoação, pois que Santo Antônio é o santo dos militares. Ainda uma terceira hipótese: o nome Santo Antônio, teria sido escolhido numa homenagem a Ana Brito, natural de Laguna e mulher de Francisco Brito Peixoto, capitão-mor do lugar, cujo nome era Santo Antônio dos Anjos de Laguna (RAMOS, 1972, p. 11).

⁹³ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **Santo Antônio da Patrulha**: das origens até a Independência. Monografia de Conclusão de Curso. UNISINOS: 1972.

⁹⁴ Idem 93.

Na sequência de sua explanação, Ramos afirma que o documento mais antigo existente naquela época era uma portaria de, 31 de agosto de 1760 assinados, pelo Bispo Dom Antônio do Desterro, responsável pelo bispado do Rio de Janeiro, onde era permitida a construção da capela.

Com isso, Ramos nota que o município segue uma trajetória de desenvolvimento iniciada com a abertura do Caminho de Cristóvão Pereira, e logo com a instalação do Registro na Guarda Velha, e por sua vez, por causa dos contrabandos, houvera a necessidade de alocação de um destacamento de soldados dragões para ali realizarem patrulhas, a fim de diminuir a sonegação no pagamento de impostos.

Quanto à capela, Ramos cita o documento acima e por isso acredita que não houve a incidência de capelas anteriores a 1760, sendo os cultos daquele lugar realizados em ambientes familiares, ou se deslocando a Viamão, capela responsável por aquela área até aquele momento.⁹⁵

Como se depreende do documento, a existência da Capela antes do mesmo é duvidosa, assim como a denominação “Santo Antônio”, pois para situar o local da Capela o documento cita “[...] no lugar da Guarda Velha”. Assim sendo, confirma-se o exposto anteriormente sobre as origens da cidade, oriunda da expansão das estâncias e da instalação do Registro da Guarda, que em 1740 mais ou menos exigiu a presença da Patrulha pela descoberta do contrabando, através de uma picada. Esta picada ficava no local onde se encontra a cidade alta de Santo Antônio da Patrulha (RAMOS, 1972, p. 15).

Mais adiante, Ramos revela nomes de alguns dos primeiros sesmeiros, destacando-se Manuel de Barros Pereira, na qual através de uma citação em seu texto de Borges Fortes, afirma que ele pode ter sido um dos primeiros povoadores que se estabeleceu em terras que posteriormente seriam conhecidas como, Santo Antônio da Patrulha, contrariando a versão que explica que Manoel Gonçalves Ribeiro tinha recebido sesmaria em 1732 nos Campos de Tramandaí e posteriormente na Lomba em Santo Antônio da Patrulha em 1741, e acabou por não residir nesses locais, somente sua esposa e filhos após o seu falecimento, não caracterizando a sua ocupação primitiva.

Para Ramos a intensificação da ação dos ‘povoadores estancieiros’ ocorreu após 1750, juntamente com os açorianos na ocupação das terras patrulhenses. Segundo ela, haviam outras teorias que afirmavam que a chegada dos açorianos poderia ter ocorrido nos anos de

⁹⁵ Idem 93.

1740 ou anteriormente, no ano de 1692, nesse caso, via Laguna. Mas, “em 1763, depois da invasão espanhola, Santo Antônio tem sua população aumentada pelo contingente açoriano vindo de Rio Grande (RAMOS, 1972, p. 17.)”.

Finalmente, na tentativa de analisar os estudiosos da academia que pesquisaram sobre Santo Antônio da Patrulha, passa-se a reflexão do Monsenhor Ruben Neis⁹⁶ na sua obra “*Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha*”⁹⁷. Um dos motivos que levaram a este clérigo pesquisar sobre as terras patrulhenses, explicado no capítulo introdutório, era aproximar o leitor ao homem sul rio-grandense do século XVIII, mostrar que os “[...] pioneiros do povoamento foram heróis que se aventuraram a uma vida cheia de riscos e perigos os mais diversos (NEIS, 1975, p. 15)”.

Para o autor há muitas inexatidões nas principais “datas-origem” das primeiras vilas do Rio Grande do Sul. Sendo que em Santo Antônio da Patrulha acontece o mesmo, pois a “[...] história inicial se perde nas brumas de um passado relativamente próximo, provocando o surgimento de datas lendárias, imaginárias e falsas, que desfiguram a verdadeira história inicial da comuna (NEIS, 1975, p. 15)”. E isso fez com que o prefeito municipal de Santo Antônio da Patrulha, Jorge Pedro Nehme, enviasse um pedido em ofício no dia 5 de abril de 1968 ao Cardeal Dom Vicente Scherer pedindo para que fosse realizada uma pesquisa no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre sobre o início do povoamento do município e a data exata na qual a primeira capela havia sido construída e inaugurada.

O pedido originou uma pesquisa realmente exitosa, cujo resultado superou muito minhas próprias expectativas, fazendo-me avançar de descoberta em descoberta, cada qual mais inesperada e surpreendente, em arquivos de Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, e tornando-me agora possível a publicação de documentos básicos e inéditos da história patrulhense. *Posso contar a verdadeira, mas ignorada história da primeira Capela de Santo Antônio da Patrulha e de seu simpático fundador. “Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão” tem uma das histórias mais apaixonantes e desconhecidas do Rio Grande do Sul (NEIS, 1975, p. 15). (Grifo nosso).*

⁹⁶ Ruben Neis formou-se em Filosofia em 1945 e em Teologia em 1949, ano na qual foi ordenado. Tornou-se responsável pelo Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre quando foi nomeado Secretário Geral do Arcebispado em 31/12/1961 até 04/03/1981 quando passa a ser capelão da Igreja de rito Maronita. Foi membro dos Institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Ocupante da Cadeira 12 no Instituto Histórico de São Leopoldo-RS. Associou-se ao Colégio Brasileiro de Genealogia em 21 de junho de 1968.

⁹⁷ NEIS, Ruben, Padre. **Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha.** – Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Sulina, 1975.

O autor continua explorando a obra em questão e revela o seu interesse pelo estudo genealógico, já que observava equívocos existentes sobre a contribuição efetiva de “diversas raças”⁹⁸ na formação étnica da população sul rio-grandense, mas que com o cotejamento de documentos da época⁹⁹ tem-se a oportunidade de se rever tais equívocos e corrigi-los, dando a correta dimensão a contribuição desses grupos.

A obra começa tratando do início do povoamento, com as incursões de reconhecimento visando alcançar o Rio da Prata via litoral, tendo contato com os rebanhos de gado xucro.¹⁰⁰ Neste contexto, Neis esclarece que os portugueses, desde a chegada ao Brasil, fazem este tipo de incursões para o interior, sendo que em direção sul destaca-se a ação dos lagunistas liderados pelo capitão-mor Francisco de Brito Peixoto.¹⁰¹

Neis ainda comenta sobre a criação das primeiras invernadas e, posteriormente, com a chegada e fixação dos primeiros povoadores lagunistas, surge às primeiras estâncias, sendo o marco do povoamento no Continente de São Pedro o ano de 1733. Já em Santo Antônio da Patrulha, Neis cita que Manuel de Barros Pereira havia se estabelecido nas proximidades da Lagoa dos Barros, onde próximo inicia a estrada dos tropeiros (Caminho de Cristóvão Pereira de Abreu) e o Registro.¹⁰²

O autor fala no segundo capítulo da obra sobre as denominações dadas as terras que depois se tornaram Santo Antônio da Patrulha na configuração de 1811. Nomes como ‘Campos de Tramandaí’, ‘Estâncias’, ‘Campos de Viamão’, ‘Continente de Viamão’, ‘Viamão’, ‘Guarda de Viamão’, ‘Guarda Velha de Viamão’, ‘Registro de Viamão’, ‘Registro da Serra de Viamão’, e ‘Serra de Viamão’ ou ‘Cima da Serra de Viamão’, todos fazendo parte da área que compreendeu o município de Santo Antônio da Patrulha. Nesse capítulo, Neis também explica como ocorreu a formação da Estrada dos Tropeiros, tanto em sua primeira forma, seguindo o litoral e subindo em direção ao Morro dos Conventos, quanto na sua segunda forma aberta por Cristóvão Pereira seguindo pela Guarda Velha atravessando o Rio dos Sinos, costeando o vale do Rio Rolante, seguindo em direção aos campos de Cima da Serra para alcançar Lages, Curitiba e depois Sorocaba. Posteriormente, o relato segue descrevendo sobre a criação da Guarda e suas atividades fiscais, além da Patrulha com sua

⁹⁸ O termo “raça” foi utilizado pelo autor no momento da criação da obra no ano de 1975, e que na época ainda estava em voga.

⁹⁹ Livros de registros de batismo, casamentos e óbitos. Habilitações matrimoniais e processos de inventário.

¹⁰⁰ Neis para construir o contexto inicial se baseia na obra: *Rio Grande de São Pedro, Povoamento e Conquista* volume XXXVII da Biblioteca Militar de General João Borges Fortes.

¹⁰¹ Idem 100.

¹⁰² Ibidem 100.

atividade fiscalizadora, como também, o relato sobre o nome de Santo Antônio dado à localidade.

Já o terceiro capítulo, Neis retrata a ocupação progressiva das terras do Rio Grande do Sul durante os séculos XVII e XVIII. “Inicialmente foram ocupadas às campanhas do litoral, próprias para a criação de gado e livres de índios selvagens. Eram os paulistas e lagunistas, acompanhados pelo escravo fiel e pelo índio carijó domesticado (NEIS, 1975, p. 31)”. Em seguida, os fazendeiros e seus escravos entraram nas planícies dos rios que desaguam no lago Guaíba (Rio Jacuí, Caí, Sinos), aproveitando-se da fertilidade destas terras e suas pastagens. Ao subir ao vale do Rio Rolante, os fazendeiros passaram a ocupar as terras dos campos de Cima de Serra, logo parte das “levas” de ocupação segue o caminho aberto por Cristóvão Pereira.

Pouco tempo depois da ocupação, chega o colono açoriano, que vagou por duas décadas até receber um pedaço de terra para fixar-se com sua prole e iniciar a labuta, gerando posteriormente povoações com características ilheais. Depois, chegam os imigrantes alemães, italianos, poloneses embrenhando-se nas matas e abrindo picadas, buscando inicialmente sustentar suas famílias e depois gerar excedentes para serem investidos no bem-estar da família. Sesmeiros e pequenos proprietários fizeram as terras patulhenses gerar riquezas.

O quarto capítulo tem como ênfase abordar o tema de fazendeiros que receberam sesmarias, permanecendo com as mesmas, ou aqueles que posteriormente, nas primeiras décadas após o início do povoamento em 1733, as comercializaram. Os fazendeiros que receberam as sesmarias são: Manuel de Barros Pereira, Bento José Pires, Antônio Rodrigues Pavão, Manuel Gonçalves do Rego, Antônio Quaresma Gomes, Manuel Gonçalves Ribeiro, Padre Mateus Pereira da Silva, Lourenço Correa Florim, Manuel Pinto Moreira, Joaquim Pereira da Silveira, Manuel de Abreu, Manuel Fernandes Vieira, Manuel Nunes Benfica, José de Andrada Batalha, Padre José Carlos da Silva, Antônio Teixeira da Cunha, Antônio Gonçalves Padilha, Francisco da Silveira Peixoto, Antônio Teixeira da Cunha, José Pinheiro, Francisco de Almeida, Romão Dias Gonçalves e Inácio José de Mendonça e Silva. Este último citado foi para Neis o “[...] o homem mais importante na fundação de Santo Antônio da Patrulha (NEIS, 1975, p. 37)”.

O quinto capítulo tem como título: “Os escravos”, trata da chegada de escravos para trabalharem em terras do Continente de São Pedro, mais precisamente nas terras

patrulhenses. Segundo o estudo de Neis sobre as obras textuais de Emília Viotti da Costa¹⁰³, antes da independência do Brasil, a colônia contava com aproximadamente 3.993.000 negros e mestiços, entre escravos e livres, sendo que brancos comportavam a cifra de 1.347.000 indivíduos. Entretanto, “[...] nunca houve comércio escravagista diretamente da África para o Rio Grande do Sul. Os nossos escravos foram introduzidos através de outros centros importadores, principalmente pelo Rio de Janeiro (NEIS, 1975, p. 40)”. Citando Laytano¹⁰⁴, Neis confirma que em 1814 havia no Rio Grande do Sul em torno de 20.611 escravos, 5.399 forros de todas as cores e 8.655 índios, o que denota que esta percentagem influenciou na formação étnica do gaúcho. Em Santo Antônio da Patrulha no mesmo ano encontramos 1706 indivíduos brancos e 961 escravos.¹⁰⁵

No seguimento da obra, Neis analisa as condições de vida e trabalho de indígenas, além da distribuição das etnias em território sul rio-grandense. “Há indícios de que nos começos de 1758 se estava organizando um aldeamento de índios em Santo Antônio da Patrulha, ou que um grupo de índios lá se tenha localizado formado uma espécie de povoação ou aldeia (NEIS, 1975, p. 53)”. Entretanto, este aldeamento não prosperou e cinco anos mais tarde foi fundada a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, na atual cidade de Gravataí.

Nesta parte da obra, o autor trata da chegada dos açorianos ao Continente de São Pedro em suas duas fases. A primeira com açorianos oriundos de São Paulo e Laguna. E a segunda em 1752, quando chegam ao Rio Grande os primeiros “casais de número”, desembarcando no Porto dos Casais e posteriormente subindo o rio Jacuí rumo as Missões, local onde o Tratado de Madri (sua decorrência) os havia direcionado. Devido aos confrontos entre os índios Guarani e tropas portuguesas e espanholas, os casais acabaram ficando nas margens dos rios ou no Porto dos Casais, assim como em Santo Amaro, Rio Pardo e Taquari.

No ano de 1771 o comandante do distrito de Santo Antônio da Patrulha, capitão-mor Francisco Coelho Osório, em cumprimento a uma ordem de 3 de junho daquele ano, passada pelo Governador José Marcelino de Figueiredo, iniciou a demarcação de terrenos para os casais açorianos. Não foi na sede municipal, mas entre esta e a Lagoa dos Barros (NEIS, 1975, p. 62).

¹⁰³ COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4 ed. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Biblioteca básica). p. 10-15.

¹⁰⁴ LAYTANO, Dante de. O negro no Rio Grande do Sul. In **Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos**. – Porto Alegre: Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1957. p. 37-38.

¹⁰⁵ Ibidem 97.

Segundo Neis, 28 casais de número¹⁰⁶ foram instalados em terras patrulhenses, sendo eles¹⁰⁷: Amaro Teixeira, Antônio Dutra, Antônio Luís Albernaz, Antônio Luís da Siqueira, Antônio Pereira, Antônio Simões Ferreira, Antônio de Souza, Antônio Vieira de Souza, Gabriel Pereira da Silva, João Nunes, João Rodrigues Cavadore, Joaquim Dutra, Jorge Ferreira, José Dutra, José Antônio de Seixas, José Francisco Vieira, Manuel Antônio Machado, Manuel Dutra de Souto, Manuel José Aires, Manuel Rodrigues Pais, Manuel Rodrigues da Silveira, Manuel dos Santos Cunha, Manuel Teixeira Nunes, Manuel Vieira Mercador, Mateus Marques, Mateus Nunes, Mateus Soares e Silvestre Machado. Além de José da Silveira Goulart que recebeu apenas um sítio em vez de uma data como o restante dos casais.

No capítulo 8, o autor trata das relações de fronteira com os castelhanos e espanhóis e suas similitudes com a cultura sul rio-grandense, mesmo com os grandes conflitos que houve em função da delimitação das divisas e mesmo sendo alguns desses indivíduos aqueles que acabaram por fixar rancho no lado português da linha demarcatória. Segundo Neis “sempre houve intercâmbio populacional entre o sul do nosso Estado e o Estado Oriental do Uruguai, regiões por vezes pertencentes a Portugal e outras vezes à Espanha (NEIS, 1975, p. 70)”.

Seguindo seu relato histórico, o autor retrata a origem e finalidade do Registro da Serra. Junto com a criação da Estrada para São Paulo, o registro também foi de grande importância para o controle das tropas que seguiam para o norte, e logo, para a economia sulina.

Santo Antônio da Patrulha, longe dos campos de lutas contra os espanhóis, não foi quartel de guerreiros, nem acampamento de soldados conquistadores. Em seu território não houve no século 18 as lutas sangrentas que forjam heróis, mas geram viúvas e órfãos. Santo Antônio foi caserna de soldados da paz, dos guardas do registro das tropas, dos patrulheiros da ordem (NEIS, 1975, p. 71).

Os impostos eram cobrados no momento em que as tropas passavam pelo registro criado no ano de 1735. Os animais eram contados, e o líder da tropeada recebia um comprovante com o número de animais que ali passaram e o valor pago à Coroa. Os animais conduzidos inadequadamente eram confiscados e permaneciam nos currais ao lado do registro. Os funcionários do registro eram os arrematadores, os provedores e os guardas, cada

¹⁰⁶ Termo referente aos primeiros imigrantes açorianos chegados ao Rio Grande do Sul.

¹⁰⁷ Naquele momento histórico vivia-se em regime exclusivamente patriarcal, por isso foi feita a nomeação somente dos indivíduos do sexo masculino, categorizados como açorianos e casais de número.

um com sua função específica. Os arrematadores, como o nome trata, arrematavam o direito de explorar o registro por três anos pagando a Coroa uma quantia fixa por ano atrelada ao valor do lance realizado.

Todavia, nos primeiros anos após a instalação, em vez de realizar um leilão, a Coroa portuguesa nomeou um Provedor que fazia as cobranças para os cofres da Fazenda Real e era responsável pelo bom funcionamento do registro. Os soldados, por sua vez, faziam o monitoramento das tropas que cruzavam o registro ou tentavam burlar, através de picadas criadas para desviar deste local, o pagamento dos impostos.

Chegamos ao capítulo que foca em um dos personagens de nosso estudo, Manuel de Barros Pereira¹⁰⁸. Segundo, as informações de Neis, este personagem era um “homem de muita importância nos primeiros tempos de Santo Antônio da Patrulha, fazendeiro de grandes recursos e muitas posses, Manuel de Barros Pereira aparece com frequência em documentos antigos dos arquivos do Sul do Brasil (NEIS, 1975, p. 77)”.

O personagem nasceu por volta do ano de 1713 na Ilha de Santa Maria no Arquipélago dos Açores. Entre a idade de 10 a 13 anos chegou ao território paulistano, residindo na casa do sargento-mor Sebastião Fernandes do Rego e foi incorporado em um dos grupos de tropeiros. Não há informação sobre os pais também virem residir no país. Por volta do ano de 1734, Manuel de Barros Pereira chega aos Campos de Viamão e reside ao lado da lagoa Formosa, que posteriormente recebe seu nome. Já suas fazendas levaram como nomes, a alcunha de “Menino Diabo,” em uma, e na outra Santo Antônio, da qual era devoto.

Na idade de 29 anos Manuel tem uma filha com a escrava Tereza, chamada de Margarida da Exaltação da Cruz¹⁰⁹. Como herdeira universal dos bens do pai, Margarida recebeu instrução especial, aprendendo com êxito a ler e a escrever perfeitamente. Com 60 anos Manuel de Barros Pereira casou-se com Laureana Joaquina Pereira de 23 anos de idade e açoriana. Entretanto, quatro anos mais tarde, no ano de 1777, Manuel de Barros Pereira vem a falecer, deixando seus herdeiros na pobreza, pois sua fortuna já havia se esvaído.

Continuando a explanação da obra, chega-se ao capítulo em que aborda o “suposto” acordo que Manuel de Barros Pereira havia feito com a jovem Ana Maria da Silveira, filha do

¹⁰⁸ Neis cita o General João Borges Fortes na obra “*Rio Grande de São Pedro (conquista e povoamento)*” na página 40, onde o mesmo ressalta que Manuel de Barros Pereira era tropeiro a princípio, depois construiu sua internada ao lado da lagoa radicando-se assim naquele local, recebendo carta de sesmaria no ano de 1744. Essa informação tem sua origem desconhecida por nós, pois ao que temos como concreto refere-se à compilação de Cartas de Sesmaria publicadas pela Revista do Arquivos Público Mineiro no ano de 1921.

¹⁰⁹ Margarida também era conhecida como: Margarida de Barros Pereira.

professor contratado por Barros para ensinar Margarida a escrever. Nesse acordo, segundo Ana, Barros havia lhe prometido casar-se com ela, o que o mesmo negava veemente. Esta discussão foi parar nos tribunais, sendo que Manuel de Barros Pereira foi considerado inocente pelo descumprimento deste acordo. Entretanto, a vítima Ana Maria resolveu recorrer da sentença afirmando que Barros havia subornado os envolvidos no processo de julgamento. Em uma nova audiência, ambos confirmaram o que já haviam dito, contudo, o personagem afirma que já está em processo de proclamação de esponsais com outra jovem, Laureana. Esse fato provocou o pedido de prisão de Barros por Ana, a fim de esperar a nova audiência sobre o caso.

Com relação ao tempo de prisão não é possível medir devido à falta de informações nos documentos pesquisados. Houve durante esse período de cárcere a possibilidade de pagamento em valor por “danos morais” a Ana Maria, o que gerou fúria no ilhéu, pois achava que o valor proposto era descabido. Após idas e vindas do processo, o valor da indenização foi reduzindo, mas mesmo com isso, ambos remeteram a defesa e a acusação, ao Tribunal do Rio de Janeiro – último recurso para apelação.

No capítulo 12, Neis aborda o processo de assistência religiosa realizada pela Capela de Laguna antes de 1743, quando fica autorizado que fossem realizados sacramento nas fazendas de São Pedro do Rio Grande. Em dezembro de 1747, foi instalada a Capela de Viamão, abrangendo grande área.¹¹⁰

Os capítulos seguintes da obra em análise, “O fundador da primeira Capela”, “Um casamento romântico” e a “A primeira Capela,” já foram mencionados nas considerações iniciais desta dissertação.¹¹¹

No capítulo 16, Neis trata da morte e descendência dos fundadores da capela de Santo Antônio da Patrulha. Segundo o autor, passados sete anos e nove meses da celebração do casamento entre Margarida e Inácio, ocorre a morte de Margarida. A certidão de óbito afirma que Margarida morre “*variada*”,¹¹² deixando cinco filhos órfãos, Maria Madalena, Mariana Josefa, Francisca, Antônia Inácia e Inácio José, sendo que a mais velha, Maria Madalena, tinha apenas seis anos e onze meses. Depois de 20 meses de sua morte, falece Inácio, sem as causas conhecidas em documentos oficiais da época. Contudo, Inácio já era pai

¹¹⁰ Ibidem 97.

¹¹¹ A obra de Neis nos pautou na análise e construção dos referenciais históricos desta dissertação de mestrado.

¹¹² Termo usado para designar a loucura.

de José Vítor de Mendonça, Ana Francisca de Mendonça e Segisfredo de Mendonça, antes de ter casado com Margarida.¹¹³

No último capítulo, o autor traz informações complementares que, ao seu julgamento se tornaram necessárias. No texto, ele descreve os dados sobre o território da paróquia, a quantidade de moradores da mesma, a construção de novas igrejas matrizes (uma sucedendo a outra em uma área próxima onde à capela de Inácio fora construída) e também a listagem dos capelães e párocos destinados a cuidar da evangelização dos moradores de Santo Antônio da Patrulha no decorrer dos tempos. No anexo da obra, Neis transcreve documentos importantes (na íntegra) que foram citados na pesquisa.¹¹⁴

As pesquisas acadêmicas contribuem de forma substancial para o estudo da história local, e de forma sintetizada, demonstra o que de mais significativo em relação à origem do município ainda permanece na atualidade.

2.2 Muito mais que “sonhos, cachaça e rapadura”: Memorialistas falam da origem histórica de Santo Antônio da Patrulha.

A história desperta o interesse no indivíduo, em conhecer o seu passado, o lugar onde vive o estado ou país no qual reside ou pretende-se visitar. Assim, muitos aficionados pela história, e em muitos casos, pela história local, resguardaram documentos e escrevem artigos contando a história desses locais. Com a “[...] atividade da voz narrativa que *[se]* organiza o acontecimento, ordena os acontecimentos, apresenta os personagens, dispõe as temporalidades e apresenta o conjunto dos dados para o leitor/ ouvinte (PESAVENTO in NODARI; PEDRO; OIKOI (orgs.), 1999, p. 818)”.

Pesavento acredita que através do esforço da imaginação criadora de sua pesquisa, o historiador e o romancista, e no caso específico, o memorialista, todos buscam recriar uma “ambiência” dotando-a de coerência e significados. Sabe-se que nem o historiador e nem o memorialista presenciaram o acontecimento, mas buscam penetrar neste mundo. “A este processo dar-se-ia o nome de “efeito de real”, que busca, pelos caminhos do imaginário, representar outro contexto, que se viabiliza segundo distinta hierarquias de verdade (PESAVENTO in NODARI; PEDRO; OIKOI (orgs.), 1999, p. 821)”.

¹¹³ Ibidem 97.

¹¹⁴ Ibidem 97.

Logo, todo texto histórico, tem por objetivo criar uma versão do passado que se sustente como convincente e o mais próximo da realidade daquele fato. “Embora a trama seja, em si, criação absoluta do autor, busca atingir este efeito de apresentar uma versão também plausível e convincente verdade (PESAVENTO in NODARI; PEDRO; OIKOI (orgs.), 1999, p. 830)”.

Consciente desses pressupostos, analisar-se-á aquilo que fora escrito sobre a história patrolhense, por indivíduos fora do contexto acadêmico e que não tiveram contato com metodologias de pesquisas praticadas na academia.

Na comemoração dos 250 anos da fundação da Capela Curada da Guarda Velha de Viamão, Jaime Nestor Müller¹¹⁵ publica a obra “*Capela Curada da Guarda Velha: 250 anos de Fé e Religiosidade*”, fruto do desejo de celebrar uma data-marco na história patrolhense. A exposição do autor inicia com a biografia de Santo Antônio, explorando aspectos como a infância e a juventude de Fernando (nome real do santo), quando o iniciam na pregação, sua relação com as ordens religiosas até perfazer os últimos momentos de vida do santo. Analisou os milagres e também locais onde ocorreu a devoção dos fiéis ao santo protetor das crianças e dos casamentos. Quanto a Fernando, o autor relata também o processo de canonização e posterior exumação do corpo no momento da passagem dos 750 anos de sua morte. Seus restos mortais (reliquias segundo a Santa Sé) foram expostos por uma semana na Basílica de Santo Antônio em Pádua, e visitados por mais de 200 mil fiéis.

Quanto à história da capela, a obra de Müller faz uso das passagens históricas expostas por Monsenhor Ruben Neis, quando aborda a ocupação das terras do sul, os primórdios de Santo Antônio da Patrulha, e a origem da capela como também a ação dos personagens Manuel de Barros Pereira, Margarida da Exaltação da Cruz e Inácio José de Mendonça.

Contudo, podemos dizer que em alguns tópicos Müller se diferenciou da obra de Neis, seja por sua exclusividade de abordagem dos temas, ou por interpretar algo totalmente novo. Uma dessas exclusividades se dá com o exemplo dos oratórios, que na visão do autor faziam parte da vida religiosa da época, principalmente no início do povoamento do

¹¹⁵ Jaime Müller é funcionário aposentado do Banco do Brasil, atualmente é o responsável pelo Arquivo Histórico da Paróquia Santo Antônio e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha.

Continente de São Pedro, pois na falta de uma capela ou de uma igreja, cada família construía em sua residência um oratório em devoção a um santo na qual acreditavam.¹¹⁶

Esse oratório [...] consistia num nicho ou armário de madeira com a imagem do santo de devoção da família e era uma espécie de capela doméstica. Na frente do oratório acendiam velas e colocavam vasos com flores. Na porta de entrada da casa, tinham uma pequena vasilha, geralmente de porcelana com água benta. Quando saiam da casa, molhavam as pontas dos dedos na água benta e faziam o sinal da cruz. Quando a noite chegava, o dono da casa pegava um raminho de folhas verdes, molhava na água benta e benzia todas as peças da moradia para evitar que o demônio entrasse durante a noite (MÜLLER, 2010, p. 51).

A partir de 14 de setembro de 1741 a vida religiosa dos moradores da região começa a mudar com a instalação da Capela Curada de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Já no final do ano de 1754¹¹⁷, “o fazendeiro Manuel de Barros Pereira, pai da menina Margarida da Exaltação da Cruz, pede ao bispo do Rio de Janeiro, autorização para a instalação de um oratório na sua fazenda chamada “Santo Antônio” [...] (MÜLLER, 2010, p. 52)”.

Quanto aos estudos sobre a primeira capela, o autor acredita que a longevidade da mesma foi pequena devido à utilização de materiais da região e de pouca durabilidade, no caso apresentando o uso de madeiras, barros, pedras e palhas. A descrição de Müller esclarece que “ao lado da primeira capelinha, ficava a torre e ao fundo o cemitério (MÜLLER, 2010, p. 59)”. Outra informação exposta na obra, afirma que,

Mesmo a portaria sendo de agosto, a capelinha só foi inaugurada no final do ano, entre os dias 23 e 31 de dezembro de 1760. Como já temos afirmado, anteriormente, essa capela Curada, foi a sétima criada no Rio Grande do Sul. Com a inauguração da pequena igreja, os poucos moradores da região, por proteção, foram se arranchando a volta dela, deixando-a como centro e se colocando enfileirados em duas colunas, mais ou menos paralelas, como a guarnecer e proteger a capela, formando um “U”. As primeiras casas foram construídas com o mesmo material da capela. Conforme orientações da época, o templo deveria ser construído numa elevação par que fosse avistado de qualquer ponto da região. Tropeiros, viajantes e aventureiros, começaram divulgar informações sobre a existência deste núcleo, tais como: bom

¹¹⁶ MÜLLER, Jaime Nestor. **Capela Curada da Guarda Velha – 250 anos de Fé e Religiosidade: Santo Antônio da Patrulha (RS) 1760-2010**. - Santo Antônio da Patrulha: publicação particular, 2010.

¹¹⁷ Para Müller, o pedido de autorização de construção do oratório seria um fato de relação fundamental para a denominação do município. Neis ao analisar as afirmações de Monsenhor Pizarro e Araujo, não encontrou confirmação nos documentos de Viamão e no Arcebispado do Rio de Janeiro que Manuel de Barros fundou uma capela em sua fazenda. Apesar desta falta de comprovação da construção do oratório por Manuel de Barros, Neis acredita que esta foi criada, influenciando a criação de sua filha, principalmente, no tocante à religiosidade, sendo isso elemento para que Margarida fosse devota deste santo e responsável por decidir colocá-lo no pedestal de santo padroeiro da Capela Curada de sua fazenda. Ver: MÜLLER, 2010, p. 52 / NEIS, 1975, p.81 / NEIS, 197, p. 130.

clima, solo fértil, gados em campos próximos, etc. Isto fez com que muita gente aqui se estabelecesse (MÜLLER, 2010, p. 61).

Avelino Alves Verlindo¹¹⁸ no texto “*Santo Antônio da Patrulha: síntese da conquista do território, do nascimento do povoado e criação do município (1734-1809)*”¹¹⁹ diz que no transcorrer do ano de 1755, Inácio José de Mendonça, - um dos mais antigos moradores dos Campos de Viamão -, “[...] solicitou e veio a obter, do então Governador Geral da Capitania do Rio de Janeiro, capitão Gomes Freire de Andrade, uma carta de sesmaria que, por sinal, abrangia a área onde se localizava o pequeno povoado, que continuava ainda sem denominação (VERLINDO in LAUCK; BARROSO (orgs.), 2012, p. 85)”. O bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio do Desterro no ano de 1756, publica uma portaria solicitando que fosse construída uma capela, por não haver nenhuma até aquela data.

O Sr. Inácio foi o primeiro fazendeiro a atender ao pedido do Bispo Dom Frei Antônio, mandando construir, em suas terras, onde, já existia aquele povoado, uma capela, justamente na parte mais elevada do terreno [...]. Essa capela foi inaugurada em dezembro de 1760, com a denominação de Capela de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão. Claro que Santo Antônio foi em louvor a esse santo, já há anos reverenciado pela Igreja Católica. E Velha Guarda de Viamão foi uma justa homenagem prestada aos valorosos soldados do Regimento de Dragões que, por muitos anos, patrulhavam e fiscalizavam a Estrada dos Tropeiros (VERLINDO in LAUCK; BARROSO (orgs.), 2012, p. 85).

A História necessitava de pessoas que desenvolvessem o gosto pela preservação do passado e de fontes para que pudessem completar informações sobre as origens locais de outrora, José Maciel Junior¹²⁰ foi considerado pelos patrulhenses esta pessoa, pois ao longo de sua vida, procurou resgatar documentos, ouvir histórias de pessoas mais velhas, ou até guardar objetos, formando assim, um riquíssimo arquivo particular de pesquisa. Com todas essas informações e mais o prestígio da sociedade local, iniciou-se o projeto de escrever sobre a história de Santo Antônio da Patrulha com pequenos artigos sendo publicados no Jornal Correio do Povo, entre outros jornais. A seleção de alguns destes artigos originou a obra,

¹¹⁸ Pesquisador, reside em Capão da Canoa.

¹¹⁹ VERLINDO, Avelino Alves. *Santo Antônio da Patrulha: síntese da conquista do território, do nascimento do povoado e criação do município (1734-1809)*. In LAUCK, Fernando da Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha: Mulheres patrulhenses fazendo história II**. – Porto Alegre: EST, 2012. p. 77-82.

¹²⁰ Nomeado titular do Cartório de Imóveis no ano de 1930, cargo que atuou até seu falecimento em 1987.

*Reminiscências da minha terra: Santo Antônio da Patrulha*¹²¹, publicada pela editora EST no ano de 1987.

O primeiro texto que analisaremos denomina-se “Introdução do gado bovino nas planícies do Sul”, onde Maciel Junior relata que a primeira sesmaria concedida em terras sul rio-grandense, foi dada a Manuel Gonçalves Ribeiro em 1732, nos campos de Tramandaí, na paragem das Conchas.¹²²

Uma ideia da quantidade do gado será dada pelo fato de todas as regalias haver merecido de Cristóvão Pereira de Abreu, na ocasião em que abriu uma estrada que servisse para conduzir os animais ao norte. De 1731 a 1732 empenha-se nesse diligente labor, abrindo a famosa estrada que partia da Capela (sic) de Viamão, cruzando o município de Santo Antônio da Patrulha, subia o Arroio Rolante, transpunha o rio das Antas no Passo do Matemático, e passava o rio Pelotas próximo à confluência com a dos Toros, penetrando a seguir, em território catarinense (MACIEL JR, 1987, p. 9).

Maciel Jr. reitera que na década de 1730 foi criado um Registro na Guarda Velha (local conhecido até hoje), distante cerca de 5 km da sede do município (Cidade Alta). “Ali os tropeiros tinham que pagar as taxas previstas, e ainda submeter à verificação aduaneira. É possível que ali se estivesse erguido uma capela, *como reza a tradição*. Daí o ser conhecido localmente com o nome de Santo Antônio da Guarda Velha (MACIEL JR, 1987, p. 10) (Grifo nosso)”. Por volta de 1740, os soldados Dragões, residentes no registro, descobriram rotas de contrabando que burlavam a passagem pelo Registro assim como o pagamento de impostos. Com isso, ficou estabelecido um destacamento ou patrulha responsável por monitorar as picadas usadas nesses desvios.

No texto “*Santo Antônio da Patrulha: criação da Vila*”, Maciel Jr. comenta que com o nome de Santo Antônio da Guarda Velha ficou conhecida à cidade atual por alguns anos. “*Sua origem data de 1725*, ano em que foi construída uma capela, dedicada a Santo Antônio, pelo proprietário de uma grande fazenda, mas que apenas em 1740 deu-se o início do processo de povoação por índios e açorianos que se estabeleceram em torno do templo (MACIEL JR, 1987, p. 11) (Grifo nosso)”.

Por provisão episcopal, a igreja foi elevada à Curato em agosto de 1760, sendo seu primeiro Cura, Francisco Rodrigues Prates. Todavia, a capela que se encontrava em aparente

¹²¹ MACIEL Jr., José. **Reminiscências da Minha Terra: Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: EST, 1987.

¹²² Idem 121.

ruína foi reconstruída por seus moradores, isso “[...] lhe valeu foros de Freguesia por decisão de oito de outubro de 1763 (MACIEL JR, 1987, p. 11)”.

No texto “*Paróquia de Santo Antônio da Patrulha*”, o autor defende novamente a ideia de que a primeira capela foi construída no antigo sítio às margens do Rio dos Sinos, local onde as tropas circulavam, e ao lado do Registro, repartição arrecadadora dos “dízimos reais”.¹²³

Arruinara-se, porém, a capela e seus moradores trataram de substituí-la por uma Igreja, que lhes valeu foros de Paróquia por decisão régia de 20 de outubro de 1795, isso dentro do território que, por ordem do Bispo havia sido demarcado pelo Padre Thomaz Clarke. Tinha a Paróquia 500 fogos e perto de 2.000 habitantes adultos, excedendo de 3.100 o total de sua população. A freguesia em referência veio a se dividir com a de N. S. da Oliveira de Vacaria, pelo rio Rolante, com a de N. S. dos Anjos de Gravataí pelo arroio João Rodrigues (hoje Passo Grande) e com a de N. S. da Conceição do Arroio pelo sangradouro que nasce na lagoa dos Barros. A nova Igreja construída de pedra e cal, coberta de telhas com cinco altares, ficava situada na rua Direita (atual Borges de Medeiros) no local fronteiro a atual Prefeitura Municipal, onde se assenta a Pira da Pátria. Atrás da Igreja foi construído o Cemitério (MACIEL JR, 1987, p. 141).

Em outra ocasião, em julho de 1972, o Conselho Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, lança o Boletim Mensal (Ano 1, n° 4) com o objetivo de preparar os professores das séries iniciais sobre a história do município. A elaboração deste documento ficou ao cargo da professora Corália Ramos Bemfica, que entrevista o memorialista local, José Maciel Jr. sobre as origens de Santo Antônio da Patrulha.¹²⁴ Nesta entrevista, Maciel Jr. afirma que “o governo municipal oficializou a data da fundação do município, como sendo o ano de 1719. Quer me parecer que essa data não corresponde à realidade (MACIEL JR. in BEMFICA, julho de 1972, ano 1, n° 4, s.p.)”. Baseando-se nos escritos do Monsenhor Pizarro e Araújo¹²⁵ em suas memórias históricas do Rio de Janeiro, o memorialista diz que no ano de 1725, a Guarda Velha ou Patrulha, tinha 500 fogos e cerca de 2.000 moradores adultos, sendo que o total populacional girava em torno de 3.100 indivíduos¹²⁶. Para o autor, caso o total populacional naquele período seja o exposto

¹²³ MACIEL JR., 1987, p. 25.

¹²⁴ MACIEL JR, José. Santo Antônio da Patrulha. In BEMFICA, Corália Ramos. **Boletim Mensal**. jul. 1972, ano 1, n° 4, [s./p.].

¹²⁵ PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Volume 5, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

¹²⁶ Observando os escritos de Monsenhor Pizarro e Araújo, percebemos que Maciel Jr. realizou uma interpretação errônea sobre a quantidade de fogos e habitantes em terras patrulhenses em 1725, sendo que as informações repassadas por Pizarro e Araújo, na verdade apontam para outras duas datas, o ano de 1802 e o ano de 1822, sendo a primeira data foi exposta antes da divulgação dos dados e a outra referente ao ano em que escreveu a obra. Segue na íntegra os escritos de Monsenhor Pizarro e Araújo: “*Dilatando-se o povo pelo distrito*

acima, a origem de Santo Antônio da Patrulha teria ocorrido antes do ano de 1719, conforme exposto e confirmado pela administração municipal no início da década de 1970 (MACIEL JR in BEMFICA, 1972, s.p.). Contudo, para Maciel Jr. a história local detém outro viés,

João Magalhães, o povoador do Rio Grande, em sua primeira viagem de penetração em 1719, veio a conhecer no Sítio da Guarda Velha, à margem esquerda do rio dos Sinos, o Oratório do Ermitão Josué Anflor, que administrava rezas e terços. Na segunda viagem quando veio em definitivo para estabelecer no Rio Grande, ofereceu a Josué Anflor, uma pequena imagem de Santo Antônio, trabalho de talha. Por essa época por aqui passava uma estrada que, partindo da Capela de Viamão, subia rio Rolante, passando pelo Pelotas, junto a confluência do arroio dos Touros. Essa estrada era a via de transporte para o gado bovino e equino preado nas amplas planícies do sul, rumo a São Paulo. Em 1740, à margem dessa estrada junto ao passo dos Sinos no local do Oratório, foi instalada uma repartição fiscal denominada REGISTRO, arrecadadora dos Dízimos Reais. Mais tarde, com a chegada do Capitão-mor Bemfica, Senhor Feudal dessa Região, começou o povoamento do lugar onde se assentou nossa cidade. Construída a capela, foi a imagem de Santo Antônio transferida. Essa imagem permaneceu na Matriz local até fins da década de 1930, quando foi substituída por outra de tamanho maior, a atual, sendo a primeira recolhida a um nicho da sacristia. Há cerca de quinze anos desapareceu (MACIEL JR in BEMFICA, 1972, s.p.).

Por fim, o autor também afirma que após a Proclamação da República, grupos étnicos como alemães, italianos, húngaros e poloneses se instalaram no interior do município. “Por volta do ano de 1850, aqui chegaram algumas famílias alemãs: Mindlein, Fettermann, Adam e Selistre (MACIEL JR in BEMFICA, 1972, s.p.)”.

O trabalho de pesquisa realizado por memorialistas contribuíram de forma significativa para o conhecimento da história patrulhense por seu caráter detetivesco. Em

de Viamão, e sendo já bastante a Freguesia de N. S. da Conceição de Laguna para os recursos dos sacramentos, foi criada em Capela Curada a de Santo Antônio (estabelecida pelos anos de 1725 no sítio, que chamam Guarda Velha, ou da Patrulha) em virtude do Edital de 31 de agosto de 1760, sem contudo ficar independente da Matriz. Dessa sujeição isentou-se a Provisão de 12 de março de 1762, que nomeando o padre Francisco Rodrigues Prates para exercer ali os ofícios de Capelão Curado, declarou a Capela independente da Matriz na administração paroquial aqueles moradores situados no território demarcado pelo padre Tomás Clarke, em consequência da Ordem do R. Bispo. Não tardou, porém, que a Provisão de 8 de outubro de 1763, elevando a Capela à natureza de Paróquia Encomendada, e determinando-lhe limites, entregasse ao padre Francisco Coelho da Fraga a sua administração em 14 do mesmo mês e ano. Assim se conservou, até subir à classe das Igrejas permanentes, por efeito da Régia Providência de 20 de outubro de 1795. É dela proprietário o padre José de Rezende Novais, apresentado em 1802. Tem 500 fogos e perto de 2000 almas adultas, excedendo de 3100 o total da sua povoação, que nas dependências eclesiásticas recorrem à Vara da Comarca de Porto Alegre. Construído o templo de pedra e cal, e coberto de telha, tem cinco altares. Divide-se com a Freguesia de N. S. da Oliveira da Vacaria, pelo Rolante; com a de N. S. dos Anjo, pelo Arroio de João Rodrigues, hoje Passo Grande; e com a de N. S. da Conceição do Arroio, pelo Sangradouro, que nasce da Lagoa do Barros. Dista 15 léguas ao Nordeste de Porto Alegre. É assento de uma Vila criada em 1811. Esta demarcação primitiva alterou a Provisão de outubro de 1815 passada em Visita do R. Bispo; mas a Provisão do Tribunal da Mesa da Consciência, e Ordens de 15 de março de 1820 declarou-a nula, e de nenhum efeito, como havia declarado também a divisão incompetente da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, cuja providencia ficou referida sob a nota (63) da mesma Paróquia (PIZARRO E ARAÚJO, 1946, p. 101-103).

muitos municípios foram eles quem arrecadaram e guardaram os mais diversos tipos de documentos que posteriormente foram publicados em forma de obras literárias que servirão de fonte para os historiadores refletirem sobre o passado do seu objeto de estudo.

2.3 Muito mais que “sonhos, cachaça e rapadura”: a análise de ideias conflitantes.

Após o resumo e análise do material e dos relatos acima, percebemos que a origem de Santo Antônio da Patrulha, revolve-se em três momentos que marcaram a trajetória do lugar, de seus indivíduos e da história.

O primeiro desses momentos foi a construção da Estrada dos Tropeiros, por Cristóvão Pereira de Abre, o segundo, seria a instalação do Registro, e o terceiro, a fundação da capela. Durante a atividade de análise dos dados demonstrados acima, julga-se necessário uma categorização das informações e os autores, procurando catalogar ideias parecidas e a separação daquelas conflitantes. Para isso, dividiram-se esses autores e seus dados em quatro categorias; a primeira categoria: autores que tratam da criação da Estrada e da criação do Registro; a segunda categoria aborda somente o casamento (de Inácio e Margarida) e a construção da capela; a terceira analisa os três momentos anteriormente descritos e o seu desenrolar e o quarto por fim, a apresentação de supostos dados conflitantes.

Momentos históricos que marcaram a origem de Santo Antônio da Patrulha		
Estrada e Registro	Casamento e Capela	Estrada, Registro e Capela
Os autores desta categoria acreditam que a origem de Santo Antônio da Patrulha deveu-se por causa da intensa atividade promovida pelo comércio e pela cobrança de impostos, sendo ao redor do Registro que os primeiros moradores se instalam.	Os autores desta categoria acreditam que a construção da capela e/ou a relação proveniente ao casamento de Inácio e Margarida possam se relacionar com os fatos históricos relacionados com a origem de Santo Antônio da Patrulha.	Os autores desta categoria descrevem os momentos históricos de Santo Antônio da Patrulha como fazendo parte de um mesmo contexto de origem da cidade, sendo que cada autor dá ênfase para o fato que julga preponderante dentro desse contexto (estrada, registro e capela).
Claúdio Baptista Carle	Vanessa Gomes de Campos	Ana Clara Rossoni Bergamim
<i>Véra Lúcia Maciel Barroso</i>	<i>Véra Lúcia Maciel Barroso</i>	<i>Véra Lúcia Maciel Barroso</i> ¹²⁷
	Paula Cardoso de Lucena	Sherol dos Santos
	Arlindo Rupert	Affonso Penna Kury

¹²⁷ A historiadora Véra Lúcia Maciel Barroso aparece nas três categorias, pois possui textos publicados com focos diferenciados, ou seja, contemplando todos os momentos citados como relevantes para a análise da origem de Santo Antônio da Patrulha.

		Ângela Muller da Rosa
		Gabriela Rodrigues
		Eloísa Capovilla da Luz Ramos
		Ruben Neis
		Jaime Müller
		Avelino Alves Verlindo

Quadro 3: Demonstrativo de momentos históricos ligados à origem de Santo Antônio da Patrulha

Observação: Os dados diferentes ou inéditos expostos pelos autores em suas explicações, e, portanto, fazendo parte da quarta categoria na qual propusemos, estarão dispostos em forma textual, e não em tabela como os dados acima.

Iniciando a análise com autores que tratam da criação da Estrada e da criação do Registro, destaca-se o que Cláudio Baptista Carle¹²⁸ traz quando afirma que houve na construção do Registro representações de africanos e índios de origem missioneira. Contudo, visualiza-se que o autor necessita relativizar estas informações, pois não há evidências que pessoal ligado à Coroa portuguesa mantivesse escravos no Registro, e até o presente momento, não foi encontrada nenhuma documentação que comprove a força braçal africana no referido local. Quanto à ideia de que índios missioneiros também estivessem envolvidos neste processo, fica claro, o equívoco da suposição de que havia trabalho missioneiro na construção do registro, pois a necessidade de alocar indígenas missioneiros somente vai ocorrer com os desdobramentos do Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica, após 1750, enquanto a instalação do Registro pode ter ocorrido entre os anos de 1737 a 1738.

A historiógrafa e arquivista Vanessa Gomes dos Campos¹²⁹ utilizou-se da análise paleográfica para coletar dados no bilhete de Margarida da Exaltação da Cruz. Como já ressaltado acima, Campos afirma que a letra da personagem era cursiva e com execução lenta, sendo encontrados ainda traços adicionais de automatismos e abreviações. Por parecer desenhar as letras, as mesmas apresentam tamanho uniformizado. Sua escrita ocorreu de forma pesada, sem utilização de pontuação e correta relação entre letras maiúsculas e minúsculas. A análise de Campos podem nos direcionar para o fato de Margarida ter ficado horas ou dias no trabalho de confecção do bilhete para Inácio, e que desde meses antes

¹²⁸ CARLE, Cláudio Baptista. A formação do quilombo decorrente da criação da Patrulha de Santo Antônio: a comunidade do Monjolo. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história.** – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 279-299.

¹²⁹ CAMPOS, Vanessa Gomes de. O bilhete de Margarida da Exaltação sob o prisma da análise paleográfica. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história.** – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 797-801.

planejava viver junto de Inácio, pois o bilhete fora escrito quatro meses antes da morte da segunda esposa do personagem. Pode-se supor ainda que a aparência dos traços mostra que a mesma tivesse dificuldades no processo da escrita, o que faz necessário reavaliar a heroicização da personagem quanto ao seu letramento.

Já a historiadora Véra Lúcia Maciel Barroso, ao estar inserida em todas as categorias em que dividiu-se autores e momentos, aborda várias questões sobre a origem patrulhense. A primeira a ser destacada trata do ciclo do tropeirismo paulista, o que ocorre anteriormente à ocupação de Laguna, o qual também acaba sendo anterior ao trabalho dos tropeiros lagunenses em terras continentistas.

Para a autora, fora a partir da ação tropeira paulista que resultou em conquista e anexação do território sulino à Coroa portuguesa. A autora afirma também que o ciclo do tropeirismo tornara-se o responsável pela inserção da propriedade privada em terras do Rio Grande de São Pedro. Considerando tal afirmação feita por Barroso¹³⁰, concorda-se em parte com a autora, pois restringir-se somente à ação dos tropeiros ao surgimento do povoamento de Santo Antônio da Patrulha parece tendencioso, pois parte da história local ligado a um passado escravo, permaneceria em descrédito.

A historiadora Sherol dos Santos¹³¹ afirma que o processo de ocupação das terras sulinas começa por uma disputa entre trajetórias de famílias paulistanas e lagunenses, sendo que a família lagunenses dos Brito Peixoto obtiveram vantagem nesse processo ocupacional. A autora enfatiza que o local onde foi construído o Registro chama-se Campestre, o que não condiz com o referido espaço que fica na outra margem do Rio dos Sinos distante aproximadamente 10 km do local, já explorado e demonstrado nesta dissertação.

Outro ponto, que a autora aborda é referente à bastardia, que segundo seus argumentos era comum ocorrer naquela época, pois relações consensuais ocorriam com a maior naturalidade no seio daquela sociedade. Santos¹³² também credita a ação intencional de Manuel de Barros ao dar educação (ler e escrever, além de conhecer códigos de fidalguia) a sua filha Margarida da Exaltação, como um mote de ascensão social, na qual o ilhéu

¹³⁰ BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí.** – Porto Alegre: EST, 1992. p.17-22. / BARROSO, Véra Lucia Maciel. **O povoamento do território do Rio Grande do Sul/Brasil o oeste como direção.** *Revista Estudos Historicos.* Agosto de 2009, n° 2.

¹³¹ SANTOS, Sherol dos. **Apesar do cativo:** família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824). Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

¹³² Idem 131.

almejava. Sendo assim, o apadrinhamento de recém-nascidos também poderia aumentar suas redes de relacionamento e poder.

Como pesquisadores do local, discorda-se da autora, pois considera-se, que se acaso Manuel de Barros ou Inácio de Mendonça agissem premeditadamente para se tornarem os homens mais importantes e influentes na região, isso seria incorporado à história (documental e através da oralidade) dos moradores patrulhenses no passar dos anos, e não somente após 1975.

O advogado Affonso Penna Kury¹³³ remonta a história do município, na disputa territorial entre Portugal e Espanha, após assinarem o Tratado de Tordesilhas em 1494. O autor acredita que com a instalação do Registro, a localidade já passa a existir, pois se passa a emitir documentos. Tal afirmação também é problemática já que, durante este período, o território colonial brasileiro está inserido dentro de um contexto de padroado régio, onde a Igreja tem a prerrogativa de emitir documentos (registros de nascimento, casamento, óbito, partilhas e escrituras), pois os documentos emitidos pelo Registro se diferem daqueles emitidos pela igreja.

Os documentos emitidos pelo registro referem-se apenas ao pagamento de imposto e guias de transportes. Kury também relata a tentativa de instalação de um aldeamento aos moldes missionários, chamado de Aldeia Velha.

Outra informação destacada por Kury reflete a intencionalidade de Barros em transformar Margarida em uma grande dama, casando-a com outro estanceiro de seu porte. O autor observa que nem mesmo a força política e econômica de Barros foi suficiente para proibir o casamento de Margarida e Inácio. Diz que Inácio morreu com o Bacilo de Koch.¹³⁴ Kury ressalta que houve tentativas, ditadas pelo preconceito racial¹³⁵, de afirmar que a vila de Santo Antônio da Patrulha foi fundada por Manuel Gonçalves Ribeiro, e não através da capela construída por Inácio e Margarida.

As redatoras Ângela Muller da Rosa e Gabriela Rodrigues afirmam em reportagem da Revista Freeway que a capela foi solicitada à construção em um agradecimento.¹³⁶

¹³³ KURY, Affonso Penna. **Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada.** – Porto Alegre: Ed. Pallotti, 1987.

¹³⁴ Idem 133.

¹³⁵ KURY, 1987, p. 21.

¹³⁶ ROSA, Ângela Müller da; RODRIGUES, Gabriela. **Santo Antônio da Patrulha: Terra de sabores.** Revista Freeway, ano V, n° 20, março de 2011. p. 20-22.

A historiadora Eloisa Capovilla da Luz Ramos¹³⁷ nos apresenta informação inéditas sobre a posse das terras sulinas entre 1494 e 1750, no que diz respeito ao Tratado de Tordesilhas e Tratado de Madri, quando anula-se a validade do primeiro tratado e há a implementação do segundo.

Segundo Ramos, o Papa Inocêncio XI publicou a bula papal *Romani Pontifis* que determinava que o bispado do Rio de Janeiro tivesse como limites de atuação o Rio da Prata. Se a palavra do Vaticano fosse legitimada, já que era considerada uma espécie de Tribunal Internacional, as terras do atual Rio Grande do Sul e do país vizinho Uruguai passariam as mãos portuguesas a partir de 1676. Aproveitando-se disso, o rei português doa as terras de Laguna até o Rio da Prata ao Visconde de Asseca e a João Correia de Sá. Entretanto, as terras não foram devidamente ocupadas, o que acarretou o retorno à Coroa portuguesa.

Posteriormente, a autora discute a guisa de verificar o porquê do nome Santo Antônio para a cidade, sendo que vê três possibilidades para tal nomeação. A primeira diz respeito à teoria de que João de Magalhães, pois teria vindo para as terras sulinas e encontrado próximo ao Registro uma ermida, comandada por Josué Anflor¹³⁸, o qual recebe do tropeiro uma imagem de Santo Antônio e ali passam a ser devotos do santo. A segunda possibilidade diz que o nome do município poderia ser uma homenagem ao santo dos militares, e a terceira possibilidade considera que a denominação do município tenha sido uma homenagem ao lugar onde a esposa de Francisco Brito Peixoto, Ana Brito, teria nascido em Santo Antônio dos Anjos de Laguna.

Por fim, a historiadora ressalta que em 1760, através de documentação episcopal foi solicitada a permissão para a construção da capela. Todavia, não houve por parte do construtor da primeira capela um requerimento de autorização para construção, pois já havia uma Portaria Episcopal de 1756 solicitando isso. A construção da capela ocorre sim em 1760, apenas através de outra Portaria Episcopal, a qual então é reconhecida pelo bispo do Rio de Janeiro, sendo-lhe então designado um cura, para atuar na referida capela.¹³⁹ Salienta-se ainda que não se pode considerar as possibilidades levantadas por Ramos com relação a “escolha” do nome de Santo Antônio, pois defende-se a ideia de a capela ter sido criada por Inácio e

¹³⁷ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **Santo Antônio da Patrulha: das origens até a independência.** Monografia de conclusão de curso. São Leopoldo: Unisinos, 1972.

¹³⁸ Em algumas obras, o personagem aparece com o nome de José Anflor.

¹³⁹ Idem 137.

Margarida. Através de seu cura passou-se a emitir documentos levando a nomenclatura do santo padroeiro da capela em consideração.

O memorialista Jaime Müller descreve que a instalação de um oratório familiar é um costume que aqui chegou principalmente com os açorianos, devido ao seu caráter devocional. Para Müller o pedido que Barros faz para construir uma capela em sua fazenda torna-se fundamental para a denominação posterior do município.¹⁴⁰

A obra de Neis refuta esta afirmação, pois mesmo em suas pesquisas não encontrou nenhuma evidência sobre tal pedido.¹⁴¹ Müller também ressalta sua crença de que a durabilidade da primeira capela estava comprometida devido ao uso de materiais locais na sua construção. Acredita-se que, fora o telhado de palhas, a madeira, o barro e as pedras são materiais resistentes, já que temos a presença de casas antigas no município com mais de 235 anos¹⁴².

Por fim, o memorialista Maciel Jr.¹⁴³ afirma com respaldo histórico na tradição que a primeira capela na verdade foi construída junto ao Registro. Logo, nos indaga-se sobre qual tradição o autor se refere assim como de quem era essa tradição e para que ela servia? Sabe-se que não se pode depender somente de documentos (como um todo), mas que se deve sim embasar as afirmações no cotejamento entre documentos e variados escritos sobre a temática o que não ocorre com os pressupostos de Maciel Jr.

Portanto, o dado nos parece sem validade histórica comprovável. Também Maciel afirma que a capela tenha sido construída, em 1725 por um proprietário de uma grande fazenda, mas só em 1740 deu-se início a povoação fundada por índios e açorianos que se estabeleceram em torno da capela. Primeiramente, sabe-se que em 1725, as primeiras incursões ao território sulino estavam sendo executadas, em especial da frota de João de Magalhães à Barra do Rio Grande, e que somente a partir de 1732 que as primeiras sesmarias passaram a ser doadas e por volta de 1738 que o Registro foi instalado, o que invalida a afirmação de Maciel Jr.¹⁴⁴

¹⁴⁰ MÜLLER, Jaime Nestor. **Capela Curada da Guarda Velha** – 250 anos de Fé e Religiosidade: Santo Antônio da Patrulha (RS) 1760-2010. - Santo Antônio da Patrulha: publicação particular, 2010.

¹⁴¹ “Há uma notícia, referida somente por Mons. Pizarro, não se tendo por enquanto encontrado nenhuma confirmação, nem em documentos de Viamão, nem no Arcebispado do Rio de Janeiro, onde ainda se encontram os registros das Provisões daquele tempo. Diz Pizarro que Manuel de Barros Pereira fundou uma Capela em sua fazenda [...] (NEIS, 1975, p. 81)”.

¹⁴² Ver: <http://fotossap.blogspot.com.br/>

¹⁴³ MACIEL Jr., José. **Reminiscências da Minha Terra**: Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1987.

¹⁴⁴ Idem 143.

O autor também afirma que em 1719, João de Magalhães chega ao sítio da Guarda Velha e conhece o oratório do Ermitão Josué Anflor, que administrava rezas e terços, e que logo na sua segunda passagem, Magalhães oferece ao ermitão uma imagem de Santo Antônio. Pesquisando em autores como Guilhermino Cesar¹⁴⁵ e Amyr Borges Fortes¹⁴⁶ não encontramos registro de movimentação de tropas de João de Magalhães antes de 1725, o que invalida a data de 1719 para a primeira incursão.

Em segundo lugar, para que Anflor administrasse rezas e terços, pressupõe-se que tivesse um quórum para tais iniciativas, mas como já foi explicitada nesse trabalho, a ocupação das terras que seriam conhecidas como Guarda Velha ocorre após a instalação do Registro.

Por fim, Maciel Jr. defende a ideia de que foi após a chegada do capitão-mor Bemfica, *senhor-feudal dessas terras*¹⁴⁷ que houve a ocupação das terras onde atualmente está assentado o povoamento da cidade. Outra afirmação que deve ser colocado em dúvida, pois se o povoamento inicial ocorreu, hoje, é a Avenida Borges de Medeiros na Cidade Alta, estas terras eram de propriedade de Inácio José de Mendonça, e pelo apurado não pertenceriam a ninguém da família Bemfica.

Observando-se as discrepâncias entre as versões apresentadas pelos autores pesquisados percebe-se que os equívocos encontrados, em alguns casos, deram-se pela inserção de personagens ou fatos deslocados temporalmente ou o uso de terminologias inadequadas para o contexto. Nota-se também a tentativa de alguns autores de consolidarem teorias, às vezes, sem respaldo adequado para o exercício da pesquisa histórica.

¹⁴⁵ CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Período Colonial. – Porto Alegre: Globo, 1970.

¹⁴⁶FORTES, Amyr Borges. Caminhos do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1938. p. 239. In RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **Santo Antônio da Patrulha: das origens até a Independência**. Monografia de Conclusão de Curso. UNISINOS: 1972.

¹⁴⁷ MACIEL JR in BEMFICA, 1972, s.p.

CAP. 3: UMA OBRA EM CIMENTO E FERRO: RELEITURA DA HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA ATRAVÉS DO PARQUE DA GUARDA – A HISTÓRIA, O PARQUE E O TURISMO.

“A identidade se constrói historicamente e historicamente se reconstrói”.
Ulpiano T. Bezerra de Meneses

3.1 A história e o Parque

A memória é vista por muitas pessoas como um patrimônio cultural da comunidade, todavia, nesse processo de patrimonialização da memória, o sentimento de “pertencimento”, ou seja, uma identidade comum deve ser o elemento preponderante na forma da comunidade ver, sentir e transmitir sua história e sua cultura. Ao estudar as origens do município de Santo Antônio da Patrulha, verifica-se que em dado momento ele petrifica umas das versões¹⁴⁸ sobre sua origem. Isto se deu através da criação do Parque da Guarda em 2003. O empreendimento, elaborado pela iniciativa privada, tinha por objetivo ressaltar uma versão da história do município em formato tridimensional e, em torno dessa história, inicia-se um processo de construção de uma consciência turística entre os patrulhenses.

O Parque da Guarda é um complexo de lazer e turismo com 42 hectares que oferece em sua estrutura quadras esportivas, piscinas, lancheria e espaços para eventos e festas. Possui também um espaço com museu e outro espaço que conta a história do município. Proporciona visitas a um alambique que produz cachaça artesanal, ao museu da cachaça e a monumentos que contam uma das histórias da origem de Santo Antônio da Patrulha¹⁴⁹.

O conjunto escultórico em cimento e ferro tem sua significação dada através de uma encenação teatral desenvolvida durante a realização do “Circuito Cultural”¹⁵⁰. Mas, a qual versão da história da origem de SAP¹⁵¹ nos referiu quando falamos do Parque da Guarda

¹⁴⁸ Em entrevista ocorrida em agosto de 2010 e janeiro de 2013 com o mentor do Parque, Sr. Carlo Luiz Tebaldi, foi possível perceber a influência da obra do Monsenhor Ruben Neis: “Guarda Velha de Viamão: No Rio Grande miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha” para a construção dos monumentos e espaços do parque, já que este autor dispunha de documentos da Igreja para respaldar suas afirmações, o que para o Sr. Tebaldi era de suma importância.

¹⁴⁹ E que serão objeto deste capítulo.

¹⁵⁰ Passeio orientado, onde os visitantes circulam por alguns dos espaços do parque e nesse trajeto, em meio aos monumentos é encenado um “monólogo” onde a atriz conta um pouco da história da origem de Santo Antônio da Patrulha e sobre a trajetória de alguns de seus personagens representados no empreendimento.

¹⁵¹ Sigla que designa a cidade de Santo Antônio da Patrulha-RS.

como representação da origem de Santo Antônio da Patrulha? Em que fonte esta história está ancorada?

Em busca das respostas, buscou-se o trabalho publicado por Neis¹⁵² que em 1975 atende ao pedido da própria comunidade patrulhense sobre a data da fundação da Paróquia. A pesquisa, entre outros aspectos relativos à origem da cidade, destacou um casamento que foi consolidado no tribunal eclesiástico.

Tal história, porém, trazia em sua semente a construção da primeira Igreja de Santo Antônio da Patrulha e, a partir de sua publicação consagrou uma versão para a história da origem do município, aceita por grande parte dos estudiosos do presente tema.

Nesta seção, contar-se-á a história romântica que deu origem a Santo Antônio da Patrulha e de seus personagens principais, Manuel de Barros Pereira, Margarida da Exaltação da Cruz e Inácio José de Mendonça [e Silva].

Manuel de Barros Pereira, tropeiro de origem e sesmeiro nos campos de Tramandaí desde datas anteriores a 1744. No ano de 1742, aos 29 anos e solteiro, Manuel de Barros Pereira teve com sua escrava Teresa Pereira de Jesus uma filha cujo nome era Margarida da Exaltação da Cruz, o que comprova a sua residência em terras patrulhenses anterior a 1744.

No ano de 1743, o soldado Inácio José de Mendonça veio para o sul com sua família e estabeleceu-se onde está localizada a cidade de Santo Antônio da Patrulha atualmente. Após a morte de sua segunda esposa, Inácio José de Mendonça, com a idade de mais de 40 anos, apaixonou-se por Margarida da Exaltação da Cruz, com então treze anos de idade. O romance não era permitido pelo pai da jovem, Manuel de Barros, que acreditava que sua filha deveria se casar mais tarde, já que “[...] era a herdeira universal de seus bens e tinha muitas possibilidades na vida (NEIS, 1975, p.115).” É na sesmaria de sua propriedade que surge o “mito” sobre a origem do município de Santo Antônio da Patrulha.

Mesmo contra a vontade de Manuel de Barros, Inácio e Margarida, cientes dos sentimentos que ambos sentiam mutuamente, mantiveram contato, a fim de fazerem o contrato de casamento. Margarida então escreve um bilhete para Inácio declarando sua vontade de contrair matrimônio:

¹⁵² Ruben Neis nasceu no município de Bom Princípio em 2 de fevereiro de 1925. Foi ordenado padre em 1949. Esforçou-se para elevar o Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre a centro de pesquisa histórica e genealógica. Dedicava-se ao estudo da formação étnica do povo gaúcho e do surgimento das antigas povoações surgidas em território sul-rio-grandense. Em 1975 publica a obra “Guarda Velha de Viamão: No Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha” que é um dos elementos investigativos deste capítulo.

Eu Margarida da xsaltação (sic!) prometo a Deus e à Virgem Maria de me casar com Inácio José de Mendonça por ser minha livre vontade e sem constrangimento (sic!) de nigem (sic!) à minha livre vontade lhe faço este co (sic!) que peço a V. Mercê me queira (... falta uma palavra) de casa de meu pai efeito casa sua amte. Margarida da XSaltação (sic!) (MENDONÇA, Ignacio José de & Cruz, Margarida da Exaltação da. Autos Matrimoniais. Viamão, 1755. f. 7. Porto Alegre. Arquivo do Arcebispado apud NEIS, 1975, p. 116).

Com este bilhete, Inácio dirigiu-se a Viamão junto ao vigário da Vara, para dar início aos trâmites da habilitação matrimonial. Além disso, Inácio fez um requerimento pedindo que o vigário mandasse buscar a moça na casa de seu pai e a depositasse em uma casa segura, de pessoas honestas, enquanto os preparatórios fossem providenciados.

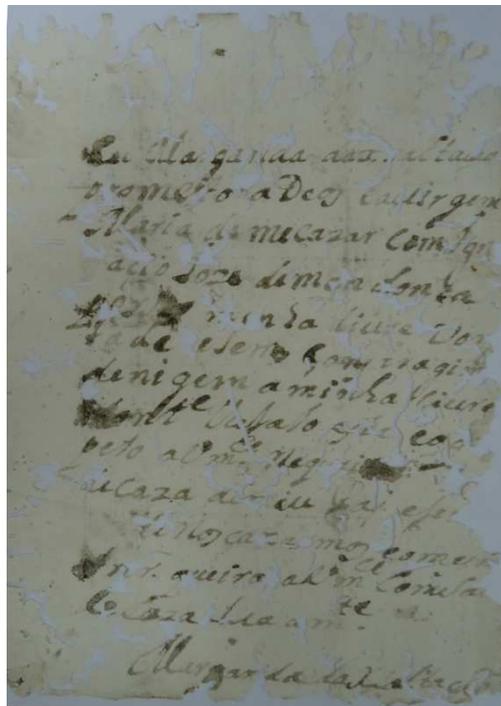


Figura 4: Foto do bilhete de Margarida à Inácio. Acervo pessoal.¹⁵³

Uma ordem foi expedida, solicitando que Margarida viesse à presença do Juiz Eclesiástico. Para isso, um meirinho e um escrivão foram incumbidos de buscá-la na casa de seu pai. Quando Margarida se apresentou ao Juiz, confirmou ser de sua livre e espontânea vontade casar com Inácio de Mendonça. Após ouvi-la, o Juiz determinou que Margarida fosse depositada em uma casa segura, no intuito de esperar os preparativos do casamento.

¹⁵³ Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Passados alguns dias, Inácio e Margarida casaram-se na Igreja Matriz de Viamão, e posteriormente seguiram em direção a Santo Antônio da Patrulha. Ao decorrer de um ano, o casal retorna à Igreja Matriz de Viamão para batizar sua filha primogênita, e toma conhecimento da Portaria do Bispo Dom Frei Antônio do Desterro, do Rio de Janeiro, que solicitava a criação de uma capela nos campos de Tramandaí com o objetivo de diminuir a área de abrangência da Igreja Matriz de Viamão.

Ao retornar para sua fazenda, Inácio José de Mendonça inicia a construção da primeira capela em Santo Antônio da Patrulha. Em documentos citados na obra de Neis, percebe-se o reconhecimento da Igreja Católica quanto à construção da capela:

Portaria que Exa. Rma. Foi servido mandar passar ao R. P. Francisco Coelho Fraga, e na falta dele ao Sacerdote que nomear o R. Vig^o da Vara de Laguna, de Capelão curado da Capela de Inácio José de Mendonça, sita na sua Fazenda da Guarda Velha da Freguesia de Viamão, com faculdade de administrar todos os Sacramentos aos moradores que se compreendem no território, e extensão que a mesma Portaria declara forma seguinte (PORTARIAS e Ordens episcopais. Rio de Janeiro, 1748-61. Livro 1, f. 64v. (Rio de Janeiro. Arquivo do Arcebispado) apud NEIS, 1975, p. 123).

Neis acredita que a capela foi dedicada a Santo Antônio pela devoção que Margarida da Exaltação tinha em relação ao santo desde os tempos em que vivia na casa paterna, já que seu pai havia construído um oratório em reverência ao santo.

Assim, o município passa a ser descrito nos documentos como Santo Antônio, em homenagem ao santo, que passa a ser o padroeiro da cidade, e da Patrulha, em lembrança ao Registro Real ali instalado e policiado pela patrulha de soldados que residiam naquele local. Posteriormente, casais açorianos se instalaram ao redor da igreja construída por Inácio em sua fazenda, o que proporcionou o surgimento do núcleo que deu origem à vila.¹⁵⁴ Pois ficava localizada na parte mais alta da cidade, junto Avenida Borges de Medeiros.

¹⁵⁴ NEIS, Ruben, Padre. **Guarda Velha de Viamão**: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha. – Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Sulina, 1975.



Figura 5: Mapa: Exemplo Geographico do Terreno que ocorre desde a V.a do R.o Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão¹⁵⁵. Em destaque a localização do Registro e da Capela (local que originou a vila).

O empreendedor do Parque da Guarda, Carlo Luiz Tebaldi¹⁵⁶, através do apoio de uma equipe composta por arquitetos e profissionais em *marketing*, realizou uma pesquisa sobre a história de Santo Antônio da Patrulha e sobre a cultura patrulhense e descobriu a história de Margarida e Inácio. A partir do contato de Tebaldi com a história do município, as possibilidades turísticas que a história poderia proporcionar ficam claras e a obra do Parque da Guarda passou a ser planejada.

¹⁵⁵ Mapa: Exemplo Geographico do Terreno que ocorre desde a V.a do R.o Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão. A. Estância do Tesouro donde se acha postada a Guarda Espanhola. B. Sitio das Tratadas donde se acha postada a Guarda Portugueza. De CC, the DD. Estância de Sua Majestade. 1763. Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria. Rio de Janeiro: Mapoteca do Itamaraty (GOLIN, 2002, p. 391 apud BOEIRA; GOLIN, 2006, p. 62).

¹⁵⁶ O senhor Carlo Luiz Tebaldi é natural de Casca-RS, mas reside em Santo Antônio da Patrulha desde 1986, considera sua relação com a comunidade amistosa e cordial, já que foi esta cidade que escolheu para viver e realizar seus investimentos. Afirma que isto ocorreu devido à história que o município possui e pela miscelânea de etnias existentes naquele espaço.

O início das obras ocorreu no ano 2000, sendo que a inauguração aconteceu três anos mais tarde, em 15 de novembro de 2003. O projeto inicial do Parque visava interligar quatro grandes áreas: a cultural; a religiosa, a de lazer e a industrial, sendo que a intenção era interligar públicos diferentes em um mesmo ambiente. Nesta concepção, a indústria poderia conviver plenamente com o turismo juntamente com meio ambiente, como por exemplo, com o projeto de visitação do setor industrial e do alambique. A ideia era uma integração do todo, mas sem interferência direta de um setor no outro.

Pesquisando o jornal local de maior circulação percebe-se a expectativa que havia em torno da inauguração do Parque da Guarda. Desde as edições do dia 06 de novembro de 2003 (edição semanal com circulação as quintas-feiras) havia uma forte propaganda de que estava chegando o momento de conhecer o empreendimento do Grupo Young Export¹⁵⁷. A chamada dizia: “*Surge uma grande atração em Santo Antônio: Parque da Guarda – um lugar feito para você* (Jornal Folha Patrulhense, ano 25, n° 1027, 06/11/2013, capa)”.

Na edição seguinte, o jornal fez uma reportagem com Carlos Tebaldi, intitulada “*Parque da Guarda já é uma realidade em Santo Antônio da Patrulha*”, nela, de certa forma, o parque é apresentado e todos os seus espaços são nomeados pelo texto jornalístico. Coloca-se em destaque o primeiro parágrafo da reportagem que demonstra a grande expectativa dos patrulhenses e dos municípios vizinhos.

Próximo de inaugurar, o Parque da Guarda está gerando grande expectativa, tanto na comunidade de Santo Antônio da Patrulha, quanto em outros municípios. Prova disto é o grande número de pessoas interessadas em adquirir os títulos promocionais, colocados a venda esta semana (Folha Patrulhense, ano 25, n° 1028, 13/11/2013, p. 5).

O último parágrafo desta reportagem traz dados importantes para o entendimento das intencionalidades do fundador do parque, a busca pelo reconhecimento dos patrulhenses sobre a história que o parque divulga, além de seu sentimento de pertencimento à comunidade, mesmo sendo oriundo de outra cidade. Tebaldi considera o parque como “um sonho realizado.”

Para o empresário Carlos Tebaldi, idealizador do projeto, chega a hora de realizar um grande sonho. “Queremos que a sociedade reconheça e participe desta realidade, pois o que fizemos foi apenas dar início numa grande obra que será um marco para o desenvolvimento de nosso município”, disse emocionado Tebaldi,

¹⁵⁷ O grupo Young Export era de propriedade de Carlos Tebaldi, referenciado neste trabalho como proprietário do empreendimento. A cidade apresenta até o presente momento uma característica agropastoril, o que explica o entusiasmo por parte da imprensa local, pois abria-se uma nova possibilidade econômica para o município.

afirmando o orgulho de ser patrulhense (Folha Patrulhense, ano 25, n° 1028, 13/11/2013, p. 5).

Na edição posterior à inauguração, a reportagem já trazia no título, *Inauguração do Parque da Guarda alternou momentos de emoção e alegria em Santo Antônio da Patrulha*, a demonstração da grandiosidade do evento na cidade que provavelmente não havia visto algo com tanta pompa.

As primeiras frases são emblemáticas para a construção de um imaginário fantástico sobre o que ocorreu em Santo Antônio da Patrulha naquele dia especial: *“Nasce um dia ensolarado; era o prenúncio de um grande acontecimento em Santo Antônio da Patrulha. No alto da colina, brilhava a maior escultura religiosa do Estado, a estátua de Santo Antônio* (Jornal Folha Patrulhense, ano 25, n° 1030, 20/11/2013, p. 7.)”. Após uma missa campal ao pé do santo, com direito a revoada de pombos, dezenas de crianças vestidas de “santo antoninhos” engrandeciam o momento, o que o jornal traduz como *“pura emoção* (Jornal Folha Patrulhense, ano 25, n° 1030, 20/11/2013, p. 7)”. Em frente aos pavilhões das fábricas aconteceu o ato solene de inauguração do empreendimento com audição do hino nacional tocado no teclado pelo filho do Tebaldi, apresentação musical, e discursos feitos pelo prefeito municipal daquele período enaltecendo o espírito empreendedor do proprietário Carlos Tebaldi. Durante todo o dia houve apresentações artísticas.

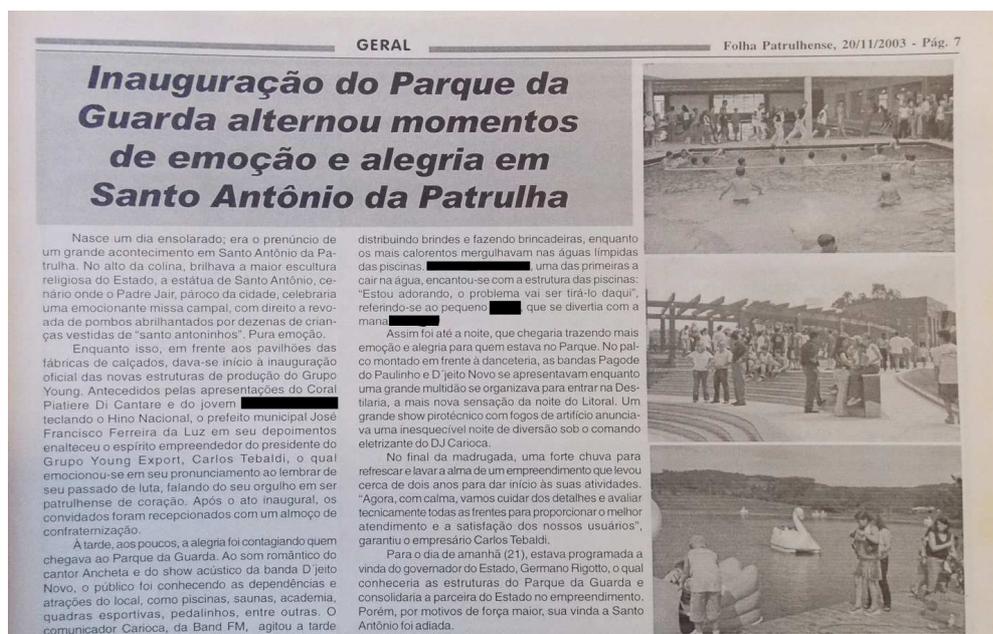


Figura 6: Reportagem do Jornal Folha Patrulhense de 20/11/2003, comentando a inauguração do Parque da Guarda. Acervo Pessoal

Quanto às atividades realizadas no parque para o atendimento de seus visitantes, existe disponibilizados o circuito cultural, a ginástica laboral e momentos de festa (espaço de eventos e boate) que remetem a filosofia da interação de diversos espaços, como idealizado pelo proprietário. O parque como empreendimento turístico necessita planejar as ações em consonância com as tendências do setor turístico nacional e mundial. Entretanto, o entrevistado ressalta que tal perspectiva seja conjecturada apenas pela administração do Parque na atualidade. Passados uma década da euforia da inauguração, o idealizador deste empreendimento não vislumbrou nenhum projeto turístico consolidado e desenvolvido pelas administrações municipais. Percebe-se que no campo do turismo, os municípios tendem a trabalhar de forma estanque, planejando atividades esporádicas, festas e feiras, não incorporando empreendimentos que poderiam atrair turistas para a cidade. Outro fator que o idealizador do Parque considera relevante tem sido a análise do perfil do turista frequentador do espaço estudado, os classificando em quatro grandes grupos: estudantes, terceira idade, grupos empresariais e grupos religiosos.

O grupo dos estudantes compreende alunos das séries iniciais do ensino fundamental até alunos da pós-graduação de universidades. No grupo de terceira idade encontramos clubes de mães, corais, grupos de bolão e grupos festivos¹⁵⁸. O grupo empresarial normalmente procura o espaço do Parque para a realização de conferências, treinamentos e festas de final de ano. Já o grupo religioso realiza no parque “retiros de meditação”.

Em alguns momentos, o entrevistado relatou que houve a tentativa de se estabelecer vínculos institucionais entre o Parque da Guarda e as faculdades da região, na intenção de qualificar pessoal e contextualizar a pesquisa. Contudo, a ideia não obteve apoio das instituições de ensino superior (queixa-se Tebaldi). Com o Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha a aproximação não ocorreu por nenhuma das partes, sendo que os administradores do parque não acreditavam que os membros de tal instituição respaldassem o projeto histórico-cultural do empreendimento.

Segundo Tebaldi, o planejamento de atividades turísticas no Parque tem por objetivo tentar sanar o “atraso turístico” que por mais de 100 anos vigorou no município e que vem mudando nos últimos 10 anos em Santo Antônio da Patrulha. Para ele, isso explica a forma conservadora com que a comunidade recebeu o empreendimento. Entretanto, Tebaldi afirma

¹⁵⁸ Considera-se “grupos festivos”, os grupos que se reúnem semanalmente em reuniões dançantes organizados pelo próprio grupo.

que na inauguração do Parque cerca de 90 % da população patrulhense não conhecia a versão da origem do município que traz Inácio e Margarida como personagens principais.

Tebaldi aponta também que não houve interesse do poder público em trabalhar com a questão cultural das etnias que residiam ou residem em terras patrulhenses. Ele acredita, a partir do que pesquisou e conversou com moradores, que devido às forças políticas de famílias e/ou grupos tradicionais, os aspectos da história local que desagradam não foram investigados ou simplesmente transmitidos à população, sendo esta omissão um meio de manutenção do controle sobre as camadas menos favorecidas, e, ao mesmo tempo, um apagamento da história. Segundo nosso entrevistado, esta postura transmitida pela elite política que tem governado o município permitiu que o imaginário sobre a origem dos fundadores da capela (pardos-forros) não fosse incorporado pela comunidade até há poucos anos.

A percepção de Tebaldi nos leva, também, a outra realidade: o possível desconhecimento local da história na versão apresentada no Parque. Pode-se concluir que, depois da publicação da obra de Neis em 1975, teria havido uma mudança no ensino da história local em Santo Antônio da Patrulha? Como já observado no capítulo 2, muitas foram as escritas da história do município. Estes trabalhos chegaram às escolas e, por conseguinte, à população da cidade, mas o resultado parece ter sido pequeno se a base foi os dados de Tebaldi. O Parque da Guarda, neste contexto, não proporcionou o significado esperado pelo seu idealizador, pois a população, inicialmente, não se reconheceu nesta história.

Contudo, esse movimento de mudança de comportamento da identidade da comunidade é também promovido em eventos como a Moenda da Canção, através do surgimento de grupos de teatro, além de grupos de dança ligados aos Centros de Tradição Gaúchas existentes na cidade como a Invernada Juvenil do CTG Patrulha do Rio Grande que conta a história de Margarida e Inácio. Apesar de essas atividades colaborarem para uma mudança na mentalidade da comunidade, Tebaldi acredita que aproximadamente a metade da população não conhece a origem do município defendida neste trabalho.

Perguntado sobre o motivo pelo qual o parque recebeu a denominação de “Parque da Guarda”, Tebaldi esclarece que a escolha passa pela história do Registro e suas patrulhas pelas redondezas, na localidade conhecida como “Guarda Velha”, às margens da RS 474 que liga a cidade de Rolante à Auto-estrada (Freeway) em Santo Antônio da Patrulha.

As pesquisas sobre a história e a cultura da comunidade patrulhense feitas pela equipe de Tebaldi, foram realizadas em diversas instituições do município, dentre elas, no acervo da casa paroquial, onde se buscaram informações sobre a construção da primeira capela e seus fundadores como também sobre o santo padroeiro da cidade. No acervo do Museu Caldas Junior, verificou-se a existência de documentos que contribuíram, indubitavelmente, na construção do imaginário sobre a imigração açoriana. Também foi visitada a Biblioteca Municipal Júlio Costa visando o contato com a literatura existente sobre a origem de Santo Antônio da Patrulha.

Após o trabalho de pesquisa, iniciou-se o planejamento e a estruturação da construção do Parque. Entretanto, percebe-se que as informações colhidas pela equipe responsável pela construção estavam se misturando a relatos ou versões distintas adotadas pela equipe de planejamento centrada na obra de Ruben Neis de 1975, como já referido nesse capítulo. Isso ficou perceptível em outros diálogos com Tebaldi, em especial quando questionado sobre a história que o Parque queria transmitir acerca da origem de Santo Antônio da Patrulha. Em dado momento foi dito pelo entrevistado que “Inácio José de Mendonça era um funcionário do governo federal nessa região e havia trazido de São Paulo uma imagem de Santo Antônio do qual era devoto, sendo esta a imagem colocada na capela construída por Inácio, após o casamento com Margarida da Exaltação da Cruz, na fazenda da qual era proprietário”.

Esta passagem explicita a existência de duas versões deste episódio além da atribuída a Inácio. A primeira delas teria sido contada por Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo na obra “Memórias Históricas do Rio de Janeiro”. Nela o autor comentaria que na vinda do povoador João Magalhães para o Rio Grande, este teria passado por um oratório às margens do rio dos Sinos, próximo à localidade conhecida como Guarda Velha. O referido oratório fora criado pelo ermitão José Anflor¹⁵⁹ que havia trazido consigo a imagem de Santo Antônio e ali a depositou, pois nesse local ministrava rezas e curas.¹⁶⁰ A segunda versão do episódio é atestada por Neis, quando este se refere à escolha do padroeiro para a nova capela. Ele destaca Margarida como aquela que trouxe a imagem de Santo Antônio devido à devoção ao santo desde a casa paterna, já que o pai era devoto do mesmo e havia construído um

¹⁵⁹ Em alguns escritos, o personagem aparece com outros nomes como Josué.

¹⁶⁰ PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Volume 5, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

oratório em honra ao “santo Fernando”¹⁶¹. Esta versão é a que possui maior respaldo, porque está documentada através dos livros de casamento de Viamão e, neste caso, pode ser comprovada documentalmente. A versão atribuída a Inácio como aquele que trouxe o Santo para Santo Antônio da Patrulha não se sustenta diante da documentação existente hoje no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.¹⁶² O mesmo ocorre com a versão de Monsenhor Pizarro e Araújo que também precisa ser submetida é crítica histórica mais rigorosa, pois traz como responsável pela construção da primeira capela o sesmeiro Manuel de Barros Pereira no ano de 1754.

Ao submeter os versos a uma crítica histórica mais rigorosa verifica-se que Inácio não teve influência alguma no transporte da imagem do santo para o Continente de São Pedro. Também identificou-se que a capela fora um pedido do bispo do Rio de Janeiro e não do vigário de Viamão como ficou ventilado em outras fontes.¹⁶³

As narrativas dos historiadores patrulhenses, muitas vezes, vêm carregadas de “mitificação” dos fatos e o mito como nos diz Menezes, é sempre uma *forma de dizer as coisas*. É um modo de comunicação para cuja compreensão importa menos o conteúdo do que os suportes de expressão de que se vale.¹⁶⁴ A história contada no Parque da Guarda insere-se nesse conceito, por exemplo, quando repassa aos visitantes que Margarida foi à primeira mulher no Rio Grande de São Pedro, a saber, ler e escrever e, segundo, que Santo Antônio passou a ser reconhecido como “santo casamenteiro” devido à história de Margarida e de Inácio. Obviamente, esse imaginário passa a figurar como uma tradição inventada, já que não se sustenta em qualquer versão sobre a história da cidade. Entretanto, não há impedimento a sua divulgação e assimilação pela comunidade e pelos visitantes do Parque já que foram naturalizadas pelos criadores da história de Santo Antônio da Patrulha.

3.2 A obra em cimento e ferro: uma análise dos espaços histórico-culturais do Parque da Guarda

¹⁶¹ Segundo Figueiredo, “Santo Antônio, ou melhor, Fernando de Bulhões, nobre português, nasceu em Lisboa a 15 de agosto de 1195. Com 15 anos foi ao convento apresentar-se e pedir o hábito de Santo Agostinho. Com 25 anos conheceu cinco discípulos de São Francisco de Assis, conhecendo assim o trabalho dos franciscanos. Mais tarde após muita meditação entrou para esta ordem onde recebeu o nome de Antônio. Destacou-se como pregador. Conta a tradição que já fazia milagres. Em 13 de junho de 1231, numa sexta-feira, ao pôr-do-sol, morreu o santo, em Pádua, na Itália (FIGUEIREDO in BEMFICA; [et. all.], 2000, p. 404).

¹⁶² NEIS, Ruben, Padre. **Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha**. – Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Sulina, 1975.

¹⁶³ PIZARRO E ARAÚJO, 1946, v.5, p. 50-51.

¹⁶⁴ MENEZES in FÉLIX, ELMIR, 1998, p. 44.

A análise dos espaços construídos no Parque, que transmitem a história da origem do município de Santo Antônio da Patrulha e aspectos da cultura de seus moradores, é mediada pelo entendimento que o idealizador do empreendimento teve com as versões da história de Santo Antônio da Patrulha, principalmente a exposta por Neis¹⁶⁵ que possibilitou a interpretação mitificada desta origem. Maria Eunice Maciel destaca que o mito nada mais é que uma narrativa que possui um caráter especial, pois apesar de ser plena em sua significação, traz consigo segredos, enigmas, procurando organizar a sociedade e dar-lhe sentido. Nessas circunstâncias ele não é mais considerado uma simples fábula, portanto, seria inadequado impor-lhe dúvidas quanto à veracidade, pois estas se tornam deslocadas¹⁶⁶.

O mito de origem faz parte de um arcabouço histórico e cultural da comunidade, todavia, o condiciona-se como parte integrante da memória e também de uma identidade patrulhense. Para entender o mito como elemento pertencente a um passado da comunidade necessitou pensar a definição de memória. Jacques Le Goff refere-se a “[...] memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003, p. 419)”.

O Parque da Guarda, sob este viés, pode ser analisado como uma projeção da memória coletiva patrulhense sobre seu passado e, nesse sentido, aproximar-se do que Nora¹⁶⁷ apontou como o papel da memória na História, e como estas estabelecem relações. “A memória pendura-se em lugares como a história em acontecimentos (NORA, 1993, p. 25.)”. Crê-se que a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto; enquanto a história se liga às continuidades temporais, às evoluções e na relação das coisas.¹⁶⁸

Na presente reflexão, portanto, os lugares construídos no Parque podem ser analisados como uma memória petrificada dos patrulhenses, bem como um retrospecto de sua história. Nenhum imaginário neste sentido está desvinculado do espaço ou grupo ao qual pertence.

¹⁶⁵ Idem 162.

¹⁶⁶ MACIEL, Maria Eunice. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio Pereira (orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1998. p. 76.

¹⁶⁷ NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. Projeto História, SP, n. 10, dez. 1993.

¹⁶⁸ NORA, 1993, p. 9.

Em toda comunidade é necessário o conhecimento e a preservação da história e da memória dos fundadores. No entanto, este processo deve ocorrer de maneira sistêmica, pois os grupos necessitam primeiramente estabelecer quais são seus elementos identitários (vistos por eles mesmos, e reconhecidos por outros grupos) para direcionarem o processo de construção de imagens sobre si mesmo com o auxílio da palavra, proferida ou escrita, ou mesmo o uso de construções como monumentos em cimento e ferro.

Algumas passagens da história da fundação de Santo Antônio da Patrulha podem ser vislumbradas nos espaços do Parque da Guarda. Mas, para a análise dos espaços e monumentos contidos no empreendimento, torna-se necessária a observação de que o Parque da Guarda foi estruturado em quatro áreas, como já apontou-se anteriormente.

Assim, na parte de entrada do parque encontra-se a área industrial; em outro espaço encontra-se a área esportiva e de lazer. O foco de análise deste capítulo ocupa as duas áreas restantes: a cultural e a religiosa. Na área cultural estão localizadas as casas em estilo açoriano, o museu, e parte das esculturas que contam a história e a origem de Santo Antônio da Patrulha. Já na área religiosa, a imagem de Santo Antônio está erigida assim como os monumentos que retratam o casamento de Margarida e Inácio, juntamente com uma réplica da capela construída pelo supracitado após o seu casamento.

A construção de monumentos, a denominação de lugares e a preocupação com a valorização de personagens do passado estão diretamente associadas a uma memória coletiva defendida por Gevehr.¹⁶⁹ O autor enfatiza a sua análise afirmando que há uma “[...] eficácia simbólica exercida pelos monumentos. Localizados estrategicamente no espaço social das cidades, os monumentos representam formas de pensar, sentir e expressar valores coletivos (GEVEHR, 2007, p. 180)”.

Menezes, por seu turno, afirma que os monumentos são edificadas apenas com o intuito de “comemorar” algum fato ou pessoa, tornando-se descartável após um período, pois a dinâmica desse processo é rápida, valorizando a diversidade memorativa.¹⁷⁰

Mas o homem não prescinde de monumentos arquitetônicos, escultóricos e pictóricos na fundação de marcos históricos, artísticos e técnicos. Continua a construí-los e a deixá-los como documentos de seu tempo. Memoriais, museus, arcos, obeliscos, estelas (além de avenidas, e viadutos) são construídos e demolidos para dar razão ao

¹⁶⁹ GEVEHR, Daniel Luciano. **Pelos caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (res)significados**. Tese de Doutorado. - São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

¹⁷⁰ MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. 1 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ato comemorativo. Esse ato é dinâmico e valoriza a diversidade que essa dinâmica de valorizações dá às edificações do homem. Destroem-se construções para edificar outras que marcam o fato, a necessidade, a vontade humana (MENEZES, 2006, p. 32).

É Peter Burke quem adverte que os historiadores precisam ter cuidado ao analisar este tipo de vestígio, pois “[...] devemos olhar para estátuas reais ou ‘retratos de estado’ não como imagens ilusionistas de indivíduos como pareciam na época, mas como teatro, como representações públicas de um eu idealizado (BURKE, 2004, p. 185)”. O autor continua afirmando que,

É desnecessário dizer que o uso do testemunho de imagens levanta muitos problemas incômodos. Imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho. Elas podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria, mas historiadores não raramente ignoram essa mensagem a fim de ler as pinturas nas “entrelinhas” e aprender algo que os artistas desconheciam estar ensinando. Há perigos evidentes nesse procedimento. Para como no caso de outros tipos de fonte, estar consciente das suas fragilidades (BURKE, 2004, p. 18).

O fato de o passado estar em constante dinamicidade exige que a memória busque maneiras de preservar as informações ditas importantes, sem que elas caiam no esquecimento. Por isso, os grupos buscam eleger locais em seu espaço, seja ele um ambiente rural ou urbano, onde suas tradições e costumes consigam seguir com seus laços de continuidade.

[...] pela aceleração da história, cada vez mais, o cotidiano afasta-se das vivências da tradição e do costume; a memória deixa de ser encontrada no próprio tecido social e passa a necessitar de lugares especiais para ser guardada, preservada em seus laços de continuidade. São os lugares de memória encarregados de desempenhar esse papel de manutenção dos liames sociais, de fugir à ameaça do esquecimento (FÉLIX, 1998, p. 53).

Portanto, os lugares de memória possibilitam a construção de representações, já que a união de vários elementos faz com que, determinados símbolos sejam criados, significados e ressignificados pela comunidade que os cerca. Félix reflete sobre a criação desses espaços, ressaltando um dos principais objetivos para que eles existam dentro do espaço da cidade.

[...] a tensão criada pela fronteira entre o vivido, a tradição e suas possibilidades de lembrança, com a aceleração do tempo e o risco da perda de referências espacial-temporal-afetivas dos grupos sociais leva, em nosso tempo, à necessidade da proliferação de lugares de memória, encarregados de dar o suporte da continuidade com o registro de suas marcas através da escrita da história (FÉLIX, 1998, p. 55).

No intuito de facilitar a identificação dos lugares de memória no Parque da Guarda, será utilizado um mapa estilizado confeccionado para a orientação de seus visitantes, onde estão os locais analisados e suas referidas letras de identificação, circulado em cor diferenciada.



Figura 7: Mapa estilizado do complexo do Parque da Guarda- Acervo Pessoal

Os monumentos¹⁷¹ do Parque da Guarda além de fazerem parte dos espaços considerados lugares de memória, poderiam ser ao mesmo tempo entendidos, como espaços de heróis ou de personagens míticos.

¹⁷¹ “[...] chamar-se à monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a

Conforme Meneses, na maioria das vezes, os heróis foram construídos a serviço de ideologias, procurando ressaltar alguns aspectos e tentando obscurecer outros. Em sua opinião,

Houve um tempo em que apenas heróis e figuras do Estado foram seres históricos dignos de percepção pelos intérpretes da construção histórica. A memória construída por esses historiadores a serviço ou não de estados e governos ou de suas próprias ideologias políticas, religiosas ou morais, elegeu pontos do passado a iluminar e outros tantos a deixar no escuro. Aos incluídos, glória e honra (ou, às vezes, o contraponto disso, visto que a tradição do discurso exige também o anti-herói). Aos excluídos, o esquecimento (MENESES, 2006, p. 14).

A imagem construída pela comunidade patruhense ao longo do tempo rememora as representações da importância da vila no contexto histórico do Rio Grande do Sul, a forma mítica de como foi fundada, e a valorização do trabalho luso-imigrante nas lavouras de cana-de-açúcar. Tal postura como se vê, só reforça o imaginário ligado a ocupação luso-açoriana, sem elencar as demais etnias formadoras do povo patruhense, que foram acrescentadas a história da cidade a partir dos escritos do Pe. Ruben Neis¹⁷² e, posteriormente, das figuras construídas no Parque da Guarda (2003). Assim, ao direcionar um imaginário fazemos o que Rodrigues estabelece quando fala sobre o papel da tradição dentro de uma determinada sociedade, ou seja, “a tradição santifica o passado”, pois,

Tradição, memória e história são posições diferentes com que o presente vê o passado. Elas têm o significado diferente e devem ser usadas com propriedade. Tradição santifica o passado, justifica o *status-quo*, consola os saudosistas. A memória petrifica, marmoriza, fossiliza, estratifica. A História é análise, é crítica, é vida que flui e muda de acordo com as necessidades sociais, econômicas do presente e as aspirações e esperanças do futuro (RODRIGUES, 1980, p. 220).

A citação acima está de acordo com o que Barros comenta como definição de imaginário, um sistema complexo e interativo que abrange a circulação e produção de imagens – visuais, mentais e verbais, incorporando-as a um sistema simbólico que abriga as mais diversas representações.¹⁷³ Logo, o espaço do Parque carrega a construção de um

mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 2001, p. 18)”.

¹⁷² Obra já referida neste trabalho publicada no ano de 1975.

¹⁷³ BARROS, José D`Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

imaginário e de uma representação que não se encontra fora do contexto histórico do município, mas que ainda não havia sido plenamente apropriada pela população como sua história. Assim “[...] o espaço [construído] tem por missão dar significado ao tempo e à história [...] (PESAVENTO, 2002, p. 17)”.

A primeira análise que a presente pesquisa propõe nesse estudo é a de refletir sobre a localização onde o empreendimento foi alicerçado, juntamente com uma de suas características, “o pórtico de entrada” (elemento sob a letra A no mapa de localização do Parque). Esse espaço social remete ao propósito pelo qual o empreendimento foi planejado e construído, possuindo características que remontam ao “posto de pedágio da Guarda Velha”. Tal característica é evidenciada quando se identificam algumas semelhanças geográficas, como a localização do parque, que situa-se próximo de uma via fluvial e também está sobreposto em uma colina. Localiza-se em sentido leste-nordeste da atual cidade alta (local onde se iniciou o povoamento). Jacobus¹⁷⁴ em seus estudos afirma que a Guarda Velha “[...] situava-se sobre uma colina com 54 metros de altitude, próximo da margem esquerda do rio dos Sinos, na localidade de Guarda Velha, a cerca de 6 km, no sentido noroeste, da atual sede do município de Santo Antônio da Patrulha (JACOBUS in BEMFICA. [et all.], 2000, p. 52)”.

Ao analisar o pórtico de entrada do parque percebe-se que rememora o próprio registro da Guarda Velha, pois é o único meio de acesso ao interior do parque, no qual há o contexto de pessoas vigiando o local e a necessidade de que os visitantes se identifiquem para obterem autorização de passagem.

O Registro, segundo as fontes destacadas por Jacobus¹⁷⁵, consistia de três currais, como sendo dos cavalos da guarda, o curral de descanso de animais e o curral para animais aprendidos. Assim como de três ranchos: o destinado ao provedor do registro, outro ao corpo da guarda e o restante era destinado a depósito de couros. Por fim *uma cerca atravessando a estrada e no meio uma porteira fechada à chave*. Neste último item, fica explícita a simbologia que condiciona o Registro representado no contexto do parque.

¹⁷⁴ JACOBUS, André Luiz. A Guarda Velha (Santo Antônio da Patrulha-RS): um pedágio do século XVIII na América Portuguesa. In BEMFICA, Corália Ramos, [et al.] (orgs). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá**. – Porto Alegre: EST, 2000. p. 49-62.

¹⁷⁵ Idem 174.



Figura 8: Pórtico de entrada do Parque da Guarda – Foto: Acervo Pessoal

Na área de entrada do setor cultural e de lazer do parque, encontra-se um espaço onde os visitantes são recebidos (elemento letra B no mapa estilizado) e que também se caracteriza por desempenhar uma função de ‘pórtico’ interno. Essa construção evidencia o estilo arquitetônico trazido ao Brasil pelos lusos (estilo manuelino¹⁷⁶), e neste espaço ressaltam-se a utilização de grandes aberturas, sendo as janelas em forma de guilhotina com detalhes em relevo (vergas retas) em torno das aberturas. O mesmo detalhe em relevo é identificado na base da construção. Além desses detalhes, nota-se a inserção de detalhes na parte superior, junto ao telhado, sendo esses conhecidos como cimalha.

¹⁷⁶ Interpretação portuguesa do Renascimento europeu (CRUZ in BARROSO, 1993, p. 54).



Figura 9: Pórtico de recepção de visitantes – Foto: Acervo Pessoal

As casas em estilo arquitetônico açoriano contidas no parque (elementos marcados com as letras C e D no mapa de localização do Parque) seguem a tradição de construções de residências em “fita”, ou seja, uma ao lado da outra, com o mesmo nivelamento, além de possuírem janelas grandes. Elas serviam para alcançar grande luminosidade para os ambientes internos das residências. Estas janelas apresentavam, também em seu entorno, detalhes em relevo que proporcionavam sofisticação às construções. Uma característica marcante deste tipo de construção está na inserção de pequenas chaminés no telhado. A localização desta chaminé no projeto arquitetônico da casa está atrelada a localização do cômodo da cozinha, no conjunto de lareira-forno. Além disso, as casas foram construídas em locais com declive, a fim de o aproveitarem na inserção de porões nestas construções.

No entanto, o Parque da Guarda utiliza esse tipo de arquitetura somente no ambiente externo, pois o interior deste local está adaptado para a administração. Ao analisar esse espaço inserido no contexto patrulhense, constata-se o que Pesavento¹⁷⁷ retrata como capacidade mobilizadora que a arquitetura proporciona ao evocar sentidos, vivências e valores em uma cidade.

É, pois, na capacidade mobilizadora das imagens que se ancora a dimensão simbólica da arquitetura. Um monumento, em si, tem uma materialidade e uma

¹⁷⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

historicidade de produção, sendo passível, portanto, de datação e de classificação. Mas o que interessa a nós, quando pensamos o monumento como um traço de uma cidade, é a sua capacidade de evocar sentidos, vivências e valores (PESAVENTO, 2002, p. 16).

Assim, o conjunto arquitetônico contido no Parque da Guarda remete os seus visitantes ao modelo de construção de casas semelhantes trazido pelos ilhéus, pois normalmente seus empreendimentos visavam à construção de casas em lugares altos, no intuito de facilitar a defesa, utilizando a geografia do terreno para ampliar a área construída. Aliada a isso, verifica-se a riqueza dos traços arquitetônicos, principalmente quanto ao entorno de aberturas, e da exaltação de uma característica peculiar açoriana, no que se refere ao alinhamento junto às calçadas.

Partindo dessas constatações, pode-se observar que o acervo arquitetônico encontrado no parque desempenha um papel de lugar de memória e de representação quanto à arquitetura do núcleo de povoamento inicial do município de Santo Antônio da Patrulha, ocorrido após a fundação da capela sendo situado na Cidade Alta, mais precisamente na atual Avenida Borges de Medeiros. Ele revela as características acima citadas, demonstrando que a construção desse espaço não está dissociada da construção de imagens. É, portanto, um imaginário sobre esse aspecto cultural observado no contexto histórico do município. Por isso, seguindo a ideia de Pesavento de que o historiador recolhe os fragmentos expressos em discursos e imagens, tentando aproximar-se do imaginário coletivo de uma época, pode-se estabelecer este tipo de relação, já que adiciona significado ao que já está representado.¹⁷⁸

¹⁷⁸ Idem 177.



Figura 10: Casas açorianas – Foto: Acervo Pessoal

Nessa mesma obra, Pesavento ressalta que o importante na análise dos espaços dentro da cidade é que através da materialidade dos mesmos, ocorre a atribuição do sentido que o indivíduo ou a coletividade confere a determinado imaginário elaborado¹⁷⁹. Assim,

Uma cidade é, sem dúvida, antes de tudo, uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações sociais, mas o que importa, na produção do seu imaginário social, é a atribuição de sentido, que lhe é dado, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam (PESAVENTO, 2002, p. 32).

Contudo, as casas açorianas do Parque da Guarda, além de representar toda a cultura arquitetônica ali estabelecida, servem como local onde os “planejadores” do parque imaginaram para estabelecer o museu sobre a produção de cachaça de alambique. O museu foi instalado no porão construído abaixo dessas casas, que estão interligadas, é constituído de um ambiente único. Ao analisar o museu, as palavras de Menezes tornam-se necessárias, pois retratam a função deste espaço para a comunidade em que está inserido,

¹⁷⁹ Ibidem 177.

O museu histórico, assim, coleta, preserva, organiza, classifica, estuda, expõe e publiciza o significado do objeto da vida material. Ele o transforma em documento que dá a conhecer a história. Na exposição museológica, os objetos fornecem informações e perdem a serventia que tinham na vida cotidiana; perdem seu valor de uso e obtêm valor de documento problematizador do passado. O museu é, então, uma forma pela qual a sociedade, em geral, e o visitante, em particular, institucionalmente transformam objetos materiais em documentos históricos. Os significados passam a ser construídos pela sociedade e pelo turista (MENEZES, 2006, p. 91).

O Museu da Cachaça de Alambique (elementos C e D no mapa estilizado do parque) tem por objetivo preservar o acervo que conta a história da fabricação de cachaça de alambique desde sua origem, retratando o início da sua produção em Santo Antônio da Patrulha. Meneses corrobora com a dinâmica da qual o parque pretendeu repassar aos visitantes através do conceito de “território museu”. O autor defende a ampliação da perspectiva do patrimônio como construção histórica e identitária, pois agrega três valores indissociáveis: o primeiro é o valor identitário, como gerador constante de construção de imagens e significados; o segundo é o valor econômico, gerador de receitas para o empreendimento, mas também para a cidade; e o terceiro valor é o social definido pelos projetos envoltos nesse espaço que proporcionam a melhoria de qualidade de vida para os indivíduos ao seu redor.¹⁸⁰ O museu está organizado através de um corredor curvilíneo formado por mais de 500 barris, nos quais estão fixados murais que retratam a história da bebida e a sua importância sob o viés econômico para a região, em especial para Santo Antônio da Patrulha, juntamente com informações sobre a fabricação, os tipos de aguardente, seu acondicionamento (barris de carvalho) e a influência deste processo no aroma, sabor e cor do produto, além de curiosidades e comparativos sobre os processos de fabricação da cachaça. Além de máquinas e utensílios utilizados na fabricação da aguardente há esculturas que retratam a moagem manual escrava no país e um acervo de exemplares de produtores de cachaça de alambiques no Brasil.

¹⁸⁰ MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo cultural**. 1 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção História & Reflexões, 8).



Figura 11: Museu da cachaça – Foto: Acervo Pessoal

Coerentemente com a visão dos estudiosos sobre a função dos museus, o Museu da Cachaça de Alambique do Parque da Guarda é um lugar de preservação e materialização de elementos importantes da economia de Santo Antônio da Patrulha, que foram respectivamente a cana-de-açúcar e a cachaça.

Ainda, segundo, os estudiosos dos museus, um dos objetivos da memória é manter-se como “monumento popular” à disposição de todos, no momento em que documentos de toda espécie são preservados em local apropriadamente designado.

Analisando o Museu da Cachaça, percebe-se que “o museu histórico é um espaço de intermediação institucionalizada entre o indivíduo e objetos materiais. Se no cotidiano esses objetos são [...] imperceptíveis por seu caráter banal, no museu são vistos com outro olhar (MENEZES, 2004, p.90)”.



Figura 12: Tampador manual - Museu da Cachaça de Alambique – Foto: Acervo Pessoal

Ao analisar esses elementos, problematiza-se a história através do imaginário que esses fatos remetem, interconexões diversas são estabelecidas, fazendo com que aspectos econômicos estejam relacionados a aspectos culturais e a aspectos religiosos, em um montante de informações que representem o tecido social construído em determinado espaço. Barros afirma isso quando diz que,

O historiador do imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos, as visões de mundo, as questões sociais e políticas de maior interesse – quando trabalha os elementos do imaginário não como um fim em si mesmo, mas [com] elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. O imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de interconexões diversas (BARROS, 2004, p. 98-99).

Ao lado das casas açorianas, no ambiente externo, visualiza-se também o engenho, os destiladores, barris e vários utensílios que foram utilizados no preparo da cachaça. Esses equipamentos possuem características rudimentares comuns aos equipamentos contidos no acervo do Museu da Cachaça de Alambique. Estes, por sua vez, articulam como signos, traduzindo a criação e o fortalecimento de uma identidade social e cultural de seus moradores.

No ambiente do porão das “casas açorianas” ao lado do museu encontra-se uma sala denominada “Memórias da Agasa”, que contém arquivos documentais e objetos da extinta indústria estatal AGASA¹⁸¹, que por muitos anos exerceu suas atividades no município. No acervo do museu há equipamentos oriundos da antiga fábrica de açúcar, documentações referentes à empresa, além de equipamentos antigos usados na fabricação da cachaça, alguns barris e estátuas. Esses objetos e materiais foram doados por um antigo administrador da empresa ao Parque, por acreditar que ali teriam o devido reconhecimento.



Figura 13: Memorial da AGASA – Foto: Acervo Pessoal

Esse espaço remete ao imaginário do imigrante açoriano e seus descendentes trabalhadores em lidas como os canaviais, sendo este produto/cultivo merecedor de referências devido à sua importância econômica e social para o município e a comunidade, e sendo a AGASA a empresa expoente no trabalho com os canavieiros já com um caráter industrial e não mais artesanal. Pesavento ao abordar o estudo da representação trata o efeito

¹⁸¹ A Açúcar Gaúcho S/A era uma empresa estatal do Estado do Rio Grande do Sul. Foi instalada em Santo Antônio da Patrulha com o objetivo de aproveitar o legado do cultivo da cana de açúcar já existente no município.

“mágico” da palavra e da imagem, significando a realidade, pautando valores e condutas.¹⁸² Isso fica exaltado nas palavras de Barroso quando traz o imaginário alicerçado no município, em trabalhos sobre a referida empresa, quando diz que “Santo Antônio da Patrulha é conhecida no cenário regional, como a *Terra dos Canaviais, Terra da Cachaça e da Rapadura*, e os que nela nasceram, de *rapadureiros*” (BARROSO in BEMFICA; [et all.], 2000, p. 812). O local “parecia o *eldorado* para centenas de minifundiários, que herdaram dos seus pais e avós a tradição de *ser canavieiro*, mas cujo rendimento, pequeno, na produção artesanal o desestimulava a permanecer na terra face os apelos da cidade e seus arredores, diante do *milagre brasileiro* (BARROSO in BEMFICA; [et all.], 2000, p. 813)”. (grifo da autora).

O monumento do lavrador açoriano (elemento sob a letra E no mapa anteriormente demonstrado) idealiza uma representação heroica dos colonizadores açorianos no município, estando estes retratados como “valerosos trabalhadores”. Ruben Neis exemplifica essa visão romanceada quando descreve o pioneirismo da povoação quando diz que,

Os pioneiros do povoamento foram heróis que se aventuravam a uma vida cheia de riscos e perigos os mais diversos. Analisando as distâncias existentes, o pequeno número de moradores, a labuta diária no mundo de suas fazendas e lavouras, a falta de igrejas, de escolas e de vida social, chega-se a compreender o homem concreto daquele tempo, suas atividades, seus usos e costumes, sua maneira de pensar e de agir, seus amores e suas intrigas, seus sofrimentos e suas alegrias, suas lutas e dificuldades, sua religiosidade e seu espírito comunitário, sua vivência na sociedade e seu relacionamento com o mundo em que se encontrava (NEIS, 1975, p. 15).

O espaço acima referido encontra-se no caminho que leva à imagem de Santo Antônio. Ali o lavrador açoriano trabalha no preparo da terra para o plantio da cana-de-açúcar, a qual era transformada posteriormente em açúcar, cachaça e rapadura, atividade que até a atualidade se mantém como fonte de renda para o município. Além desta conotação econômica, o monumento¹⁸³ representa o imaginário da ligação deste imigrante com o meio

¹⁸² PESAVENTO, 2002, p. 8.

¹⁸³ Os monumentos, ou melhor, as esculturas contidas no parque diferem-se uma das outras em seu aspecto físico, pois em algumas destas delas ocorre um detalhamento de características, possibilitando uma aproximação da realidade devido à riqueza de detalhes, mas em outras, o que fica marcado é sua rusticidade, podendo às vezes, serem interpretadas como obras burlescas. Isto caracteriza a possível dificuldade do artista que construiu as esculturas no trabalho de detalhar formas humanas, exceto na construção da imagem de Santo Antônio, na qual utilizou-se de gesso, material que possibilitou ao artista um maior requinte nos detalhes, além de cimento, areião e ferro, material utilizado nas demais esculturas. As esculturas demonstram a preocupação de proprietários e artista com a busca pelo detalhamento de formas e pinturas destes monumentos visando à aproximação contextual da época que procuram retratar. A busca por construir um monumento em tamanho real,

ambiente à sua volta, pois ao lado deste trabalhador encontra-se seu animal de estimação, possivelmente seu auxiliar na lida do campo. Além disso, o monumento traz em seu conjunto uma visão idealizada da realidade por retratar a posse da terra logo na chegada dos açorianos, realidade na qual, vários historiadores tem apontado pouco auxílio do governo no processo e início da instalação dos imigrantes açorianos. Todavia, após os primeiros 30 anos dessa colonização, o cenário abaixo poderia ser visto, conforme a imagem o representa. Analisando a imagem, verifica-se a riqueza do conjunto escultórico onde os animais e as ferramentas de trabalho são aproximações do real e onde a figura do trabalhador é destacada na sua faina diária. Esta representação ajuda a construí-lo como trabalhador fato que transparece também nos escritos de estudiosos do assunto.



Figura 14: Lavrador - Foto: Acervo Pessoal

A construção de imaginários sociais pode estar associada diretamente à criação de diferentes símbolos no intuito de reforçar determinada visão sobre o passado. Assim sendo, o arado destaca-se como símbolo do ideário de trabalho atribuído a esses imigrantes.

visava impactar o visitante, procurando reconstruir o contexto de época – ao menos o que tinham por visão de passado - através destes cenários.

Esses dados vêm ao encontro do que Pesavento retrata como uma das funções das representações sociais. Para a autora “[...] as representações, porque produzidas social e historicamente, não são anacrônicas, deslocadas ou necessariamente falsas, pois traduzem formas de sentir, pensar e ver a realidade (PESAVENTO, 2002, p. 162)”. Com isso, fica evidenciado que tal fato não foi pensado de forma neutra, sem nenhuma representação a ser ressaltada.

Acredita-se que a comunidade patrulhense reconhece atualmente a importância da memória como laço de identificação, e que ela está atrelada à construção ou determinação de lugares, sabendo que sua função é de bloquear o trabalho do tempo e do esquecimento. Os lugares de memória objetivam dar significado para a comunidade sobre determinados locais, fazendo com que haja um posicionamento sobre um determinado fato, procurando entendê-lo para que possam planejar o futuro através do conhecimento sobre o passado.

O Parque, sob o olhar da memória, ou mais precisamente sob a sua preservação, realiza uma tentativa de restituição da memória à comunidade contribuindo para a identidade da mesma.¹⁸⁴ Assim, as “visões de mundo e de fatos históricos” são construídas com o objetivo de mostrar aos indivíduos ou grupos formas de agir e tomar decisões, o que Abric¹⁸⁵ aborda no estudo das dinâmicas das interações e práticas sociais.

Uma das discussões que serão realizadas mais adiante nesse capítulo corresponde ao conceito de patrimônio. Por hora, apenas evidencia-se que o cenário composto no Parque pode (e deve) ser considerado patrimônio da comunidade patrulhense, e também patrimônio regional. Candau¹⁸⁶ diz que a elaboração da definição de patrimônio acompanha as interações das memórias individuais ou coletivas e acompanha a construção das identidades. “O patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma (CANDAU, 2011, p. 164)”.

Na área do Parque definida como espaço religioso estão os cenários que contam a história da origem de Santo Antônio da Patrulha, onde é realizado um teatro com um monólogo que possui o mesmo objetivo. Nessa área, os visitantes são “inseridos” no contexto da história e da apresentação teatral. É nesse espaço que inicia a trilha pelo meio da mata na qual o “Circuito Cultural” é conduzido. O primeiro cenário que traz elementos da história

¹⁸⁴ CANDAU, Jöel. Memória e identidade. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

¹⁸⁵ ABRIC, Jean-Claude. **A abordagem estrutural das relações sociais**. In MOREIRA, Antônia S. P.; OLIVEIRA, Denise C. de. Estudos Interdisciplinares de Representação Social. Goiânia: AB Editora, 1998.

¹⁸⁶ Idem 184.

daquele município (elemento sob a letra F no mapa de localização do Parque) mostra o trabalho realizado por trabalhadores mulatos e escravos negros nas lavouras de cana-de-açúcar, sob a fiscalização de Manuel de Barros Pereira. Tal cenário mostra quem trabalhava na lavoura desde o início da ocupação do território de Santo Antônio da Patrulha, e principalmente quem detinha o poder de mando na sociedade colonial da época. Além disso, sobressai-se a importância de Manuel de Barros Pereira na história do município. A representação do papel social desse personagem está impregnada na memória dos patrulhenses. A consolidação da memória coletiva só é possível se ocorre dentro do grupo uma memória forte enraizada em uma tradição cultural, onde a glorificação e elogio aos heróis servem de cimento para as suas próprias existências.



Figura 15: Trabalhadores nas lavouras de cana-de-açúcar – Foto: Acervo Pessoal

Na imagem acima destaca-se o trabalho do artista¹⁸⁷ em relação à figura humana, que apesar de serem imagens rústicas, elas retratam com certa fidelidade as ações dos personagens

¹⁸⁷ As poucas informações que tivemos do artista responsável pela execução da obra de criação dos monumentos, revelam que sua origem remonta ao Estado de Goiás, e que cada um dos monumentos foi construído sem o auxílio de ninguém, respeitando o projeto montado pela equipe de *marketing* que elaborou o empreendimento.

não havendo nenhuma dificuldade em diferenciar escravos de homens livres. Pode-se também verificar que o artista destacou diferenças entre africanos e indígenas através do formato do cabelo afrodescendente da figura do escravo e dos indígenas. A continuação desse conjunto escultórico compõe-se de imagens onde aparecem Manuel de Barros, Margarida e Inácio. Nela todos aparecem com o cabelo liso, sendo este alisamento de cabelo talvez, uma diferenciação entre etnias, no sentido de pensar a personagem Margarida como alguém que pertence a uma camada social mais elevada. No caso dos personagens Margarida e Inácio, o alisamento do cabelo pode significar ainda um processo de branqueamento (o cabelo liso marca a etnia lusa e o cabelo cacheado marca a etnia africana), e também distinção, pois havia a iniciativa por parte dos mentores do empreendimento de marcar a questão de ambos serem filhos de elementos luso-açorianos com escravas, mas estavam na *fronteira*¹⁸⁸, pois não eram mais nem africanos e nem lusos.



Figura 16: Manuel de Barros Pereira comandando o trabalho na lavoura com Margarida próxima lendo um livro – Foto: Acervo Pessoal

¹⁸⁸ O termo *fronteira* esta sendo pensado aqui segundo François Hartog, que trata de indivíduos que estão sempre na fronteira, não conseguindo construir uma alteridade em relação ao outro, pois está nos dois lados, não é mais grego, contudo não se tornou troiano, é algo na intersecção de ambos. Ver: HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Nesse mesmo cenário (elemento sob a letra F no mapa de localização do Parque), encontra-se uma escrava cozinhando em um fogo de chão ao lado de Margarida que se encontra lendo, sentada próxima de seu pai que fiscalizava os escravos na lavoura. A personagem de Margarida da Exaltação da Cruz, filha de Manuel de Barros Pereira, é a figura principal da história de amor representada no Parque e o seu lugar no conjunto de esculturas é central. Ela é uma mulher negra (ou parda-forra), mas o seu lugar é de “sinhazinha”, de dona, ao menos na representação exibida no Parque. É simbólica a representação da leitura que Margarida encarna.

Na visão do artista escultor a personagem deveria ser representada num lugar especial, central e onde ela pudesse ser distinguida por sua habilidade de leitura. Este aspecto distintivo a colocava num certo patamar no contexto da época. O cenário acima permite várias interpretações e simbologias, pois mostra também como os grandes proprietários tratavam seus escravos, exercendo seu poder de mando, sublinhando a legitimidade de seu poder e influência. Vislumbra-se por fim, na cena acima, uma escrava cozinhando ao lado de Margarida. A cozinheira seria uma escrava e mãe da menina? Tudo indica que não, pois em 1742, nascera Margarida e 1748 Teresa Pereira de Jesus casara-se com Pedro Fernandes, logo impossibilitando esta comparação.

Aos 29 anos de idade, pelo ano de 1742, Manuel de Barros Pereira teve com sua escrava Teresa uma filha, que ele reconheceu, e que recebeu o nome de Margarida da Exaltação da Cruz [...] Seria a escrava Teresa Pereira de Jesus a mesma que mais tarde casou com o índio Pedro Fernandes, e que por ocasião do batismo da filha Juliana, em 27 de maio de 1748, consta como “Teresa Pereira tapanhuna da Costa da Mina” [...] (NEIS, 1975, p.82).

Este espaço do parque ainda conta com monumentos/esculturas que representam a patrulha e a guarda através dos soldados dragões e de seu acampamento, aliado a esculturas de animais como cavalos, vacas, ovelhas e cães, juntamente com uma representação de um encontro entre Margarida e Inácio. Esse aspecto do cenário procura demonstrar que a relação entre os indivíduos que circulavam naquela via e o provedor da Fazenda Real acontecia de uma forma respeitosa, além de petrificar o início do relacionamento dos dois e de como se conheceram.



Figura 17: O Registro – Foto: Acervo Pessoal

O cenário construído com os soldados do Registro mostra uma livre interpretação do escultor, já que os soldados não se instalaram em acampamentos, mas em ranchos. Havia também currais para o gado naquelas paragens. Quanto ao chimarrão percebe-se que ele estava sendo apreciado, embora não fizesse parte da paisagem da época. Isso fica por conta do imaginário e da tradição.

Já na figura 18 (elemento sob a letra F no mapa de localização do Parque) permite ao historiador analisar os encontros, supostamente escondidos, de Inácio e Margarida, já que, como citado por Neis¹⁸⁹, Manuel de Barros desaprovava o relacionamento devido à idade que os amantes tinham e a condição de herdeira de Barros, que possibilitaria a Margarida um casamento mais afortunado.

A questão de diferença de idade entre ambos fica exemplificada, mesmo com a rusticidade das esculturas analisadas neste cenário. Segundo algumas interpretações, ambos poderiam ter se conhecido quando Barros tivesse ido ao Registro fazer o pagamento de impostos referentes às tropas que enviava a São Paulo. Uma encenação teatral que transmite a história sobre o relacionamento entre Margarida e Inácio, seu casamento e a construção da primeira capela, é apresentada nesse espaço, entretanto essa encenação inicia no local e

¹⁸⁹ Obra abordada no decorrer desta dissertação, publicada por Neis em 1975.

percorre outros cenários, sendo finalizada aos pés da imagem de Santo Antônio. Na figura esculpida é possível inferir o olhar apaixonado trocado entre ambos. O distanciamento e as vestimentas não permitem concluir que o relacionamento fosse escondido, mas o lugar, uma clareira no mato leva a esta interpretação.



Figura 18: Encontro entre Margarida e Inácio – Foto: Acervo Pessoal

Ainda nessa área, na trilha de entrada no meio da mata, entre o “Bosque da Margarida” e o cenário da Fazenda de Manuel de Barros, outras esculturas estão expostas, como as estátuas de um escravo negro jovem, uma escrava carregando um balaio na cabeça e nas suas costas um filho pequeno e à sua frente uma criança negra nua. Ali são representados os afazeres diários dos escravos, a vida cotidiana na fazenda, além de tentar demonstrar uma possível organização familiar na cena representada em ferro e cimento dos escravos inserida a partir da criança pequena que acompanhava a mãe.



Figura 19: Escrava no trabalho diário – Foto: Acervo Pessoal

Entre o cenário do Registro e o espaço onde foi erigida a estátua gigante de Santo Antônio e o casamento de Margarida e Inácio. Encontra-se a escultura de um padre (elemento sob a letra G no mapa de localização do Parque). Analisando a imagem entre os cenários dos encontros escondidos de Margarida e Inácio e o cenário do casamento destes, vislumbrava-se aí uma percepção da importância da Igreja, instituição que estava disposta a amparar a causa dos namorados, e pronta para solucionar o impasse causado pela desaprovação do casamento pelo pai de Margarida, Manuel de Barros Pereira.

Confirma-se pela imagem do pároco no contexto da história contada, o papel que a Igreja representava no Estado. Neis confirma isso quando retrata Manuel de Barros Pereira como “homem de muita importância nos primeiros tempos de Santo Antônio da Patrulha, fazendeiro de grandes recursos e muitas posses [...] (NEIS, 1975, p.77)”. O que intriga na escultura é a cor designada para a estola do padre¹⁹⁰. Seria um momento comum dentro das passagens litúrgicas ou seria realmente um momento de preparação e penitência?

¹⁹⁰ Estola na cor Roxa: preparação e penitência: (Quaresma, Advento, celebração da confissão, unção dos enfermos e exorcismo).



Figura 20: Pároco da Vila de Viamão – Foto: Acervo Pessoal

O principal cenário do parque quanto à história da cidade (elemento sob letra H no mapa de localização do Parque) tem sido considerado como um “lugar de memória” que possui um poder simbólico próprio, como se vê nesta pesquisa. Tal cenário seria a edificação da imagem de Santo Antônio, e aos seus pés, juntas, as esculturas de Margarida, Inácio e do pároco.

Além dessas imagens, para completar o grupo esta a capela em tamanho diminuto com um sino atrelado a uma de suas paredes. Pesavento nos diz que a dimensão simbólica das imagens [...] reside na necessidade [de] se atribuir significados rituais e míticos as coisas e as práticas sociais, assim entende-se a necessidade do monumento ligado a mitos de origem (PESAVENTO, 2002, p. 162). A imagem de Santo Antônio como se vê ao longe, caracteriza-se pela monumentalidade. Ela tem 15 metros de altura e cerca de 5 toneladas. Situada na parte mais alta da colina, domina o cenário e, se iluminada, pode ser vista por um número significativo de patrulhenses.

A figura em si, não difere de outras imagens conhecidas de Santo Antônio, com o menino Jesus em um dos braços (direito) e um livro (Bíblia) na mão esquerda. Por uma

questão de visibilidade crê-se, que a roupa do santo é clara e não da cor marrom, característica do hábito dos franciscanos.

Nesse contexto, fica evidenciado o imaginário e o simbolismo afirmado quando se relaciona a imagem do santo ao casamento de Inácio e Margarida, possibilitando a construção de uma representação que se associa à construção do imaginário de “santo casamenteiro” a Santo Antônio. A ligação entre o fato e a escolha ocorre posteriormente, pois a atribuição do casamenteiro já era dada a Santo Antônio, do qual Margarida era devota.¹⁹¹ Maria Eunice Maciel estudando as questões ligadas ao imaginário social afirma que,

[...] para serem legitimados como heróis, é necessário uma ação cujo sentido é considerado excepcional, implicando um “sacrifício” e aproximando-se da categoria de “mártir”. [...] Em primeiro lugar estão os monumentos, que trabalhando com a memória, fazem recordar e perpetuar esta recordação (MACIEL in FÉLIX, ELMIR, 1998, p. 81).

Margarida e Inácio emergem no imaginário construído e divulgado pelo Parque da Guarda (realizado por Tebaldi) como heróis, pois superaram as adversidades que contrapunham seu relacionamento para viverem seu amor e exercerem sua fé. Choay adverte que a eficácia simbólica dos monumentos dependerá do local estratégico no qual foram construídos, em um espaço social da cidade¹⁹². Neste contexto de análise, olhar separadamente as imagens agrega novos elementos para o estudo das representações construídas sobre cada um dos monumentos. Comparando a imagem de Santo Antônio as outras esculturas, pode-se perceber que a fisionomia do santo é suave, quase dócil, enquanto que algumas das outras imagens humanas do parque são quase grotescas e apresentam algumas desproporções quanto ao rosto, o corpo, e a altura.

Verifica-se, porém, que o escultor ao fazer seu trabalho reproduziu o pedido do idealizador do Parque. Sua solicitação possivelmente está ancorada no grande número de monumentos representando diferentes santos existentes nas cidades brasileiras. Assim, a par de contar uma história de amor que tem o santo como orago, o que o mentor do Parque faz é também a sua homenagem e contribuição à cidade e a seu padroeiro.

¹⁹¹ Segundo NEIS, Barros enviou em 1754, pedido de licença ao bispo do Rio de Janeiro para a construção de um oratório, em carta de sesmaria de 1755, Barros reconhece como Fazenda Santo Antônio, a fazenda na qual reside, assim fortalecendo esta suposta relação simbólica.

¹⁹² CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. 3 ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

Voltando a observar a imagem de Santo Antônio¹⁹³ é possível identificar-se nela também uma representação da religiosidade da comunidade patrulhense. Figueiredo afirma que os povoadores lusitanos implantaram o catolicismo como religião oficial, adotando vários ritos e doutrinas.¹⁹⁴

Assim, o povoador lusitano que aqui chega, implanta a religião católica e traz os vários rituais e formas de aplicação da doutrina cristã. Dentro destes rituais temos as festas religiosas em honra aos santos como Santo Antônio, Divino Espírito Santo, à Nossa Senhora do Rosário e outros santos. De uma parte do reino português, do Arquipélago dos Açores, vem também um povo cuja característica marcante é a religiosidade (FIGUEIREDO in BEMFICA; [et. all.], 2000, p. 404).



Figura 21: Santo Antônio ou Fernando de Bulhões: santo casamenteiro – Foto: Acervo Pessoal

¹⁹³ Segundo Figueiredo, “Santo Antônio, ou melhor, Fernando de Bulhões, nobre português, nasceu em Lisboa a 15 de agosto de 1195. Com 15 anos foi ao convento apresentar-se e pedir o hábito de Santo Agostinho. Com 25 anos conheceu cinco discípulos de São Francisco de Assis, conhecendo assim o trabalho dos franciscanos. Mais tarde após muita meditação entrou para esta ordem onde recebeu o nome de Antônio. Destacou-se como pregador. Conta à tradição que já fazia milagres. Em 13 de junho de 1231, numa sexta-feira, ao pôr-do-sol, morreu o santo, em Pádua, na Itália (FIGUEIREDO in BEMFICA; [et. all.], 2000, p. 404).

¹⁹⁴ FIGUEIREDO, Lézia M. C. **Religiosidade Católica no Perímetro Urbano e Adjacências de Santo Antônio da Patrulha**. In BEMFICA, Coralia Ramos; [et. all.]. Santo Antônio da Patrulha: re- conhecendo sua história. Porto Alegre: EST, 2000. p. 403-414.

Ao observar a imagem do casamento de Inácio e Margarida, e a capela ao lado, percebe-se a força e o simbolismo do catolicismo oriundo dos moradores da região de Santo Antônio da Patrulha. Para eles, desde o início a vida se organizava em torno da igreja e de seus preceitos, em especial o casamento. Inácio e Margarida aparecem como os fundadores do município e construtores da capela que servia agora como marco espaço-temporal da ocupação de terras da cidade. Na capela, o sino simboliza a anunciação, logo sendo apontado como revelador de boas novas para a comunidade.

Um detalhe da escultura que observa-se relevante refere-se à forma como as mãos de Margarida e Inácio estão dispostas no momento em que estão ajoelhados diante do pároco. Elas estão unidas o que pode denotar a decisão do casal em unir-se. Observa-se no gesto da personagem a disposição ao enlace, ao ato de casamento, o que confere com a história pregressa de ambos.



Figura 22: O casamento de Margarida e Inácio e a capela – Fotos: Acervo Pessoal

A análise dos espaços do Parque que abordam a história de Santo Antônio da Patrulha incluiu também uma moenda (elemento sob letra G no mapa de localização do parque). Ela cumpre sua função simbólica quanto aos visitantes, pois desde o início da ocupação do território, a cana de açúcar já estava presente na vida dos patrulhenses. Barroso comenta que “os açorianos já se haviam encarregado de fomentar o cultivo da terra. A ocupação passava agora a concentrar-se na agricultura [pós 1770] com o predomínio do plantio da cana e do trigo (BARROSO, 1979, p. 112)”.

Além disso, a autora comenta que os primeiros engenhos de açúcar foram introduzidos no Rio Grande de São Pedro pelos irmãos Antônio Nunes Bemfica e Manoel Nunes Bemfica durante o século XVIII, e também ressalta que no final dos anos de 1700 os derivados da cana eram transportados e comercializados pelos tropeiros nos caminhos pelos “Campos de Cima da Serra” em direção a outras áreas da Colônia. Barroso¹⁹⁵ também analisa a revolta dos produtores de aguardente quanto ao pagamento do “Subsídio Literário” ao governo provincial.

Santo Antônio da Patrulha tornou-se o maior contribuinte para os cofres da Província a partir de 1827, dada a importância da cana de açúcar na economia de Santo Antônio no decorrer de seu processo histórico. A partir de 1950, houve um novo impulso quanto à produção do “açúcar mascavo”, por ser um produto indispensável nas fábricas de café e de vinho que se multiplicavam no território gaúcho. Assim, a história local acabava por manter a identidade já consagrada de “região canavieira no estado”.

¹⁹⁵ BARROSO, Véra Lucia Maciel. A agromanufatura do Açúcar em Santo Antônio da Patrulha e no Litoral Norte/RS: A ilusão de um projeto coletivo. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lucia Maciel (orgs.). **Raizinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha: Conhecendo e preservando nossa história.** – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012.



Figura 23: Moenda – Foto: Acervo Pessoal

3.3 A imagem e o discurso no fortalecimento de um imaginário

Segundo Pesavento¹⁹⁶, a literatura produz representações e transformações sobre o urbano e seus espaços além de demonstrar as sensibilidades e sociabilidades de seus agentes. Analisando o Parque da Guarda nessa perspectiva trazida pela autora, observa-se que o mesmo criou inúmeros discursos sobre a cidade de Santo Antônio da Patrulha, através de uma história de amor contada por meio de estátuas em ferro e cimento, de uma encenação teatral, de um logotipo (marca) da empresa que produzia o espaço, através de *folders* de apresentação do lugar, bem como de um *site* oficial do empreendimento. “[...] Consideramos que a literatura tem, ao longo do tempo, produzido representações sobre o urbano, que traduzem não só as transformações do espaço como as sensibilidades e sociabilidades dos seus agentes (PESAVENTO, 2002, p. 13)”.

¹⁹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

No espaço do Parque, identificado como “Bosque da Margarida” (elemento nº 4 no mapa) relacionam-se a esfera cultural e a esfera religiosa. É o local onde ocorre uma encenação teatral que conta partes da vida da personagem. A encenação de 30 minutos é apresentada por uma atriz que representa os negros que trabalhavam com Manuel de Barros Pereira, uma imigrante luso-açoriana e principalmente representa a própria Margarida da Exaltação da Cruz no relato sobre o passado da região.

Assim mostra-se um Manuel de Barros Pereira colonizando e cultivando estas terras com o auxílio de escravos e homens brancos livres (talvez açorianos). Também retrata-se o namoro de Inácio José e Maria da Exaltação (escondido e proibido), o casamento dos dois, a vinda dos filhos, e por fim Margarida, enlouquecendo e morrendo aos 21 anos.

O nome da peça teatral “O amor proibido na terra dos canaviais” está ligado a curta história de Inácio e Margarida, e o desfecho dado pela Igreja com o casamento até a sua morte. Na encenação, a história do romance que originou possivelmente à cidade de Santo Antônio da Patrulha é contada por uma de suas personagens, Margarida da Exaltação da Cruz, em meio aos monumentos que retratam justamente as passagens.

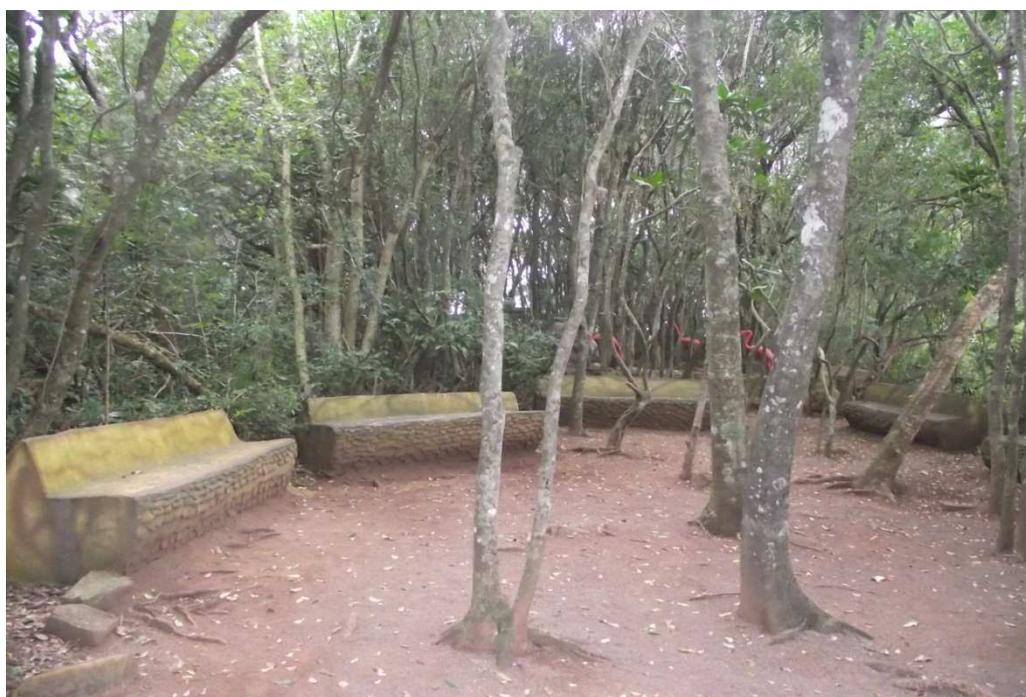


Figura 24: Bosque da Margarida – Foto: Acervo Pessoal

O texto da peça teatral apresentado no Parque é a representação de personagens da vida cotidiana da fazenda e da história local, seja a imigrante açoriana, a escrava, o soldado do registro, Manuel de Barros e mesmo Margarida. Nesta construção textual é representado períodos de grande alegria, onde podia-se ser feliz e até romântico, e isso fica claro quando uma atriz afirma que *“quem sabe sorrir sabe viver”* ou quando convidam os visitantes a *“reviver um dos mais belos romances que já se ouviu falar por esses lados”*. Para falar de Manuel de Barros Pereira, o texto teatral faz uma imersão pela Lagoa do Barros: *“Pois bem, por aqueles lados, um homem voluntarioso, destemido e trabalhador, chamado Manuel de Barros Pereira, lá pelo ano de 1734, fixa-se nas margens da formosa lagoa e por falar em Formosa, esse ficou sendo seu primeiro nome, mais tarde Lagoa do Defunto Barros e hoje apenas Lagoa do Barros. Mas esse é só o princípio dessa história que guarda nas entranhas diferentes surpresas desde a chegada desse bravo tropeiro, um dos primeiros povoadores do continente”* de São Pedro. Ruben Neis retrata em seu livro que Manuel de Barros “em 3 de julho de 1734 [...] assinou, em São Paulo, justamente com o Padre Manuel da Silva Albuquerque e Antônio Lopes Cardoso, este último proprietário de terras perto de Itapoã, uma representação contra as pretensões de Brito Peixoto, que pediu ao Rei de Portugal para si e suas famílias toda a extensão das terras desde Tramandaí até São José do Norte. Pela representação demonstra que Manuel de Barros já conhecia perfeitamente o Rio Grande, e tinha aqui seus interesses (NEIS, 1975, p. 79)”.

Em dado momento, a atriz transforma-se em Barros e comenta, ao bater nas costas do monumento de um escravo: *“Foi uma bela aquisição!”*. Seguindo a encenação a atriz passa a interpretar uma das escravas do tropeiro dizendo: *“O sinhô Barros é um homem muito rico, é dono de tudo por aqui, possui muitas léguas de sesmaria, é dono de muitos escravos, tem posse, tem poder. Acontece é que ele se “amancebô” com uma escrava lá na senzala, a Tereza Pereira de Jesus. A Margarida nasceu por causa que essa aí se amancebo com o sinhô, Margarida Exaltação da Cruz, parda-forra. A menina é a razão de ser da vida do sinhô Barros, sabe “lê” e “iscreve” coisa que nenhuma “muié” sabe. Aqui é pertinente trazer para o texto o que diz Santos ao acreditar que o processo educacional de Margarida fazia parte de uma estratégia de Manuel de Barros para inserir-se nas principais famílias do Continente de São Pedro.*¹⁹⁷

¹⁹⁷ SANTOS, Sherol dos. **Apesar do cativoiro**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824). Dissertação de Mestrado: Unisinos, 2009.

“Se nem mesmo os membros da nascente elite rio-grandense preocupavam-se com as habilidades de leitura e escrita, bastando-lhes a assinatura e, no caso das moças, como as distintas filhas do pioneiro Jerônimo de Ornelas, nem isso, por que, então, Manoel de Barros investiria no letramento de sua filha bastarda? A bastardia por si só não era empecilho. Prova disso é que a principal família lagunense responsável pela expansão rumo ao sul, os Brito Peixoto, tinham boa parte da linhagem miscigenada, envolvidos em relações consensuais. Por isso, acreditamos que esse investimento fizesse parte da estratégia de Manoel de Barros para inserir-se, através do casamento de sua filha nas principais famílias do Continente [...] (SANTOS, 2009, p. 79)”.

A atriz continua sua explanação incorporando uma imigrante açoriana e comentando sobre as possibilidades de Margarida na vida: “*A Margarida no esplendor dos seus treze anos é rapariga encantadora, bela, filha única do rico estancieiro. Ora, pois, a menina é muito requisitada, não só pela cultura, mas especialmente pela riqueza*”. Nesse sentido, sua fala aproxima-se das reflexões de Santos¹⁹⁸.

Ao conduzir os visitantes para o cenário do Registro, a atriz comenta sobre a fundação do mesmo: “*Esse ano de 1734 foi mesmo um ano de acontecimentos... pois eis que foi aberta a importante Estrada dos Tropeiros, dita por uns, ou Estrada Real, dita por outros. Ah, tudo está ficando mais perto, as facilidades estão aumentando. Ora, pois, nem só boa coisa se tem feito, o contrabando de gado ficou demasiado grande, mas eis que surge então a grande providência do Governo: a Guarda, assim chamada por uns ou Patrulha, por outros, é deveras eficaz, pois além de controlar a falta de princípio desses larápios, também cobra os impostos sobre os animais. É a localidade está ficando deveras valorizada, prestigiada*”. Essa passagem da forma como foi descrita retrata uma visão mais antiga sobre a ocupação do território patrulhense e com a qual não reflete a da historiadora Véra Barroso para quem, como já apontamos no capítulo 2, o período do tropeirismo juntamente com a estrada de Cristóvão Pereira de Abreu e a criação do Registro da Guarda é que dará início a povoação de Santo Antônio da Patrulha. Barroso não enfatiza a questão do contrabando de gado ou a existência de uma patrulha para contê-lo como condição para a existência da povoação citada. Outra observação importante refere-se ao ano trazido pelo teatro como o da criação do Registro, pois segundo dados levantados por Neis, “o Registro da Serra, ou Registro de Viamão, em Santo Antônio da Patrulha, surgiu pelo ano de 1735. Nesse tempo já existia o Registro de Curitiba. Pelo ano de 1770 foi instalado mais um, denominado Registro de Santa

¹⁹⁸ Idem 197.

Vitória, às margens do rio Pelotas, nos limites do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Para sua instalação procurava-se geralmente um lugar de passagem obrigatória para as tropas, onde não houvesse facilidade de desviar o gado por outras estradas (NEIS, 1975, p. 73)”.

Nesse mesmo cenário ainda, a atriz interpreta o papel de soldado da guarda, o que faz com que a peça teatral fortaleça o imaginário sobre a importância e a seriedade dos serviços prestados na “Guarda Velha de Viamão”: *“O bezerro é novo demais para prosseguir na estrada, diz o soldado a liberação só sai com tudo nos conformes”*. Retornando ao papel de açoriana, a atriz acena como se estivesse vendo a passagem de Inácio José de Mendonça com pressa sem parar para tentar auxiliar na resolução da questão do bezerro: *“Olhem quem vem lá, é o Inácio José de Mendonça. Mas que pressa, nem parou para tentar resolver a situação do Zoreia como é de costume. Esse pardo forro, filho de um padre e de uma escrava... se estabeleceu pelos lados de cá com casas e roças na borda do Mato da Serra Geral de Viamão pelo ano de 1743, veio exercer seu cargo de soldado aqui na Guarda. Ora, pois, agora já duas vezes viúvo e com mais de quarenta anos anda se engraçando com a menina Margarida, a filha querida do poderoso Manuel de Barros. “Boi velho gosta é de erva tenra!” Em que circunstância terá o destino aproximado e despertado tamanha paixão na culta e rica menina e no viúvo quarentão?”* Nesta passagem, a encenação entra na cena da história de Santo Antônio da Patrulha. Inácio José de Mendonça era um pardo forro, e (seguindo a mesma linha de raciocínio de Santos¹⁹⁹), “interesseiro”, pois vislumbrava a mesma ascensão que Manuel buscava ao querer casar a filha com um bom moço, principalmente se este fosse rico e membro de alguma família importante do sul do Brasil.

No cenário que retrata o namoro escondido a atriz primeiramente incorpora a imigrante açoriana, e celebra o encontro do casal: *“Ah! Aqui estão escondidos... foram tantos os bilhetes... os impedimentos”*. Aqui o discurso remete aos encontros escondidos de Inácio e Margarida por causa da não aprovação do relacionamento por parte de Manuel de Barros Pereira. Outro fator que é abordado trata de uma possibilidade de que estes encontros teriam acontecido mesmo antes da morte da segunda esposa de Inácio (em 17 de abril de 1755), pois em 30 de agosto do mesmo ano, de posse do bilhete escrito por Margarida, Inácio consegue o requerimento de busca e depósito de Margarida em um local seguro, a fim de aguardar a aprovação dos espousais do casamento.

¹⁹⁹ Idem 197.

Neis retrata que “falecida à segunda mulher, realizou-se no mesmo ano de 1755 o terceiro casamento de Inácio José de Mendonça (NEIS, 1975, p. 114). A seguir a encenação ganha outra atriz, pois Margarida passa a contar sua romântica história: *“Da mesma forma, muito bem te quero Inácio, mas o senhor meu pai de forma alguma permite o nosso enlace. Muita obediência e respeito devo a ele que com extremado amor me tem criado, caríssimo. Não te sintas assim tão triste, havemos de resolver essa questão. Não posso, com que desencanto receberia o senhor meu pai tal notícia... meu coração amarrado sufoca-me o peito”*. Seguindo a linha de análise desenvolvida até aqui, expõe-se a passagem escrita por Neis em sua obra em 1975, quando este demonstra a repulsa de Barros em relação à Inácio José de Mendonça.

Manuel de Barros de nenhuma maneira permitiu o namoro e casamento de sua filha com Inácio José de Mendonça. Sendo ela filha única e muito jovem, era herdeira universal de seus grandes bens e tinha muitas possibilidades na vida. Conforme os cálculos do pai, ela certamente deveria conseguir um marido rico e igualmente jovem, preferivelmente branco, que eram os socialmente mais conceituados, com o qual ela pudesse viver muitos anos em grande felicidade. *Para o pai, não servia o mulato, já quarentão e duas vezes viúvo* (NEIS, 1975, p. 115-116). (Grifo nosso).

Nesse instante da encenação, a atriz volta a ser a imigrante açoriana, dizendo: *“Pobre coração enamorado! “Amor, amor, pouca honra e muita dor!”... De posse do bilhete no qual Margarida afirmou querer casar-se com ele, apesar da oposição de seu pai Manuel, Inácio José de Mendonça lança-se em direção a Viamão para junto ao Vigário iniciar os autos de habilitação do casamento. E conduzindo os visitantes até o espaço onde se encontra a estátua do vigário, continua explanando: “Percorrendo longo caminho, com a ansiedade a incomodar-lhe o peito, lá foi ele em direção ao almejado... Vem, vem depressa! Esse bilhete há de mudar o rumo dessa história. Qual será o destino do casal enamorado caso o bilhete se perca? “Embora tarde sempre chega a verdade”. Se apressa na leitura do escrito seu Vigário que o Romance tem pressa!*

Margarida volta à cena e lê o bilhete: *“Eu Margarida da Exaltação prometo a Deus e à Virgem Maria de casar co Inácio José de Mendonça por ser de minha livre vontade e sem constrangimento de ninguém a minha vontade lhe faço este com que peço a Vossa Mercê que queira de casa de meu pai efeito de nos casarmos e o mesmo senhor queira a Vossa Mercê com saúde casa sua amte”*. Margarida da Exaltação.²⁰⁰

²⁰⁰ MENDONÇA, Ignacio José de & Cruz, Margarida da Exaltação da. Autos Matrimoniais. Viamão, 1755. f. 7. Porto Alegre. Arquivo do Arcebispado apud NEIS, 1975, p. 116.

Nesta passagem verifica-se que a peça aproxima-se dos escritos de Neis²⁰¹ como subsídio de construção e legitimação do bilhete, já que o autor é a principal fonte do mesmo. Atualmente, a peça na sua forma escrita permite verificar que no jogo de personagens a interprete incorpora Inácio e a própria Margarida, mas sem incorrer em erros de divulgação da história.

A apresentação continua com a fala da imigrante açoriana sobre os preparativos do casamento: *“Sendo assim entregue o bilhete, no dia 30 de Agosto de 1755 foi feito e assinado o mandado que requeria a busca da menina Margarida, com toda a modéstia e recato, por um meirinho do juízo. Confirmando que havia contraído esponsais com Inácio, Margarida tem seu pedido aceito e logo foi levada para uma casa honesta e segura a fim de ficar “depositada” durante as semanas de preparação do casamento... Vamos que não tarda... já correm os proclamas...”* A atriz continua abordando o casamento, lendo o documento para o público: *“Com o favor de Deus quer casar Inácio de Mendonça, viúvo que ficou por falecimento de Antônia Gonçalves Fontes, filho natural do Padre Luis de Mendonça, já defunto, e de Joana de Sousa, com Margarida da Exaltação Pereira, filha natural de Manuel de Barros Pereira e de Teresa Pereira de Jesus, e [nascida] e batizada nesta freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, e ambos os contraentes moradores nesta freguesia” (grifo nosso).*²⁰²

A passagem descrita remete a influência do catolicismo nos moradores da futura Santo Antônio da Patrulha, pois como sublinhamos no escrito teatral (baseado em Neis) ambos nubentes eram moradores da freguesia de Viamão. Isto quer dizer que até este momento (1755) não havia a localidade de Santo Antônio da Patrulha ainda. O volume 1 dos Anais do AHRS corrobora o que se observa sobre as origens do lugar, pois abrangendo um período entre 1737 a 1753 e transcrevendo os Atos dos Comandantes Militares no presídio de Rio Grande de São Pedro não há nenhuma referência a Santo Antônio da Patrulha neste material.

Outro documento importante sobre esta origem é o que foi escrito por Monsenhor Pizarro e Araújo – “Memórias históricas do Rio de Janeiro”- que faz referência no volume V

²⁰¹ NEIS, Rubens. **Guarda Velha de Viamão:** no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha. POA, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Sulina, 1975.

²⁰² Quanto a documento, encontra-se nesse item uma pequena modificação no nome da segunda esposa de Inácio, batizada como Antônia Gonçalves **de** Fontes, demonstrado na palavra grifada. MENDONÇA, Ignacio José de & Cruz, Margarida da Exaltação da. Autos Matrimoniais. Viamão, 1755. f. 7. Porto Alegre. Arquivo do Arcebispado apud NEIS, 1975, p. 115.

sobre a criação da capela de Santo Antônio e a colocam no ano de 1760, conforme também fazem outros historiadores.²⁰³

Aos pés do Santo diante do cenário do casamento de Inácio e Margarida, a atriz continua sua explanação sobre o desenrolar dos fatos após o enlace: *“Ahh... não há por aqui casal mais radiante que este!!! O casamento se deu aos 19 dias do mês de setembro de 1755 e os noivos com ares vitoriosos se deslocaram para as terras de Inácio e aí residiram... e atendendo a um pedido do vigário, construíram então a 1ª capela da região, logo elevada a curada no ano de 1760 e que teve como padroeiro por devoção Santo Antônio!!! Capela de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão, assim chamou-se... e tudo isso por aqui ganhou o nome dela!!! E mais tarde, bem mais tarde Santo Antônio da Patrulha!* Nesse momento da apresentação, quando a personagem retrata o nome da capela, fica evidenciada a fonte na qual o Parque fez uso para a elaboração da peça e dos espaços.

Ahh... mas que belo Santo Antônio! Que nem Antônio era, Fernando!!! Assim chamava-se o rapazote de 17 anos que recebeu chamado divino e que bom coração tinha! Ahh... que linda história vivendo comigo estão! A felicidade enche o peito! Segundo Figueiredo, a idade abordada pela encenação esta incorreta, pois Fernando de Bulhões, nobre português, nasceu em Lisboa em 15 de agosto de 1195. Aos 15 anos foi ao convento apresentar-se e pedir o hábito de Santo Agostinho. Posteriormente conheceu cinco discípulos de São Francisco de Assis e logo, o trabalho dos franciscanos. Mais tarde, entrou para esta ordem onde recebeu o nome de Antônio. E em 13 de junho de 1231, numa sexta-feira, ao pôr-do-sol, morreu o santo, em Pádua, na Itália.²⁰⁴

Por fim, a personagem açoriana revela o início das mudanças na vida dos recém-casados: *“Mas tempo traz tempo... e chuva traz vento... A Margarida teve 5 filhinhos, todos pardos...forros que graciosos eram... Sino no céu, desgraça na terra... Neste instante, a atriz incorpora a personagem Margarida no seu processo de alucinação: “Nãooooo! As conquistas, realizações, sacrifícios, sofrimentos...”* A imigrante açoriana volta a cena para encerrar o espetáculo e demonstrando o fim de Margarida: *“Ahh... a vida é tão árdua, tão tortuosa e o tempo... castiga, maltrata, mata! Nãooo Margarida! Tão jovem, tão culta e variada, louca, ela só tinha 21 anos e deixou o amado e os filhinhos... Ora pois, ela morreu... louca, louca, loucaaaaaaaaaa!”*

²⁰³ PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Volume 5, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

²⁰⁴ FIGUEIREDO in BEMFICA; [et. all.], 2000, p. 404.

Ao apresentar a encenação teatral sobre o surgimento do município em meio aos monumentos e cenários que exemplificam os fatos outrora acontecidos, o Parque visa impactar o visitante que o assiste, fortalecendo o imaginário e conhecimento da cultura patruhense vista por pessoas alheias à cidade.



Figura 25: Encenação teatral - Foto: Acervo Pessoal

3.4 A imagem e a propaganda: formas de comercializar uma história, um imaginário e um discurso.

Além da encenação, as visitas ao Parque proporcionaram o contato com outros elementos de análise como símbolos construídos no intuito de fortalecer o imaginário abordado pelo Parque. Assim, ao analisar o logotipo do parque: “Parque da Guarda- emoção e movimento na terra dos canaviais” verifica-se que o mesmo fortaleceu a representação

econômica do município ao destacá-lo como a terra dos canaviais, por ter sido a cana de açúcar a primeira presença na agricultura local, e estar lá até hoje.

Quanto ao símbolo do parque, identifica-se nele objetivos relacionados à importância econômica e histórica do arroz e da cana-de-açúcar para Santo Antônio da Patrulha, a forte religiosidade da comunidade, e as possíveis conexões com a indústria, que em sua própria história o Parque fomenta.



Figura 26: Logotipo do Parque da Guarda

Já o *folder* de apresentação do parque aborda suas características e espaços, convidando o visitante para conhecer o “Circuito da Cultura” e o “Museu da Cachaça de Alambique”. O *folder*, por sua vez, contém também um elemento discursivo que procura inserir o visitante dentro dessa história envolta em misticismo, além de ter como objetivo localizar o visitante dentro do complexo do parque, já que possui um mapa do empreendimento.



Figura 27: Folder de divulgação

Ao consultar outros materiais como um Guia Turístico criado pela administração municipal intitulado “Santo Antônio da Patrulha-RS: Terra do sonho, da cachaça e da rapadura” vislumbrou-se a inserção do Parque da Guarda na propaganda municipal ligada ao setor turístico. Neste *folder* é apresentada a história de Santo Antônio, além de eventos e tradições culturais. Ele retrata o turismo rural e gastronômico na parte externa do material. Na parte destacada é apresentado o *slogan* “Turismo histórico, cultural, religioso e de lazer”, onde são identificados todos os locais considerados turísticos na cidade, sendo que os espaços do Parque da Guarda estão apontados no guia. Nesse momento percebe-se já uma pequena inserção do Parque e todo o complexo de turismo no quadro turístico de Santo Antônio da Patrulha. Abaixo dessas informações encontra-se um mapa da área urbana da cidade, além do *slogan* “Uma referência açoriana do RS”.

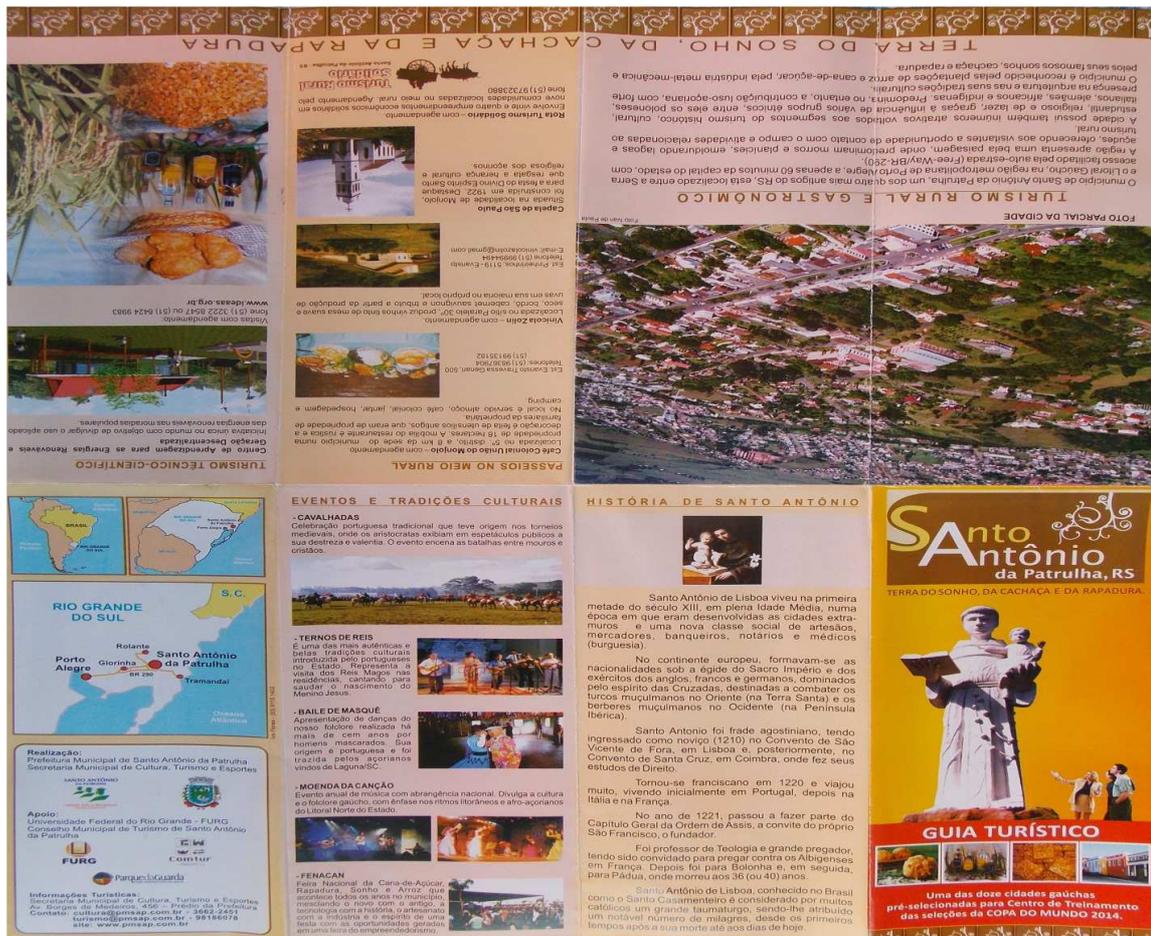


Figura 28: Vista externa do folder turístico municipal.



Figura 29: Vista interna do folder turístico municipal.

O *site* do empreendimento apresenta informações sobre a estrutura do parque e as atrações das quais os visitantes podem dispor, além de fotos de eventos e grupos anteriores que visitaram o complexo. O discurso que este trabalho analisa é o mesmo contido no *folder* de apresentação, tratando dos espaços e encenações ligados à cultura e a história patrushense. Logo o *site* figura como um elemento de propaganda, o que é na realidade a sua finalidade, todavia faz isto de forma a fortalecer os objetivos do Parque e o contexto no qual foi produzido. De diferente, vislumbra-se somente destacar a promoção “Cadastro Premiado” realizado pelo Parque da Guarda com o intuito de aumentar os números de sócios.

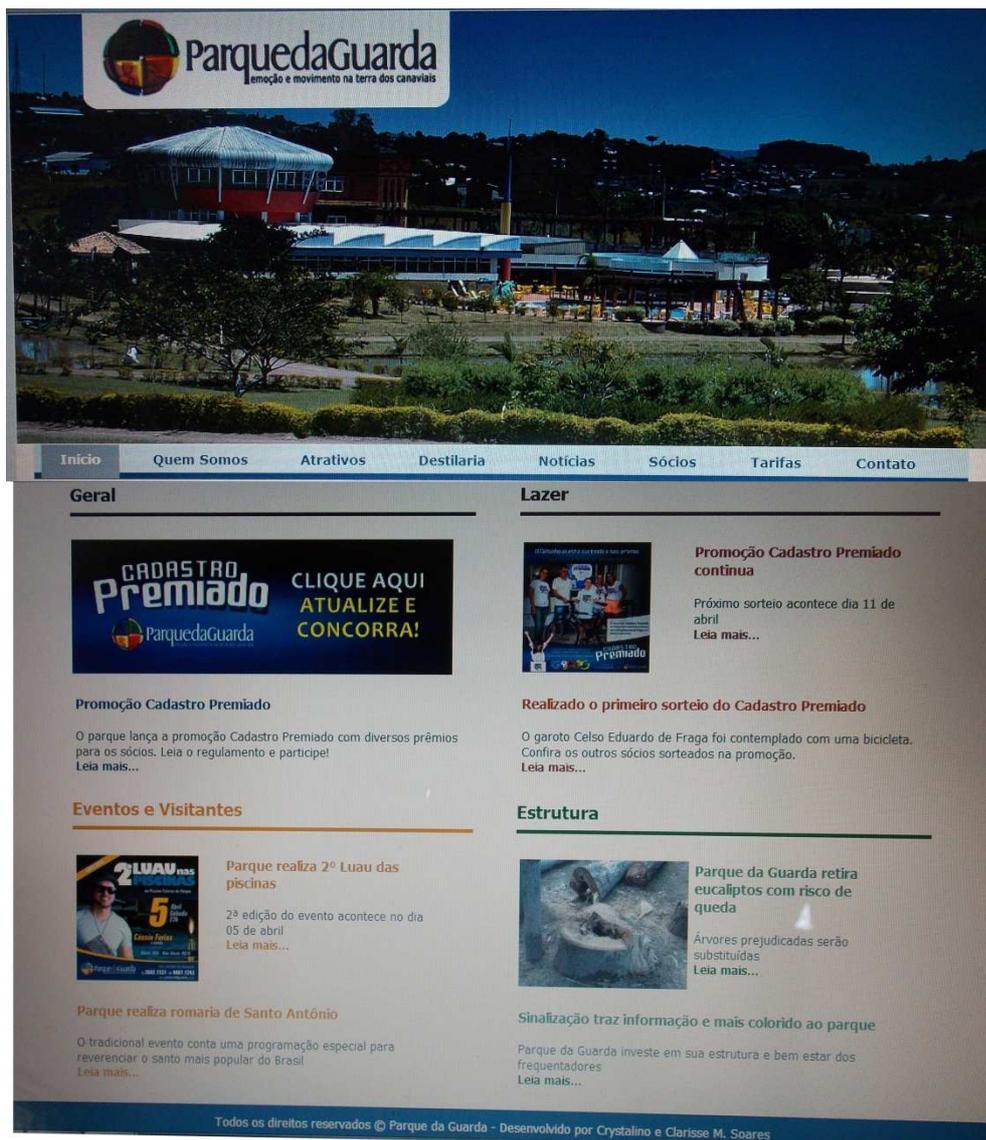


Figura 30: Site do Parque da Guarda com seus dados gerais

No estudo dos lugares de memória, das representações e dos imaginários construídos, ressalta-se o que Pesavento²⁰⁵ analisa como repercussão da preservação de uma história através das memórias individuais ou coletivas. Cria-se uma nova percepção sobre seus espaços, no caso, o Parque da Guarda, distinguindo a relação, às vezes ambígua, entre progresso e tradição.

Como foi apontado, as representações do urbano se enriquecem em face da percepção de um novo *ethos* citadino; a emergência da questão social, com os seus

²⁰⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

desdobramentos nas imagens da multidão, do povo e da revolta, ambiguidade da relação progresso *versus* tradição, um esboço da distinção dos espaços público e privado e a aura de mistério que a vida na metrópole traz implícita (PESAVENTO, 2002, p. 88).

Por isso, no presente estudo o complexo é visto também como materialização de dados incutidos em sonhos e desejos, tornando-se cidades com dimensões paralelas, baseadas nas fantasias, mas ao mesmo tempo, cidades de pedra e cal, na medida em que proporcionam o fermento e os instrumentos de transformação, na busca pelo melhor modo de viver da população.

3.5 O Parque da Guarda: tentativa de inclusão do turismo na economia patrilhense.

A análise do Parque da Guarda passa obrigatoriamente pela definição de patrimônio²⁰⁶, seja ele considerado histórico ou cultural. Por isso, ao observar os espaços do empreendimento percebe-se que o mesmo é “[...] bem destinado ao usufruto de uma comunidade [e] que se ampliou a [grandes] dimensões [...], constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado [...] (CHOAY, 2011, p. 11)”.

Portuguez diz que o “patrimônio refere-se às pessoas, às origens e à história de uma comunidade. Prega-se aqui a necessidade de preservar o patrimônio para reforçar a identidade das pessoas e dos lugares em primeiro lugar e, se houver potencial turístico, sua utilização recreacional (PORTUGUEZ in PORTUGUEZ, 2004, p. 8)”.

Por isso, aponta-se as palavras de De Varine que revelam que “o patrimônio, sob suas diferentes formas (material ou imaterial, morto ou vivo) fornece o húmus, a terra fértil necessária ao desenvolvimento. O desenvolvimento não se faz ‘fora do solo (DE VARINE, 2012, p. 18)”.

Com isso, uma administração sustentável deste patrimônio, seja pela esfera pública ou pela esfera privada, possibilita um incremento econômico estratégico para as cidades, pois possibilita novas perspectivas financeiras. Observa-se também que uma primeira ação em prol

²⁰⁶ “[...] o patrimônio como a síntese simbólica dos valores identitários de uma sociedade que ela própria reconhece como próprios e sabe interpretar e preservar e, por outro lado, tomando o patrimônio reconhecido como um documento histórico, da memória que construímos e que reflete nossa capacidade de edificar uma cultura através dos tempos [...] (MENESES, 2006, p. 73)”.

do desenvolvimento do turismo cultural em qualquer lugar passa pela imagem criada de seu patrimônio. Deve-se ter em mente que uma imagem pode ser transmitida de uma forma e percebida de outra, sendo que o equívoco na percepção, se não observado, pode comprometer todo um projeto turístico patrimonial.

Deve-se estar ciente que “[...] las imágenes turísticas [...] están integradas por el elemento afectivo o emocional. Los lugares y sus atributos “nos explican” algo, nos generan estímulos positivos o negativos, experiencias puramente estéticas, valoraciones, juicios, emociones [...] (GALÍ in RIBEIRO, 2010, p. 53)”.

Assim, o Parque da Guarda deverá ser analisado em seus diferentes aspectos simbólicos, sendo este reconhecido ainda como um complexo de lazer, de cultura e turismo. O empreendimento insere-se na relação entre memória, patrimônio cultural e turismo. Meneses identifica a relação de história e turismo como consistente na “construção/invenção do passado como atrativo para quem viaja. Parte de interpretações que são instrumentalmente inseridas no método da História, mas, também, por construções de caráter popular, lendário e mitológico (MENESES, 2006, p. 15)”.

O desenvolvimento do turismo nas últimas décadas como fonte de desenvolvimento econômico, social e cultural, foi observado pelo fundador do parque no momento de seu planejamento. “Daí a necessidade de reformular a ideia de potencial turístico, que na atualidade compreende uma série de fatores que vão muito além da beleza, elemento extremamente vulnerável, dado seu caráter subjetivo e sua fragilidade perante determinadas ações impactantes decorrentes da presença do turismo de massa (PORTUGUEZ, in PORTUGUEZ, 2004, p. 5)”. Segundo o próprio Portuguez,

[...] para cada grupo, há uma pauta religiosa, uma construção de linguagens simbólicas e muitas outras mediações que permitiram transformar gradativamente o espaço em um acúmulo de formas muito características, que, na atualidade, contracenam com o mundo pós-moderno, numa relação não necessariamente harmônica, porém com possibilidades de apropriação e manejos lucrativos por meio de atividades diversas, como o turismo, por exemplo, [...] (PORTUGUEZ, in PORTUGUEZ, 2004, p. 4).

Meneses afirma que é própria marcha do homem na busca pelo conhecimento de novas culturas e a diferença que estas possuem que visam compreender quais são os significados para os outros grupos sociais e tentam entendê-los em sua espacialidade

histórica.²⁰⁷ Objetivava-se um incremento do turismo local, regional, nacional e até internacional, sendo ele a “indústria” que mais cresce no mundo atualmente. “Assim, todos os elementos de natureza material ou simbólica que compõem o patrimônio cultural de determinada população devem ser tomados como recursos que poderão ser utilizados como fonte de atração do turismo cultural (COSTA, 2009, p. 50)”.

Para uma análise criteriosa, deve-se esclarecer também o conceito de cultura²⁰⁸ sob a visão descrita por Meneses que a define como tudo o que se constrói na vivência coletiva, fruto de difusões de culturas distintas e de criações e saídas novas para problemas do dia-a-dia. Assim, através da relação entre turismo e cultura, o patrimônio cultural é gestado de forma diferenciada, primando pela possibilidade de desenvolvimento social da comunidade, com a articulação interdisciplinar entre os planejadores deste tipo de setor.

O Parque, dessa forma, através de seus monumentos, propicia uma leitura das representações transmitidas, considerando o contexto no qual foram concebidos, e quais as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorreram, no intuito de que estas representações se tornem parte integrante da coletividade patrollhense.

Neste processo de significação e ressignificação da cultura, acontece a relação entre a história e o turismo, pois o turismo vivencia a memória construída pelos homens na sua busca por eternidade e identidade.

Portuguez²⁰⁹ acredita que atualmente ainda ocorra uma onda turística²¹⁰, onde muitas cidades buscam desenvolver sua economia através desta alternativa, contudo, em muitos casos, estas cidades gastam grandes montantes de recursos públicos a fim de realizarem inventários, diagnósticos e, posteriormente, projetos públicos com o mote de turismo, sem ter, no entanto, patrimônio suficientemente consistente para alcançar os objetos desta empreitada. Observando o município de Santo Antônio da Patrulha identifica-se que as gestões públicas

²⁰⁷ MENESES, 2006, p. 13.

²⁰⁸ “O conceito de cultura, em síntese simplificada e simplificador, ampliou a ideia de *civilization* e de *civilisation* dos ingleses e franceses, incorporando a ideia alemã de *kultur*, dando sentido novo a esse conceito. Para os ingleses e franceses, *civilização* era a palavra que traduzia aquela construção de tudo o que a Europa ensinou ao mundo ocidental, no processo de colonização, portanto, aquilo que as nações tinham de comum (aprendido com a cultura europeia), de igual e que deveria ser motivo de orgulho nacional. *Kultur*, por sua vez, incorpora para os alemães toda a construção coletiva e diversa que cada povo edifica na sua vivência particular (MENESES, 2006, p. 43)”.

²⁰⁹ PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo, Planejamento Socioespacial e Patrimônio Histórico-Cultural. In PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org.). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. – São Paulo: Roca, 2004. p. 3-32.

²¹⁰ Onda turística ligada ao ramo do turismo cultural. É uma atividade que abarca todos os tipos de viagens nas quais as pessoas aprendem sobre outras formas de vida e pensamento.

não se empenharam em desenvolver um projeto turístico plausível para inserir a cidade nesta empresa mundial. Isso se verifica no próprio âmbito de investimentos em infraestrutura, o que não é verificado no espaço em questão.

Entretanto, se na esfera pública não há a busca pela elaboração de projetos para inserir de forma efetiva o município nas rotas turísticas, verificou-se que a iniciativa privada, logo o Parque da Guarda buscou inserir a cidade na rota do turismo, em uma primeira escala de forma regional, e posteriormente estadual. Entretanto, segundo o proprietário do Parque da Guarda, Carlos Tebaldi, a intenção é inserir o empreendimento em escalas maiores.

Assim, o êxito na inserção turística de uma cidade depende de coordenação de políticas dos setores administrativos em melhorias urbanas em áreas como urbanismo, trânsito, cultura, segurança, para partir disso, formular políticas ligadas ao turismo.

Com isso, o turismo poderá potencializar o desenvolvimento dos ramos de atividades que abrangem as necessidades ligadas ao desenvolvimento de uma infraestrutura dedicada a atender as necessidades de consumo de visitantes como redes hoteleiras, restaurantes e serviços recreativos e de lazer.

O turismo, além de aumentar diretamente a renda da população local, por meio de salários e benefícios empresariais, também gera um aumento, ainda que dificilmente quantificável, dos ingressos das empresas locais. Seu desenvolvimento pode contribuir para a revitalização econômica das cidades históricas e, sendo assim, também tem seu lado obscuro. Quando a economia depende excessivamente desta atividade, ela se expõe a sérios riscos, tendo em vista que uma diminuição da afluência de visitantes ou do gasto turístico pode provocar crise aguda no sistema produtivo. A inflação, o aparecimento de mentalidades especulativas no mercado imobiliário e o encarecimento do custo de vida para os moradores são outro risco (VINUESA in PORTUGUEZ, 2004, p. 37).

Os municípios, além de empresas ligadas ao ramo turístico, necessitam ter bem claro em seus objetivos e planejamentos que o turista é um consumidor ávido de bens e serviços, gerando riquezas para as localidades que investiram no desenvolvimento turístico de seus espaços. Percebe-se que o turismo age na modificação do mercado de trabalho, pois cria a necessidade de preparação de pessoal para atender a demanda da multiplicidade de turistas que um determinado local poderá receber. Outro fator preponderante corresponde à revalorização de recursos locais – entendidos aqui como recursos histórico-culturais por parte dos integrantes da própria comunidade.

O município de Santo Antônio da Patrulha destaca em sua *web page* alguns locais e roteiros turísticos apresentado por guias locais. Nesses roteiros, o município apresenta os seguintes pontos turísticos:

- Fonte imperial: Segundo a página na *web* da administração municipal²¹¹, a fonte foi construída com a autorização do imperador D. Pedro I em 1826, quando pernitoou na cidade e bebeu de sua água. Nesse local havia anteriormente um chafariz que abastecia toda a cidade. O local é patrimônio histórico, reconhecido por lei, como símbolo do município.
- Museu Antropológico Caldas Junior: Segundo a mesma fonte, o museu está abrigado em prédio em estilo colonial português, com paredes externas grossas, feitas com pedras irregulares cimentadas com barro e cal. O prédio foi construído por volta do ano de 1820, sendo moradia do alferes e do vereador Francisco Xavier da Luz. No ano de 1826, Francisco Luz era presidente da Câmara de Vereadores, o que lhe possibilitou hospedar o imperador D. Pedro I na mesma residência. No decorrer da década de 1870, o prédio passou a ser residência da família do Juiz Francisco Antônio Vieira Caldas, pardo conhecido como Caldas Júnior, personagem importante da comunicação sul-rio-grandense, pois foi fundador do jornal Correio do Povo. O museu possui acervo histórico variado e eventualmente conta com exposições de artistas plásticos e de artesãos.
- Igreja Matriz de Santo Antônio: A igreja matriz de Santo Antônio da Patrulha foi construída em estilo romano/renascentista e inaugurada em 1928, contudo, a construção havia sido iniciada no século anterior. Suas paredes externas são largas, o altar mor foi construído com tijolos, cimento e gesso, pintado de tal forma que imita o mármore. Os degraus do altar são de granito veneziano e a via-sacra construída com muito esmero artístico.
- Casario da Avenida Borges de Medeiros: Segundo o *website*, “A *mais charmosa rua da cidade*”. Em uma das ruas mais antigas da cidade, no centro histórico patrulhense, encontram-se vários casarões no alinhamento da calçada, onde se destaca o estilo luso-açoriano do início do século XIX. As

²¹¹ Os dados apresentados como pontos turísticos foram pesquisados no *site* oficial da administração municipal no endereço eletrônico: <http://www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br/prefeitura/index.php?id=13>

casas foram construídas com paredes externas grossas, através de pedras irregulares cimentadas com barro e cal. Construídas em uma área alta da cidade e sem pátio frontal com o intuito de impedir o acesso de pessoas estranhas nos pátios internos oferecia segurança quanto a uma possível invasão.

- Oratório de Santo Antônio: Construído nas escadarias da rua Cel. José Maciel com intuito de fornecer aos moradores de Santo Antônio da Patrulha um local de orações e segundo a crença local, proteção à cidade.
- Gruta de Nossa Senhora de Lourdes: Segundo as mesmas informações, a gruta Nossa Senhora de Lourdes foi construída no ano de 1942 em um local considerado calmo e rodeado pela natureza, ao lado de uma vertente natural que muitos consideram milagrosa. Quem a encomendou foi Maria Carraro Giachino, e contou com a colaboração dos amigos para homenagear Maria, mãe de Jesus. Foi um local de orações durante a 2ª Guerra Mundial, onde fiéis rezavam pela paz e pelos soldados brasileiros que se engajaram na luta ao lado dos aliados.
- Gruta de Nossa Senhora da Saúde: A referida gruta foi construída próxima à capela São Paulo, na localidade do Monjolo, é bastante visitada no dia 29 de novembro, em sua festa como padroeira.
- Lagoa dos Barros: O *site* afirma que em sua imensidão abriga lendas e mitos, mas que é no verão que se torna ponto de descanso e lazer para os patrulhenses e visitantes. Além de área de camping, oferece campos de futebol e um bar.

Além destes atrativos, a administração municipal destaca a realização de inúmeras ações turísticas, desde feiras, apresentações e desfiles. Dentre essas realizações com fundo turístico destaca-se:

- Noite de Terno de Reis: Janeiro;
- Escolha da Garota Verão: Janeiro;
- Festa de Nossa Senhora dos Navegantes na Lagoa dos Barros: Fevereiro;
- Encontros do Aeropinga- promovido pelo Clube Sabiá e Federação Gaúcha de Aerodelismo: Março;
- Festa da Banana em Evaristo: Abril;

- E-Campo Internacional - Feira Agronegócios e Metal Mecânica (data a ser definida);
- Escolha das Imperatrizes da Moenda da Canção e FENACAN 2011 – Junho;
- Comenda da Rapadura em Costa da Miraguaia: Maio;
- Carnaval da 3ª Idade – Maio - Local Associação dos Caminhoneiros;
- Festa de Santo Antônio e do Divino: 13 de Junho - Turismo Religioso;
- FENACAN e Moenda da Canção: Agosto
- Aniversário Capela Curada: Agosto, Paróquia Santo Antônio;
- Aniversário Paróquia da Paróquia de Santo Antônio: 08 de Outubro;
- Festa do Idoso: Outubro;
- Festival de Teatro Estudantil: Outubro;
- FEST CAMPO: Outubro na Cabanha RV;
- Rodeio Crioulo Nacional: Dezembro;
- Festa dos Caminhoneiros: Dezembro, sede dos Caminhoneiros;
- Natal Açoriano na Terra dos Canaviais: de dezembro a março;
- Reveillon na Lagoa dos Barros : 31 de dezembro

O Parque da Guarda, por sua vez, busca inserir-se no turismo local devido ao seu empreendimento e por consequência crescer com a história do município. Ao mesmo tempo busca fornecer elementos à materialização de uma possível memória coletiva patrulhense, procurando atender ainda a questão do lazer para pessoas que residem em Santo Antônio da Patrulha, estabelecendo em um mesmo local vários estilos de esporte, e espaços de lazer turístico-cultural e de sociabilidade. Assim construiu um ambiente que diversificou seus espaços entre quadras esportivas, lagos para pescaria e danceteria.

Nessa análise, a pesquisa valeu-se de Menezes quando adverte que se deve ter cuidado para não concentrar as atividades em apenas alguns locais, para que o visitante busque explorar toda a área oferecida. “A primeira opção – o parque temático – corre riscos de concentrar ações em uma teatralização de cultura que poderia esvaziar ou retirar dos sítios a historicidade, a cotidianidade [...] (MENEZES, 2006, p. 52)”.

Atualmente, o empreendimento Parque da Guarda caracteriza-se por ser um complexo de lazer e turismo, contando com áreas de *camping* para realização de churrascos,

moendas em estilo antigo, quadras esportivas (tênis, vôlei e futebol), piscinas, bar e lancheria, local para festas, praças, *playground*, academia, saunas, pista de *skate*, circuito de *pentball*, lago com pedalinhas, trentur, casas em estilo arquitetônico açoriano, museu, monumentos e alambique²¹².

O Parque possui em seu espaço físico um local para a venda de produtos próprios, sendo estes imagens, chaveiros e correntinhas de Santo Antônio, produtos coloniais, a “Cachaça da Guarda Velha” produzida no local, além de camisetas e biquínis destinados aos frequentadores e sócios da estrutura do empreendimento. Todos os ambientes procuram atender aos objetivos do qual o Parque está destinado.

A harmonia entre as áreas do Parque está exemplificada no símbolo criado pela equipe de *marketing*, juntamente com a representação através das diferentes cores. O Parque prima em demonstrar que a indústria pode conviver plenamente com o turismo e plenamente com o meio ambiente.²¹³ A produção de cachaça realizada no alambique dentro do Parque está desativada devido ao imenso estoque da bebida que está passando por um processo de envelhecimento em barris de carvalho, ou sendo engarrafada diretamente através do estilo “Original Brazil”. O processo produtivo da cachaça está alicerçado no cultivo e seleção de cana-de-açúcar, cultivadas dentro da própria estrutura do parque.

O Circuito da Cultura caracteriza-se por ser um passeio no Trentur, com uma programação que visa contar a história do local através de uma viagem pelo tempo, culminando com a encenação teatral, preservando, assim, uma parte do patrimônio cultural e histórico patrolhense.

Os próximos objetivos almejados pelos funcionários²¹⁴ do Parque estão relacionados à compreensão que os visitantes têm do conteúdo histórico-cultural que é trabalhado pelo empreendimento. A administração acredita que com o aperfeiçoamento do quadro de pessoal, os índices de compreensão devem aumentar de 50% para os 90% desejados. A busca por um maior reconhecimento por parte de outros municípios da estrutura do Parque e do trabalho

²¹² Atualmente o Alambique não está mais produzindo cachaça, pois está com os estoques da bebida elevados, tendo ainda muitos barris de carvalho com o destilado em processo de envelhecimento. Os visitantes são direcionado a visitar o local para entender como ocorre o processo de destilação da bebida, e depois se dirigem ao Museu da Cachaça de Alambique para visita-lo.

²¹³ Na atualidade, as indústrias não fazem mais parte do Parque, ainda estão dentro do complexo devido à demora no desmembramento desta área vendida aos 42 hectares iniciais do complexo.

²¹⁴ Uma das dificuldades do Parque da Guarda refere-se à rotatividade de seus funcionários, e isso pode ocorrer devido ao trabalho nos finais de semana. Segundo as observações do proprietário do Parque da Guarda, os patrolhenses não possuem a cultura de trabalhar um final de semana inteiro, o que dificulta o recrutamento de profissionais para atender o público nestes dias da semana.

desenvolvido pelo grupo, também estão nos planos. Contudo, segundo Tebaldi, um dos objetivos primordiais do Parque da Guarda é alinhar os objetivos junto à administração municipal, pois em pequenos projetos a parceria vem demonstrando resultados positivos.

Uma apresentação de som e luzes, no espaço da encenação da peça já existente, utilizando os monumentos como foco para a execução do *show* a fim de qualificar este espetáculo, ainda é um projeto que o parque pretende implantar.

Atualmente, o parque conta em seu complexo com um condomínio fechado, chamado “Parque da Guarda Residence” que visa aproximar os moradores que margeiam o Parque e atrair novos moradores para residirem dentro da estrutura do parque, ressaltando a questão de movimento que o *slogan* do empreendimento exalta.

Uma das dificuldades que o Parque enfrenta há alguns anos, está relacionada à questão de parcerias com entidades de ensino e pesquisa, pois não existe procura e entendimento por parte destas da importância do espaço proporcionado pelo parque para estudantes de história e turismo, visando o crescimento profissional destes. Vislumbra-se uma incompatibilidade de objetivos entre gestores destas instituições e do foco do parque como uma entidade ligada a aspectos históricos e culturais da comunidade patruhense, ocasionando a impossibilidade de pesquisa e trabalho para estudantes das mais diversas áreas de atuação atualmente.

Desde a inauguração, vários eventos foram realizados dentro do espaço do Parque da Guarda, como por exemplo: jantins-baile, festa para o Dia das Crianças, a realização em suas dependências da escolha da Garota Verão do município durante vários anos, a *Festa Happy Hour*, a Semana de Aniversário do Parque, Inauguração do Circuito da Cultura, Festa Junina, Dia das Mães, Páscoa, Passeio Ciclístico, Opens Parque da Guarda (torneio de tênis), Torneios de Xadrez e dia de Ação Social, além da Corrida mais Doce do Estado. Nota-se que posterior a esse período o número de atividades diminuiu, estando isso atrelado ao processo de mudança de gestão administrativa pelo qual o parque passou durante esse período, sendo necessária uma nova reorganização de estrutura para que as atividades que existiam continuassem, e novos eventos serem gestados.

O Parque como entidade privada, não possui relação direta com a administração municipal, mesmo que ambos procurem trabalhar a questão turística-histórico cultural do município de Santo Antônio da Patrulha e em poucos momentos estabeleceram parcerias em alguns projetos.

Atualmente, o Parque recebe basicamente grupos de estudantes, bem como de terceira idade, de empresas e grupos religiosos, em esfera regional-estadual. No entanto, ressalta-se que a cachaça produzida pelo parque possui “fama” internacional, pelo fato de ter vencido concurso de qualidade no setor em que está inserido, o que faz com que indivíduos de fora do estado do Rio Grande do Sul, também procurem o empreendimento patruhense. Todavia, os estudantes buscam lazer, os grupos de terceira idade buscam o lazer assim como a estrutura religiosa e cultural, visitando a imagem do Santo e conhecendo a história que os monumentos retratam. Já as empresas buscam realizar atividades de lazer para seus funcionários. E os visitantes individuais buscam conhecer a parte cultural e histórica que o Parque retrata.

Utilizando-se do livro de assinaturas na entrada do Museu da Cachaça de Alambique percebemos que desde 2009 o parque teve uma projeção de visitação que parte dos seguintes indicadores:

<i>Quadro de visitasões no Museu da Cachaça de Alambique* - Parque da Guarda**</i>					
Ano	Patrulhenses	Moradores de outras cidades do Rio Grande do Sul	Visitantes de outros Estados brasileiros	Visitante estrangeiro	País de origem / quantidade
2009	14	237	2	0	
2010	33	1286	19	4	Açores: 2; Alemanha: 1; França: 1
2011	21	2165	18	1	França: 1
2012	10	1168	17	0	
2013	73	920	25	3	Estados Unidos: 3
2014*	3	54	1	1	Alemanha: 1
Totais	154	5830	82	9	
* Os dados de 2014 foram contabilizados até o dia 28 de março de 2014.					
** Segundo a administração do Parque, os números revelam o número de visitantes que realizaram o Circuito Cultural (passeio dirigido entre os cenários que mostram a história de Margarida e Inácio como fundadores da primeira capela de Santo Antônio da Patrulha).					

Quadro 4: Dados de visitação do Museu da Cachaça de Alambique entre os anos de 2009 e 2014.

Nos indicadores acima, percebemos que o Parque recebe anualmente um número pequeno de visitantes se comparado aos valores de investimento para a construção do complexo. Além disso, é visível o número inferior de moradores locais frente a visitantes de outras cidades, ou seja, apenas 2,7% são patrulhenses em comparação com o total de visitantes sul-rio-grandenses que visitaram o museu. Um dado que nos chama a atenção na tabela acima seria o alto número de visitantes de outros estados brasileiros coincidirem com o

pequeno índice de visitantes locais, o que poderia nos sugerir que poderiam ser esses parselenses que, de certa forma, levaram os visitantes para conhecer o Parque da Guarda e seu Circuito Cultural. O dado que mais nos intrigou foi o número de visitantes estrangeiros que visitaram o Parque, pois não conseguimos descobrir a forma na qual chegaram ao empreendimento (levados por alguém, ou seguindo informações que receberam ao estar visitando o Rio Grande do Sul).

O Parque possui em torno de oitocentos títulos de sócios, sendo que em sua maioria é títulos familiares, o que contabiliza em torno de duas mil e quatrocentas pessoas que frequentam a estrutura, cada um visando um objetivo específico, pois cada sócio se identifica com uma ou outra área, dentro das suas necessidades.

Segundo estimativas do proprietário houve um grande decréscimo de visitação nos últimos anos, pois chegou-se a receber em torno de 20 mil visitantes, mas que atualmente o número está se aproximando de 8 mil pessoas. Na sua maioria, os visitantes buscam conhecer um pouco da história de Santo Antônio da Patrulha, por isso, a administração acredita que o parque mesmo com o decréscimo de visitação contribui de forma significativa para o desenvolvimento turístico do município.

O Parque vislumbra um crescimento no setor turístico, pois considera este a maior indústria mundial, gerando riqueza para vários países em todo o globo, e no Brasil não poderia ser diferente, já que as cidades são culturalmente marcantes e Santo Antônio da Patrulha foi um dos pioneiros a fazer algo em termos municipais e buscando no turismo uma fonte de receita. Entretanto, acredita-se que o município poderia ter um planejamento diferenciado na questão turística, pois desde o planejamento da construção do parque viu-se a potencialidade histórico-cultural que Santo Antônio da Patrulha possui, no entanto não verificou-se ações efetivas para a consolidação do turismo como objetivo econômico.

Na gestão atual, o turismo fica relegado a segundo plano, pois conforme entrevista ao Jornal do Paranhana na edição do dia 04 de abril de 2014, o prefeito Paulo Bier afirma que a cidade está em pleno desenvolvimento através da indústria, principalmente ligada a área metal-mecânica e através de seu Polo Universitário (com extensões da FURG e da UFRGS, além de outras). Quanto à industrialização, Bier afirma que: “*O município tem aí o forte de sua economia, com empresas de ponta com a Argos – maior produtora individual de guindastes do Brasil – a Imap, a Masal*²¹⁵”. Sua opinião quanto ao polo universitário é

²¹⁵ Jornal do Paranhana, 04/04/2014, n° 179, p. 8.

destaca pelo jornal na seguinte expressão: “*Temos um certo ar de uma pequena cidade universitária que está se formando*”.²¹⁶

Nesta reportagem, o prefeito fala de algumas conquistas da cidade como liberação de verbas para asfaltamento de seis vias, além da realização da 2ª ExpoSAP, realizada entre os dias 9 e 13 de abril de 2014. A feira tem por objetivo mostrar, comercializar e incentivar a produção agropecuária patrolhense (baseando-se no *slogan* Rapadura, sonho, arroz e cachaça), além de apresentar pratos da gastronomia açoriana.

A reportagem também apresenta espaços do Parque da Guarda como podemos ver na imagem abaixo, o Santo Antônio com seus 15 metros e o cenário do casamento de Inácio e Margarida. Entretanto, a nota ao pé da foto revela uma incompreensão quanto ao significado da cena: “*PARQUE DA GUARDA: local possui réplica de igreja e representações da religiosidade e da fé patrolhenses*”.²¹⁷

Em outra pequena nota a reportagem aborda a questão da mestiçagem patrolhense afirmando que: “*com sua colonização açoriana, Santo Antônio da Patrulha recebeu também representantes poloneses, italianos, alemães, africanos, índios e portugueses, resultando numa característica étnica de um povo bastante miscigenado*”.²¹⁸ Logo, a reportagem perdura no imaginário a força dada a colonização açoriana colocada em primeiro lugar no momento da necessidade de identificação a um grupo étnico.

²¹⁶ Jornal do Paranhana, 04/04/2014, n° 179, p. 9.

²¹⁷ Jornal do Paranhana, 04/04/2014, n° 179 p. 8-9.

²¹⁸ Jornal do Paranhana, 04/04/2014, n° 179, p. 9.



Figura 31: Reportagem do Jornal Paranhana em alusão ao aniversário de 203 anos de Santo Antônio da Patrulha – Foto: Acervo Pessoal

Os empreendedores, no entanto, precisam ter cuidado para tornarem os patrimônios culturais de suas regiões atrativos, Menezes alerta para isso, quando diz que,

Tomando como base a premissa que descarta a exclusão social, interpretar um patrimônio e torná-lo atrativo para os outros conhecerem significa, seguramente, considerar três eixos fundamentais de atitude de interpretação: associar a interpretação ao fazer cotidiano e a vivência da sociedade em questão; harmonizar os seus serviços oriundos da interpretação à realidade da sociedade que construiu e guardou o patrimônio cultural; não dissociar a interpretação da identidade das idiosincrasias²¹⁹, das tradições e das formas de expressão da sociedade local (MENEZES, 2006, p. 54).

Refletindo sobre as questões que envolvem o turismo e a história, Souza²²⁰ afirma que o turismo deve ser analisado como uma atividade que perpassa todas as esferas da sociedade, envolvendo a economia, a educação, os transportes, e as comunicações. É um

²¹⁹ “Disposição de um indivíduo para reagir de maneira especial à influência de certos agentes; maneira de ver, sentir; (med.) sensibilidade anormal (TERSARIOL, 2000, p. 202)”.

²²⁰ SOUZA, Magda Vianna de. **Reinvenção das tradições e promoção de turismo: estratégias diferenciadas de mercantilização da identidade cultural: os casos de Nova Petrópolis e São Francisco de Paula no Rio Grande do Sul.** [manuscrito] / Magda Vianna de Souza. – Porto Alegre, 2005.

fenômeno com consequências sociais, culturais e políticas, que se tornou um direito e um desejo de todo os cidadãos e, como tal, objeto de consumo do mundo globalizado. Segundo informações do portal Dados e fatos do Ministério do Turismo²²¹ houve em 2012 um crescimento de 4% nos números de chegadas (com pernoite), o que corresponde a 1 bilhão e 35 milhões de turistas circulando no mundo.

Esse índice corresponde a receita de 1 bilhão e 750 milhões de dólares em todo o mundo. Desse total de receitas, cerca de 43% é de participação da Europa, e a Ásia e o Pacífico geraram cerca de 30%. As Américas alcançaram 20%, enquanto o Oriente Médio e África chegaram a 4% e 3%, respectivamente, do total das receitas obtidas no ano de 2012. O crescimento segundo a OMT (Organização Mundial de Turismo) refere-se ao incremento do nível de renda dos consumidores.

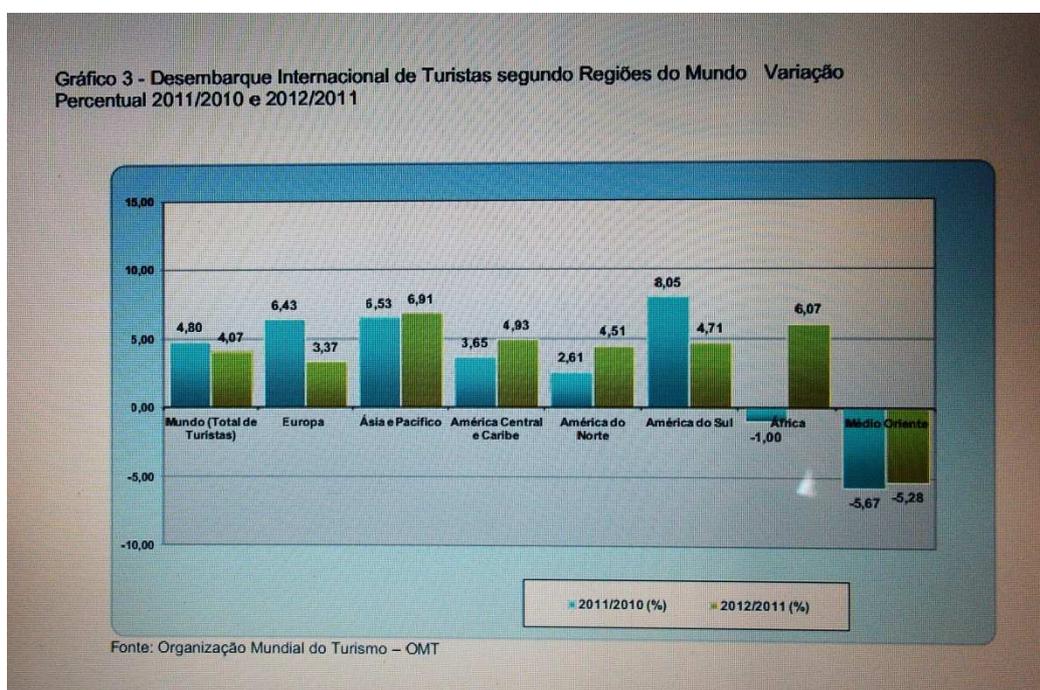


Figura 32: Gráfico comparativo de circulação de turistas entre os anos 2010 a 2012²²².

Estes dados vão ao encontro das perspectivas que o Parque projeta para os próximos anos, sendo a cultura, somada ao turismo, elemento de crescimento da economia local e regional. “No Rio Grande Do Sul, o setor de turismo mostrou também grande crescimento. Significativos investimentos vêm ocorrendo a partir de iniciativas dos governos locais e,

²²¹ http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/estatisticas__indicadores_turismo_mundo_2012.pdf

²²² Idem 221.

inúmeros municípios passaram a incentivar o desenvolvimento do setor turístico (SOUZA, 2005, p. 12)”.

Entretanto, o desenvolvimento do turismo no Brasil remonta aos anos 60, intensificando-se nos anos 80 e 90, sendo o turismo cultural a maior fonte captação de viajantes no país.²²³

Portuguez ressalta que os lugares turísticos apresentam características naturais e sociais compondo seus aspectos visuais, perceptíveis aos sentidos e abstração humana, “[...] perceptíveis tanto pelos sentidos físicos, quanto pela abstração humana. São as formas espaciais, construídas ao longo de períodos históricos. As relações sociais, por sua vez, imprimem funções para cada forma de paisagem (PORTUGUEZ in PORTUGUEZ, 2004, p. 17)”.

Assim, Portuguez²²⁴ comenta que ao promover o turismo dentro de uma perspectiva cultural para além dos aspectos da arquitetura como um fim. Contudo a perspectiva cultural deve ser observada como resultado de um processo histórico que sofreu interferências temporoculturais do grupo ao qual pertence.

Nesse sentido, parece evidente a necessidade de se pensar os sítios históricos para além da arquitetura, pois esta é o resultado de um processo histórico, em que o mundo vivido sofreu interferências temporoculturais muito específicas, de acordo com a gama de traços culturais que cada grupo imprimiu em seus espaços de vida social (PORTUGUEZ in PORTUGUEZ, 2004, p. 4).

Assim a cidade permanece, para os grupos sociais, como “Un laboratorio vivo y complejo en donde se experimentan la democracia y la tiranía, la igualdad y la distinción, la ordenación extremada y la anomia (GINER, 2004, p. 84)”. A história cultural “tem por objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e monumentos, uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1990, p. 16)”, a fim de que estes locais, através do turismo, fortaleçam esta comunidade nos aspectos que esta possa alcançar.

Assim, o Parque da Guarda busca tornar-se a monumentalização da memória e da história de Santo Antônio da Patrulha, visando sua preservação e o fortalecimento, mesmo que os próprios patrulhenses não reconheçam o parque como a petrificação de sua memória.

²²³ PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo, Planejamento Socioespacial e Patrimônio Histórico-Cultural. In PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org.). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. – São Paulo: Roca, 2004. p. 3-32.

²²⁴ Idem 223.

O Parque da Guarda procurou valorizar os espaços e os personagens que fizeram o passado do município, legando à comunidade a possibilidade de interpretar e (res)significar o passado do lugar em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa caminhamos por várias veredas interpretativas, algumas mais confiáveis outras um tanto capciosas. Contudo, através dessas varias veredas interpretativas aprendemos muito, e quando escutamos sobre uma pessoa se modificando ao percorrer de uma trajetória acadêmica, vivemos isso como uma verdade. E de todas as reflexões que fizemos, gostaríamos de destacar algumas, não como uma conclusão em si, mas na realidade apontamentos que poderão conduzir para novas pesquisas.

Iniciamos esta reflexão, apontando que a origem de Santo Antônio da Patrulha tem como eixo de análise, três momentos distintos e indissociáveis. O primeiro referente à construção da Estrada dos Tropeiros, principalmente após a correção feita por Cristóvão Pereira de Abreu inserindo o território patrulhense nas rotas comerciais e na economia da Colônia portuguesa na América. O segundo momento refere-se à construção e instalação do Registro e a instalação de órgãos governamentais na localidade, gerando riqueza para a Coroa e para alguns indivíduos que arrematavam o direito de exploração do local e proteção contra criminosos que pudessem fazer algo contra a vida de outrem ou ao erário público, sonogando impostos através do regimento de patrulha. O terceiro encontra-se na construção da capela por Inácio José de Mendonça, um destes soldados da patrulha, o qual insere a região no mapa documental daquele período, pois o padroado régio estava sendo cumprido, e a emissão de documentos passava a existir na capela de Santo Antônio.

Neste processo de origem e desenvolvimento do povoado, destacamos também o papel do contrato de casamento assinado por Margarida da Exaltação da Cruz e Inácio José de Mendonça, o qual foi assinado quatro meses antes do falecimento da segunda esposa do indivíduo acima citado. Entretanto, mesmo consultando diferentes fontes e explorando diversas versões do tópico, não conseguimos descobrir como ambos se conheceram, o que nos levou a não tomar partido nas teorias expostas pelos estudiosos citados no decorrer desta pesquisa em suas observações quanto à origem patrulhense.

Concordamos com alguns autores que apontam a importância e objetivo do papel da educação recebida por Margarida para o período, sendo este processo um elemento que a diferenciava das demais moças da época. Mais especificamente, se o objetivo de Manuel de Barros Pereira – pai da moça – era torná-la uma dama, sua educação tornou-se o “calcanhar

de Aquiles” de Barros, pois foi graças a esta educação esmerada que ela conseguiu contrair matrimônio com Inácio.

Em alguns momentos, percebemos que a história de Inácio e Margarida não era retratada na cidade. Ao ler a obra de Kury²²⁵, pudemos vislumbrar com maior clareza a opinião do autor de que determinados grupos cultivavam o que ele chamou de “preconceito racial” perante a possível origem parda-forra dos primeiros moradores de Santo Antônio da Patrulha. Para Kury datas e fatos foram deslocados temporalmente, sendo alguns personagens situados em cenários em que não se sustentavam como, por exemplo, Josué Anflor, ermitão que construiu uma ermida antes de 1719 na localidade, tendo a possibilidade de receber o título de fundador do município ou quem sabe Manuel Gonçalves Ribeiro, dono da primeira sesmaria da região, nos campos de Tramandaí em 1732 poderia ser o detentor deste título.

O mesmo autor afirma em sua obra, que havia a “intenção deliberada” de arrancar de Inácio José de Mendonça o reconhecimento pela fundação da capela que originou o entorno do povoamento da vila, por isso os historiadores buscavam outras versões para o acontecimento.

Além de inúmeras pesquisas realizadas com o intuito de confirmar e/ou ampliar a narrativa trazida por Ruben Neis²²⁶ sobre a origem da capela e dos primeiros moradores do lugar, percebemos que na própria comunidade patrulhense ocorre uma pequena mudança no sentido de aceitação do romance de Margarida e Inácio como mito fundante da localidade. Isso é percebido através da invernada artística do CTG Patrulha do Rio Grande quando apresenta uma coreografia que destaca o amor entre Margarida e Inácio em concursos de dança gauchesca.

Referindo-se ao tropeirismo como fator propulsor, Véra Barroso²²⁷ afirma que o ciclo do tropeirismo foi o fator de surgimento do município, o que não abrange as complexas relações que se estabeleciam naquele contexto. Assim, redimensionamos o tropeirismo na origem de algumas cidades, pois consideramos que ele veio acompanhado da ocupação da terra em maior ou menor escala.

²²⁵ KURY, Affonso Penna. **Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada.** – Porto Alegre: Ed. Pallotti, 1987.

²²⁶ NEIS, Rubens. **Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha.** POA, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Sulina, 1975.

²²⁷ BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí.** – Porto Alegre: EST, 1992. p.17-22.

Entendemos que a ideia de Santos²²⁸ quanto à disputa por poder na região estudada neste período, não se sustenta porque em nossa análise as disputas de poder já estavam definidas desde a saída das famílias lagunenses para o Sul na busca por novas terras. Por outro lado, não encontramos nenhum autor ou documento que pudesse respaldar essa hipótese até o presente momento.

Ao analisar alguns outros trabalhos de pesquisa percebemos a inserção de personagens sociais deslocados do contexto temporal, como na afirmação citada por ²²⁹Carle de que na construção do Registro houvera a utilização de mão de obra africana e/ou indígena missioneira. Da mesma forma que na proposta anterior, para tal declaração, não encontramos subsídios que indicasse tal ato, mas considerando a época é possível que a mão de obra tenha sido negra e/ou indígena.

Nesta conclusão também indagamos sobre o papel da bula *Romani Pontifis* a qual elevava a área de influência do bispado do Rio de Janeiro até o Rio da Prata em 1676. Para a fundação da cidade a bula não mostra nenhuma ligação, mas a partir deste ato os luso-brasileiros ampliaram sua ação no sul e fundaram em 1680 a Colônia do Santíssimo Sacramento. Para Capovilla²³⁰, a fundação da vila está ligada à construção da Capela, em 1760.

Ao analisar sobre o que foi escrito sobre a origem de Santo Antônio da Patrulha percebemos que a grande maioria dos estudiosos buscou desenvolver suas ideias a partir de análise científica, baseando-se em algo mais plausível que somente a *tradição*.

Na tentativa de reinvocar os argumentos científicos sobre a origem do município, sugerimos que a perspectiva mais sólida parte da relevância das estradas e do tropeirismo, seguido pela construção e instalação do Registro, e, por fim, da participação dos personagens aqui estudados que construíram a primeira capela do município. Então, para nós, é a fusão das três versões, o caminho dos tropeiros, o casamento de Inácio e Margarida e a fundação da capela, que fundamenta historicamente a origem da cidade de Santo Antônio da Patrulha.

²²⁸ SANTOS, Sherol dos. **Apesar do cativoiro**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824). Dissertação de Mestrado: Unisinos, 2009.

²²⁹CARLE, Cláudio Baptista. A formação do quilombo decorrente da criação da Patrulha de Santo Antônio: a comunidade do Monjolo. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha**: conhecendo e preservando nossa história. – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 279-299.

²³⁰ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **Santo Antônio da Patrulha**: das origens até a Independência. Monografia de Conclusão de Curso. UNISINOS: 1972.

Em uma das questões que nortearam esta pesquisa, questionamos se o Parque da Guarda representava uma versão atualizada do mito de origem da cidade. Após este estudo podemos afirmar positivamente, pois foi através do Parque que a versão de Ruben Neis acabou tornando-se pública por ter sido petrificada em cimento, ferro e areia. Contudo, ao examinarmos o quadro de visitação do espaço do Museu da Cachaça de Alambique [espaço dentro do Parque] percebemos que os patrulhenses ainda não se apropriaram da história de Santo Antônio da Patrulha contada em esculturas no Parque, porque ainda não se identificaram com a versão ali representada (Margarida e Inácio) para explicar a origem do município.

Os números apontam que 2,7 % das visitas a esse espaço foram feitas por patrulhenses. Contudo, ressaltamos que esse número pode ser um indicador da presença de patrulhenses no parque já que a realização do Circuito Cultural tem por objetivo contar a história de Santo Antônio da Patrulha através da biografia de Inácio e Margarida. Mas, se observarmos o índice de frequência de outros espaços existentes no conjunto do Parque, como por exemplo, a academia, e deixarmos de lado a história da origem local, temos o índice de 100% de frequentadores os quais são oriundos da cidade e possuem título de sócios do Parque. Isto pode ser visto como uma constatação: a de que não é necessariamente para visitar o Parque em seu conteúdo histórico que os moradores locais o frequentam, mas para outras atividades. Ou seja, usufruem do lugar, mas desconhecem ou ignoram a História que se conta ali.

Por outro lado ao observarmos o Parque da Guarda em seu conjunto, vislumbramos que este, apesar dos percalços, se tornou um patrimônio da cidade na medida em que trouxe à tona um imaginário pouco conhecido da mesma. Seus monumentos tentam recriar um cenário que representa a petrificação de um momento histórico, mas devido à forma pela qual a comunidade os vê, não os incorpora como representantes de uma memória coletiva patrulhense.

Mesmo com as intencionalidades e objetivos da construção do parque estando num quadro de empreendedorismo contemporâneo voltado ao turismo cultural, o mesmo ainda não atingiu seus objetivos tendo um número reduzido de visitas anuais e sendo esses coeficientes oscilantes.

Durante a realização desta pesquisa percebemos ainda que a religiosidade, herança luso-açoriana da comunidade patrulhense também se incorporou ao Parque, sendo fonte de

receitas para o empreendimento e para o município. Nesse sentido, o jornal *O Patrulhense*²³¹ informa sobre a inauguração do Parque em tom fantástico que denota certa mitificação quando narra que as crianças, vestidas de Santo Antônio, eram vistas como a mais sublime expressão de gratidão religiosa. Tebaldi, por sua vez, em discurso ufanista [que inclui se sentir patrulhense] reafirma que tem como objetivo o reconhecimento da comunidade e a sua participação na vida do Parque. Este aspecto, nos parece, ainda não foi alcançado.

Quanto à história propriamente dita do casal Inácio-Margarida percebemos que a ação do Parque em contá-la juntamente com a influência das diversas etnias que estiveram na origem de Santo Antônio da Patrulha, desdobrou-se em dança²³² no CTG Patrulha do Rio Grande. Isto nos revela, ainda, uma ideia de desenvolvimento econômico pelo viés da cultura, pois ao apresentar essa história como parte do Parque se está positivando à mesma, e assim possíveis turistas buscarão conhecer o município de Santo Antônio da Patrulha.

Tomando a construção do Parque como um dos pontos mais relevantes do trabalho, o que acreditamos como um dos fatores que levaram ao Tebaldi a investir na sua construção foi a conclusão da ERS- 474, pois a mesma tornou-se responsável por colocar a cidade novamente na rota dos veranistas via ERS 030, e logo, possibilitando através de um trabalho intensivo de propaganda, a inserção do empreendimento nas intenções de visitas durante o período de veraneio.

Quanto às ações de turismo, na primeira parte da década de 2000 houve, por parte da administração local, pequenas intermediações, como a restauração do sítio histórico da

²³¹ Jornal *O Patrulhense*, 20/11/2003, n° 1030, ano 25, p. 7

²³² Segundo Margane Gomes a coreografia de Roger Izidoro para a música de Leandro Berlesi, "Margarida, história e sonho" conta o romance de Ignácio José de Mendonça e Margarida Exaltação da Cruz, que originou o nome da cidade de Santo Antônio da Patrulha. Ignácio era um respeitado soldado pardo-forro paulista de 50 anos. Margarida era uma moça mulata, filha de mãe escrava e pai açoriano, de apenas 13 anos. O romance foi proibido pelo pai da moça, que era o grande proprietário da Lagoa dos Barros. O casal então casou com a benção do Vigário de Viamão, e a pedidos do Bispo do Rio do Janeiro, Dom Frei Antônio do Desterro, construíram uma pequena capela para seu santo de devoção: Santo Antônio. Margarida e Ignácio tiveram cinco filhos. Após aproximadamente sete anos, já insana, Margarida faleceu. A pequena capela foi construída no alto de suas terras, local onde hoje se encontra a Pira da Pátria na Avenida Borges de Medeiros, na Cidade Alta. Com a abertura da estrada dos tropeiros, que cortava o município, surgiu o Registro: posto de pedágio para cobrança de impostos das tropas que passavam para São Paulo. Assim, surgiram os nomes da cidade: Guarda, Registro da Serra, Guardas de Viamão, Patrulha, Guarda Velha. E foi em 1760, que surgiu o nome "Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão". Aos poucos, "Guarda Velha de Viamão" foi substituído pelo sinônimo "Patrulha", dando origem ao nome de uma das quatro primeiras cidades do Estado: Santo Antônio da Patrulha. Os jovens do CTG Patrulha do Rio Grande fazem uma viagem ao tempo, revivendo a magia e o encanto dessa linda história de amor. E através da arte, contam a história de sua cidade com orgulho, magia, encanto e devoção". Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=2n3wYKcfUnE>>Acessado em 06/04/2014, às 05:14.

avenida Borges de Medeiros, na parte alta da cidade e a criação da Rota da Cachaça que levava os turistas para conhecerem inúmeros alambiques e o processo de fabricação da bebida. Outras intermediações, mais antigas são as ligadas a festa tradicional da “Cachaça, sonho e rapadura”, os Rodeios Crioulos e a Moenda da Canção Nativa.

Contudo, essas intermediações são diminutas, já que não houve incremento aos setores de infraestrutura, criação de rede hoteleira, além de preparação de profissionais no ramo turístico, o que nos possibilita afirmar que a efetiva inserção do município nos projetos da área não acontece.

O município, somente elegeu e divulgou os seus pontos turísticos sem realizar um aprimoramento nesses lugares, a fim de prepará-los para receber os visitantes. Somente, na iniciativa privada e neste caso, o Parque da Guarda, tem tentado consolidar roteiros turísticos efetivos.

Com isso, fica marcado e evidente que o governo patruhense realizou ações inconsistentes na área turística, pois seu objetivo como exposto pelo atual prefeito municipal em reportagem ao Jornal do Paranhana²³³ era ver o município tornar-se um polo de educação superior, alicerçado nas extensões da UFRGS e da FURG. Além disso, a mesma reportagem aponta para a fala do prefeito e sua satisfação quanto ao incremento industrial no município, com a chegada de empresas do ramo metal-mecânico.

Por outro lado, o município continua sua relação de produção direta com setores da agricultura e pecuária, sendo estes ramos considerados de extrema importância para economia local. Isto fica claro ao observarmos que a cidade junto ao seu aniversário realiza a 2ª EXPOSAP – Exposição agropecuária e da indústria de Santo Antônio da Patrulha, momento de reforçar a açorianidade através da gastronomia.

Realizando uma última *interface* entre o Parque da Guarda e Santo Antônio da Patrulha afirmamos que o proprietário do parque teve uma falta de clareza quanto às potencialidades turísticas do empreendimento, já que as expectativas não foram alcançadas. E por fim, percebemos que Tebaldi não foi *autorizado* a falar sobre a história do município pela comunidade local, que não incorporou o imaginário repassado pelo parque como sendo uma memória coletiva patruhense.

²³³ Jornal do Paranhana, 04/04/2014, n° 179, p. 8-9.

Portanto, o Parque da Guarda não pode atualmente ser considerado lugar de memória da comunidade patrulhense, pois como já exposto nesse trabalho, há pouca visitação por parte dos moradores ao setor histórico-cultural do empreendimento. Através da conversa com o mentor do Parque podemos verificar que muitos dos patrulhenses não tiveram acesso a versão histórica contada pelo Parque da Guarda, seja nas escolas, seja nas rodas de conversa, sendo o número de visitação ao Museu da Cachaça de Alambique após o Circuito Cultural o indicador natural disso.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. – São Paulo: Lamparina, 2009.
- ABRIC, Jean-Claude. **A abordagem estrutural das relações sociais**. In MOREIRA, Antônia S. P.; OLIVEIRA, Denise C. de. Estudos Interdisciplinares de Representação Social. Goiânia: AB Editora, 1998.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. – Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 57-73.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.
- ARRUTI, José Maurício. Etnicidade. In SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves (orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Prefácio, Lilia Moritz Schawarcz; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva. – Salvador: UFBA, 2014. p. 199-214.
- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos / Antonio Carlos do Amaral Azevedo; (com a colaboração de Rodrigo Lacerda)**. – 3. ed. Ampl. E atualizada – RJ: Nova Fronteira, 1999.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mal uso dos arquivos. In Bassanezi Pinski, Carla (org.). 2 ed., 2 reimp. – São Paulo: Contexto, 2010. p. 23-80.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). Açorianos no povoamento do litoral norte do Rio Grande do Sul. In BARROSO, Véra Lucia Maciel. **A presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. – Porto Alegre: EST, 1993.
- _____. AGASA: O trabalho patrulhense na produção do Açúcar GAÚCHO – Sonho e Realidade. In BEMFICA, Coralia Ramos; [et. all.]. **Santo Antônio da Patrulha: reconhecendo sua história**. Porto Alegre: EST, 2000. p. 812-814.
- _____. **Moendas caladas: Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990)**. Tese de Doutorado. – Porto Alegre: PUCRS, 2006.
- _____. **O povoamento do território do Rio Grande do Sul/ Brasil o oeste como direção**. *Revista Estudos Historicos*. Agosto de 2009, n° 2.
- _____; LAUCK, Fernando Rocha (orgs.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha: mulheres patrulhenses fazendo história II**. – Poa: EST, 2012.
- _____. (org.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí**. – Porto Alegre: EST, 1992. p.17-22.
- _____. Tropeirismo na formação do sul. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Colônia**. Coordenação geral Nelson Boeira, Tau Golin; diretores dos volumes Fernando Camargo, Ieda

Gutfrieind, Heloisa Reichel. – Passo Fundo: Méritos, 2006. V. 1. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 171-188.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. in BASSANEZI PINSKI, Carla; DE LUCCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1ed., 1 reimp. – São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-172.

BERGAMIN, Ana Clara Rossoni. Evolução Urbana de Santo Antônio da Patrulha. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história**. – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 53-57.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES FORTES, Amyr; WAGNER, João Baptista Santiago. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1963.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 12 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagens**. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. – Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CABRERA, Miguel Ángel. **História, language y teoria de la sociedade**. – Valência, ESP. Ed. Frónesis, 2001.

CAMPOS, Vanessa Gomes de. O *bolhete* de Margarida da Exaltação sob o prisma da análise paleográfica. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história**. – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 797-801.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. – São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e textualidade. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARLE, Cláudio Baptista. A formação do quilombo decorrente da criação da Patrulha de Santo Antônio: a comunidade do Monjolo. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história**. – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 279-299.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do milênio**. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p. 43-69.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; ver. técnica Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Período Colonial. – Porto Alegre: Globo, 1970.

CHARTIER, Roger: **A história cultural entre práticas e representações**; tradução de Maria Manuela Galhardo. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. As práticas da escrita. In CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada. 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 113-162.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. – São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2006.

_____. **As questões do patrimônio**. Tradução Luís Felipe Sarmiento. – Rio de Janeiro: Edições 70, 2011.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. – São Paulo: Editora Senac; São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

CRUZ, Glenda Pereira da. Arquitetura luso-açoriana no Rio Grande do Sul. In BARROSO, Vera Lucia Maciel. **A presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul**. – Porto Alegre: EST, 1993. p. 51- 60.

CTG Patrulha do Rio Grande. [S.I.] **Margarida, história e sonho**. Coreografia de Roger Izidoro para a música de Leandro Berlesi IN: <https://www.youtube.com/watch?v=2n3wYKcfUnE>>Acessado em 06/04/2014, às 05:14.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Colônia**. Coordenação geral Nelson Boeira, Tau Golin; diretores dos volumes Fernando Camargo, Ieda Gutfrieind, Heloisa Reichel. – Passo Fundo: Méritos, 2006. V. 1. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DO RIO GRANDE DO SUL (criação dos municípios). IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária / Divisão de Geografia e Cartografia. Planejado, executado e organizado pela cartógrafa Júlia Neto Felizardo. p. 8.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio Pereira (orgs.). **Mitos e heróis: a construção de imaginários**. Porto Alegre: UFGS, 1998.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. IN PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011. p. 61-92.

FIGUEIREDO, Lézia M. C. **Religiosidade Católica na Perímetro Urbano e Adjacências de Santo Antônio da Patrulha**. In BEMFICA, Coralia Ramos; [et. all.]. Santo Antônio da Patrulha: re- conhecendo sua história. Porto Alegre: EST, 2000. p. 403-414.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 8 ed. rev. e ampl. - Porto Alegre: Ediplat, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3 ed. ver. ampl. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FORTES, Amyr Borges. Caminhos do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1938. p. 239. In RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **Santo Antônio da Patrulha**: das origens até a Independência. Monografia de Conclusão de Curso. UNISINOS: 1972.

GALÍ, Núria. Imagen turística y patrimonio cultura. In RIBEIRO, Marcelo (org.). **Olhares sobre o patrimônio cultural**: reflexões e realidades. – Porto Alegre: Asterisco, 2010. (Coleção Tempo e Espaço; 1). p. 47-57.

GEVEHR, Daniel Luciano. **Pelos caminhos de Jacobina**: memórias e sentimentos (re)significados. Tese de Doutorado. - São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

GINER, Josepa Cucó. **Antropología Urbana**. Barcelona, Espanha: Editorial Ariel, 2004.

GOMES, Rosa Maria Gil. A cultura do arroz em Santo Antônio da Patrulha: presente e passado. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lucia Maciel (orgs). **Raízinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha**: conhecendo e preservando nossa história. – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 415-428.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.), **Colônia**. Diretores dos volumes Fernando Camargo, Ieda Gutfreind, Heloísa Reichel. Passo Fundo: Méritos, 2006. Volume 1 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 203-224.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed., 2 reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010. p. 291-300.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. – São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Tradução Guilherme João de Freitas com a colaboração de Jaime A. Classem. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção História & historiografia / coordenação Eliana de Freitas Dutra, 5.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. tradução Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JACOBUS, André Luiz. A Guarda Velha (Santo Antônio da Patrulha-RS): um pedágio do século XVIII na América Portuguesa. In BEMFICA, Corália Ramos, [et al.] (orgs). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá**. – Porto Alegre: EST, 2000. p. 49-62.

JESUS, Armindo Ferreira de; FRAGA, Josélia Lourence. Santo Antônio da Patrulha: potencialidades, desafios e perspectivas. In LAUCK, Fernando Rocha; BARROSO, Véra Lucia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 – Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história**. – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 65-70.

JORNAL DO PARANHANA, n° 179, 04 de abril de 2014.

KARNAL, Leandor; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. in BASSANEZI PINSKI, Carla; DE LUCCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1ed., 1 reimp. – São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-172.

KÜHN, Fabio. **Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa**. Tese de Doutorado. – Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2006.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

LAYTANO, Dante. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro/EST, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LUCENA, Paula Cardoso. Igreja Matriz Santo Antônio: faces de uma memória. In LAUCK, Fernando da Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízinha 2009 Santo Antônio da Patrulha: conhecendo e preservando nossa história**. – Canoas: Fênix; Porto Alegre: EST, 2012. p. 559-597.

KURY, Affonso Penna. **Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada**. – Porto Alegre: Ed. Pallotti, 1987.

MACIEL Jr., José. Reminiscências da Minha Terra. Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1987.

_____. Santo Antônio da Patrulha. In BEMFICA, Corália Ramos. **Boletim Mensal**. Ano 1, n. 4, [s./p.], jul. 1972.

MACIEL, Maria Eunice. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio Pereira (orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1998. p. 75-88.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. 2 ed. – Passo Fundo: UPF, 2000.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. 1 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MENEZES, Adélia Bezerra de. **Memória e ficção**. Revista Resgate. Centro de Memória Unicamp. Papyrus, n. 3, 1991. P.9-15.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. História e imagem: iconografia / iconologia e além. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história.** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 243-262.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Mito e museu: reflexões preliminares. In: Loiva Otero Félix; Cláudio P. Elmir. (Org.). **Mitos e heróis. Construção de imaginários.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. p. 41-52.

MOTTA, Márcia M. Menendes. História, memória e tempo presente. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história.** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

MÜLLER, Jaime Nestor. **Capela Curada da Guarda Velha – 250 anos de Fé e Religiosidade: Santo Antônio da Patrulha (RS) 1760-2010.** - Santo Antônio da Patrulha: publicação particular, 2010.

MUNARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil.** – São Paulo: Alameda, 2009.

NEIS, Rubens. **Guarda Velha de Viamão; no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha.** POA, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Sulina, 1975.

NEVES, Licilia de Almeida. **Memória e História: Substratos da identidade.** In Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999: Florianópolis) História: fronteiras / Associação Nacional de História. SP: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, 1999. p. 1062-1070.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, SP, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Cultural.** São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagens.** 2 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção História & Reflexões).

PEREZ, Léa Freitas. Notas reflexivas sobre a modernidade e a cidade. In NASCIMENTO, Mara Regina do; TORRESINI, Elisabeth W. R. (orgs.). **Modernidade e urbanização no Brasil.** – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. (Coleção História, 24). p. 13-20.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. In NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **Simpósio Nacional da Associação Nacional de História- História: Fronteiras.** Associação Nacional de História. – São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP: ANPUH, 1999.

_____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: **Considerações historiográficas.** In ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. – Rio Grande: Editora da Universidade de Rio Grande, 1993. p. 83-90.

PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Volume 5, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. – São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo, Planejamento Socioespacial e Patrimônio Histórico-Cultural. In PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org.). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. – São Paulo: Roca, 2004. p. 3-32.

PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII**. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre; revisão técnica Maria Helena Machado, Carlos Valero. – Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **Santo Antônio da Patrulha: das origens até a independência**. Monografia de conclusão de curso. São Leopoldo: Unisinos, 1972.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Ano XXIV, I volume, 1933. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al.]. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, José Honório. **A tradição, a memória e a história: Brasil Tempo e Cultura 3**. João Pessoa: Secretária da Educação e Cultura Estado da Paraíba, 1980. p. 209-244.

RODRIGUES, Maicon Diego. **Parque da Guarda: Lugar de memória e de representação da cultura de Santo Antônio da Patrulha (RS)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Taquara (RS): FACCAT, 2010.

ROSA, Ângela Müller da; RODRIGUES, Gabriela. **Santo Antônio da Patrulha: Terra de sabores**. Revista Freeway, ano V, n° 20, março de 2011. p. 20-22.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial**. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 85-87.

SANTOS, Sherol dos. **Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824)**. Dissertação de Mestrado: Unisinos, 2009.

SEFFNER, Fernando. O herói e o mito no espaço da sala de aula de história: algumas impressões. In FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio Pereira (orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1998. p. 195-205.

SOUZA, Carmem Z. V. G.; [et. all.]. **Santo Antônio da Patrulha: um perfil econômico e suas limitações**. In BEMFICA, Coralina Ramos; [et. all.]. Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história. Porto Alegre: EST, 2000.

SOUZA, Magda Vianna de. **Reinvenção das tradições e promoção de turismo: estratégias diferenciadas de mercantilização da identidade cultural: os casos de Nova Petrópolis e São Francisco de Paula no Rio Grande do Sul.** [manuscrito] / Magda Vianna de Souza. – Porto Alegre, 2005.

SWAIN, Tânia Navarro (org.). **História no plural.** Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1994.

TRAJANO FILHO, Wilson. Crioulo, criouliização. In SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves (orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa.** Prefácio, Lilia Moritz Schawarcz; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva. – Salvador: UFBA, 2014. p. 65-83.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta. – Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VERLINDO, Avelino Alves. Santo Antônio da Patrulha: síntese da conquista do território, do nascimento do povoado e criação do município (1734-1809). In LAUCK, Fernando da Rocha; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (orgs.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha: Mulheres patrulhenses fazendo história II.** – Porto Alegre: EST, 2012. p. 77-82.

VINUESA, Miguel Ángel Troitiño. Turismo e Desenvolvimento históricas Ibero-Americanas: Desafios e Oportunidades. In PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org.). **Turismo, memória e patrimônio cultural.** – São Paulo: Roca, 2004. p. 33-50.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX.** – São Leopoldo: Oikos, 2008.

www.cidades.ibge.gov.br/painel/casamentos.php?lang=&codmun=431760&search=rio-grande-do-sul|santo-antonio-da-patrolha|infograficos:-casamentos-separacoes-e-divorcios/2/2. Acessado em 06.01.2014, às 10:20.

www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=431760&search=rio-grande-do-sul|santo-antonio-da-patrolha|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib. Acessado em 06.01.2014, às 10:35.

www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=431760&search=rio-grande-do-sul|santo-antonio-da-patrolha|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria. Acessado em 06.01.2014, às 10:31.

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431760> = acessado em 06.01.14, as 10:40.

www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/do_wnloads_estatisticas/estatisticas_indicadores_turismo_mundo_2012.pdf. Acessado em 14.03.2014, às 22:00.

www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pop_impressao_mun.php?malha=sim&nomemunicipio=Santo+Ant%C3%B4nio+da+Patrulha&KeepThis=true&TB_iframe=true&height=400&width=600. Acessado 06.01.2014, às 10:03.

<http://felipeessy.blogspot.com.br/2012/04/guarda-e-velha.html> Acessado em 13.02.2014, às 19:50.

<http://grp.pmsap.com.br/grp/contabilidade/acessoexterno/balanceteReceitaExterno.faces> }
acessado em 06.01.14, as 04:38.

www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br/prefeitura/index.php?id=13. Acessado em 06/01/2014, às 14:58.

www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:61:0:::::2/. Acessado em 06/01/2014, às 14:37.

www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:61:0::::: Acessado em 06/01/2014, às 14:38.

www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:7:0::NO::: Acessado em 06/01/2014, às 14:40.

www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:75:0::::: Acessado em 06/01/2014, às 14:47.

[www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=F20001:23:4396040386255457:::RP,23,26:P23_MUNICIP IO,P23_ORGAO,P23_ANO:SANTO ANTONIO DA PATRULHA,57600](http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=F20001:23:4396040386255457:::RP,23,26:P23_MUNICIP_IO,P23_ORGAO,P23_ANO:SANTO ANTONIO DA PATRULHA,57600)>Acessado em 06/01/2014, às 05:14.